

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INGLESES E AMERICANOS



**DA DIFICULDADE DE TRADUZIR TEXTOS JURÍDICOS:
UM ENFOQUE FUNCIONALISTA**

Ina Gudumac

MESTRADO EM ESTUDOS INGLESES E AMERICANOS

Área de especialização de Estudos de Tradução

2011

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INGLESES E AMERICANOS



**DA DIFICULDADE DE TRADUZIR TEXTOS JURÍDICOS:
UM ENFOQUE FUNCIONALISTA**

Ina Gudumac

Dissertação orientada pelo Doutor John Elliott

MESTRADO EM ESTUDOS INGLESES E AMERICANOS

Área de especialização de Estudos de Tradução

2011

Copyright © 2011 Ina Gudumac, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa - Todos os direitos reservados

A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Universidade de Lisboa têm licença não exclusiva para arquivar e tornar acessível, nomeadamente através do seu repositório institucional, esta dissertação, no todo ou em parte, em suporte digital, para acesso mundial. A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Universidade de Lisboa estão autorizadas a arquivar e, sem alterar o conteúdo, converter a dissertação entregue, para qualquer formato de ficheiro, meio ou suporte, nomeadamente através da sua digitalização, para efeitos de preservação e acesso.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação não seria possível sem a contribuição de alguns intervenientes, aos quais não poderia deixar de expressar os meus mais sinceros agradecimentos.

Ao Doutor John Elliott, meu orientador, pelo apoio constante ao longo deste último ano e, sobretudo, pela paciência, críticas e correcções feitas durante a orientação.

À Prof. Doutora Alexandra Assis Rosa pelas preciosas sugestões e pelo tempo disponibilizado.

À todos os professores que me incutiram a paixão pelos Estudos de Tradução.

Aos meus pais e à minha irmã pelo apoio incondicional.

RESUMO

A tradução jurídica constitui um dos maiores segmentos do mercado de trabalho dos tradutores profissionais de todo o mundo. A globalização da informação e dos serviços jurídicos, a abertura dos mercados nacionais e o aparecimento de organismos internacionais têm vindo a destacar ainda mais a importância da tradução jurídica na actualidade e a crescente responsabilidade dos tradutores jurídicos. Contudo, o estudo acerca da tradução jurídica tem sido escasso em Portugal, servindo esta dissertação como forma de colmatar esta lacuna.

Numa primeira fase, propõe-se o estudo da tradução jurídica, partindo da definição das principais características da linguagem jurídica portuguesa e inglesa e a identificação dos métodos e estratégias mais adequados à tradução de textos de Direito. A *Skopostheorie* foi escolhida como base teórica para orientar esta tarefa, embora se tenha chegado à conclusão de que necessita de modificações para se adaptar às particularidades dos textos jurídicos.

Como consequência desta análise, torna-se necessário tecer algumas reflexões sobre o perfil do tradutor jurídico, a sua formação e competências.

Numa abordagem prática, procura-se também identificar a natureza dos desafios enfrentados na tradução entre o português e o inglês dos primeiros cinco capítulos da Lei n.º 23/2007 de 4 de Julho de Portugal, fazendo esta tradução parte integrante da dissertação.

Palavras-chave: Estudos de Tradução, *Skopostheorie*, tradução jurídica, português/inglês jurídico, Lei n.º 23/2007

ABSTRACT

Legal translation is one of the most significant segments of the market for professional translators all over the world. The globalisation of information and the ever greater recourse to international legal services, coupled with the opening up of national markets and the appearance of international organisations, have highlighted the importance of legal translation in the present-day world and the increasing pressure upon legal translators to be accurate in their production. Despite this, there has been little research conducted into this subject in Portugal, and it is hoped that this dissertation may go some way towards filling that gap.

The dissertation begins with the study of legal translation, seeking to establish a definition of the main features of Portuguese and English legal language and identifying the methods and strategies best suited to the translation of legal texts. *Skopostheorie* was chosen as a theoretical guide for the performance of this task, although it was concluded that changes needed to be made to adapt this theory to the particularities of legal texts.

The analysis that was made revealed the need to reflect upon the appropriate profile for legal translators, paying special attention to the training and skills that they require.

The practical side of this project investigates the nature of the challenges presented by the translation from Portuguese into English of the first five chapters of the Portuguese Law No. 23/2007 of 4 July, which forms an integral part of this dissertation.

Key-words: Translation Studies, *Skopostheorie*, legal translation, legal Portuguese/English, Law No. 23/2007

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE.....	vi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – Teoria da Tradução.....	3
1.1 As principais características da <i>Skopostheorie</i>	3
1.1.1 A tradução como operação intercultural.....	4
1.1.2 A função do TP e TC.....	4
1.1.3 O destinatário	6
1.1.4 Adequação e equivalência revistas.....	6
1.1.5 Fidelidade e lealdade	7
1.1.6 Tipologia textual de Reiss	7
1.1.7 Tipologia de traduções	8
CAPÍTULO II - A linguagem jurídica	10
2.1 O Direito e a linguagem	10
2.2. Características da linguagem jurídica.....	10
2.2.1 A natureza da linguagem jurídica.....	11
2.2.2 A linguagem jurídica como fenómeno cultural	11
2.2.3 A linguagem e os sistemas jurídicos	12
2.2.4 Características gerais.....	15
2.2.5 Características lexicais	15
2.2.6 Características sintáticas e estilísticas	19
2.3. <i>Plain Language Movement</i>	24
CAPÍTULO III – Métodos e estratégias de tradução.....	28

3.1 Métodos de tradução	28
3.1 Estratégias aplicadas à tradução dos textos jurídicos	29
3.1.1 Estratégias ao nível textual	29
3.1.2 Estratégias ao nível de terminologia.....	30
CAPÍTULO IV – <i>Skopostheorie</i> e a tradução jurídica	34
4.1 <i>Skopostheorie</i> : quadro teórico adequado à tradução jurídica?	34
4.1.1 Análise das principais ideias da <i>Skopostheorie</i> e da sua aplicação na tradução jurídica.....	34
CAPÍTULO V – O tradutor jurídico	38
5.1 O perfil do tradutor jurídico	38
5.2 Competências do tradutor jurídico	39
5.3 Formação do tradutor jurídico em Portugal.....	41
CAPÍTULO VI - Estudo de caso.....	43
6.1 Introdução.....	43
6.2 Factores a levar em consideração na tradução da Lei n.º 23/2007	44
6.3 Dificuldades de ordem terminológica	45
6.3.1 Tradução de termos técnicos	45
6.3.2 Tradução de termos semi-técnicos	47
6.3.3 Tradução de palavras comuns	47
6.3.4 Tradução de termos pertencentes ao sistema jurídico do TP.....	50
6.3.5 Tradução de termos pertencentes a domínios jurídicos diferentes	54
6.3.6 Tradução de termos da União Europeia	55
6.3.7 Tradução de nomes de instituições nacionais.....	56
6.3.8 Tradução dos nomes das instituições e dos documentos internacionais.....	57
6.3.9 Falsos amigos	58
6.4 Dificuldades de ordem sintáctica e estilística.....	58
6.4.1 Excessiva nominalização.....	58
6.4.2 Uso da voz passiva	59
6.4.3 Separação de partes verbais.....	60

6.4.4 A estrutura da frase.....	60
6.4.5 Tradução dos verbos normativos.....	61
6.4.6 Tradução de frases longas	61
6.4.7 Tradução de referências expressas na terceira pessoa	61
6.4.8 Tradução de referências anafóricas ou catafóricas	62
CONCLUSÃO	64
BIBLIOGRAFIA	67
APÊNDICE	72
ANEXO.....	106

INTRODUÇÃO

Desde que se tornou necessário regular a vida humana pela consagração de princípios de justiça em forma escrita, a tradução jurídica tem desempenhado um papel fundamental na divulgação de normas jurídicas entre as pessoas abrangidas pelas mesmas. Como resultado da globalização e da livre circulação de bens e pessoas, a tradução jurídica tornou-se cada vez mais importante, afectando quase todas as esferas da sociedade. O funcionamento de vários organismos internacionais como a União Europeia ou a Organização das Nações Unidas e o sucesso do comércio internacional dependem grandemente da tradução.

Apesar da sua extrema importância no mundo de hoje, a tradução jurídica tem sido, de uma certa forma, negligenciada pelos Estudos de Tradução, com poucas obras dedicadas na sua íntegra ao estudo de textos deste tipo. Em comparação com a quantidade de textos de Direito traduzidos diariamente, a literatura sobre a problemática da tradução jurídica é deveras escassa.

Nos últimos anos, devido ao volume de traduções da UE e dos países plurilingues, têm aparecido alguns livros e artigos que expõem as particularidades da linguagem jurídica e as dificuldades terminológicas encontradas no âmbito da tradução institucional e das legislações nacionais. Nos países monolíngues, os textos jurídicos continuam a ser menos estudados, sendo a tradução jurídica abordada quase por acaso nos livros de Direito (obras de introdução a um sistema jurídico ou ao Direito Comparado) ou nas obras de orientação terminológica (introduções aos dicionários jurídicos monolíngues ou bilingues). Em Portugal, por exemplo, para além de dissertações de mestrado ou teses de doutoramento, desconhece-se alguma obra integralmente dedicada ao tema da tradução jurídica, embora isto se deva, em parte, ao facto de os Estudos de Tradução ser uma disciplina recentemente introduzida no território nacional.

Por estas razões, achou-se pertinente a escolha deste tema como objecto de investigação, visando o estudo mais aprofundado das dificuldades enfrentadas na tradução de textos jurídicos e em encontrar uma metodologia de tradução aplicada a estes textos em particular.

Pela sua complexidade, a tradução jurídica levanta várias questões, às quais é mais difícil responder quando se é um estudante neófito: Quais são as particularidades da

linguagem jurídica? As teorias da tradução geral aplicam-se à tradução jurídica? Quais são as dificuldades de traduzir os textos de Direito? Como traduzir quando não se tem experiência? Quem tem competências para traduzir este tipo de textos?

A estas perguntas tentar-se-á dar resposta no presente trabalho, embora estas páginas não sejam suficientes para expor todas as implicações que resultam da tradução dos textos jurídicos.

A dissertação divide-se em seis capítulos, no primeiro dos quais abordar-se-á o enquadramento teórico sobre o qual se baseia o presente estudo, isto é, a apresentação das características da *Skopostheorie*, a teoria que alega poder ser aplicada a todo o tipo de textos, inclusivamente na tradução de textos jurídicos.

No segundo capítulo, além de ser tratada a relação entre a linguagem e o Direito, apresentar-se-ão as particularidades da linguagem dos textos jurídicos ingleses e portugueses, o primeiro passo a ser dado na compreensão da complexidade da tradução jurídica.

No terceiro capítulo serão apresentadas as metodologias e estratégias de tradução orientadas à resolução de problemas inerentes a este tipo de textos.

No seguinte capítulo será feita uma análise da aplicação da *Skopostheorie* no caso particular dos textos jurídicos.

Já no quinto capítulo, tratar-se-á o tema do perfil do tradutor jurídico, contrastando afirmações feitas por diferentes investigadores acerca do perfil ou das competências dos tradutores de textos jurídicos. Além disso, será abordado brevemente a questão da formação dos tradutores jurídicos em Portugal.

O último capítulo engloba a parte prática deste estudo, onde se tentará aplicar as metodologias anteriormente propostas na tradução para inglês dos cinco primeiros capítulos da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, que trata da questão da entrada, permanência e saída dos estrangeiros do território nacional. Serão apresentadas, também, as principais dificuldades encontradas na tradução deste texto legislativo e as suas possíveis resoluções, tendo em conta a especificidade deste texto.

CAPÍTULO I – Teoria da Tradução

Como foi sublinhado na Introdução, as obras da disciplina dos Estudos de Tradução atribuem à tradução jurídica um lugar deveras secundário, tratando principalmente das dificuldades de ordem terminológica, em vez de tentar oferecer uma teoria particularmente aplicável aos textos jurídicos (Šarčević 1997:3).

Consequentemente, ao não haver uma metodologia específica para a tradução dos textos jurídicos, levanta-se a questão da possibilidade de aplicação das teorias de tradução geral no campo dos textos ligados ao Direito.

Uma das teorias que alega poder ser aplicada a qualquer tipo de texto é a *Skopostheorie*. Esta teoria será levada como enquadramento teórico para o estudo em questão, sendo apresentadas, em seguida, as suas principais características.

1.1 As principais características da *Skopostheorie*

Nos anos 50 e 60 do século passado, os debates sobre a tradução centravam-se, sobretudo, no grau de equivalência alcançado na tradução. Apesar de não coincidirem nas suas definições do conceito de equivalência, os investigadores viam a tradução como um acto principalmente linguístico, em que o texto de partida (TP) e as suas características determinavam a maneira como era traduzido na língua de chegada (LC).¹

Contudo, os anos 70 marcaram um ponto de viragem na Teoria da Tradução com o aparecimento de uma nova ideologia, a *Skopostheorie*, cujos principais representantes são Katharina Reiss, Hans J. Vermeer, Justa Mänttari, Juliane House e Christiane Nord.

Ao tomar consciência do facto de que, em determinados casos, era impossível ou até indesejável alcançar a equivalência, Vermeer afirmou: “Linguistics alone won’t help us. First because translating is not merely and not even primarily a linguistic process. Secondly, because linguistics has not yet formulated the right questions to tackle our problems. So let’s look somewhere else” (*apud* Nord 1997:10).

Desta forma, em vez da tradicional noção de tradução como um processo de transcodificação baseado na premissa de que o texto de partida e o texto de chegada (TC)

¹ Devido às diversas definições do conceito de equivalência, os teóricos propuseram uma noção mais empírica de equivalência, nomeadamente “a relationship between two texts: a source text and a target text”. Cf: Baker, Mona e Gabriela Saldanha. *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. London/New York: Routledge, 2009, p. 96-99.

devem ser equivalentes, Vermeer e Reiss vêem a tradução como uma actividade transcultural determinada pela sua função.

Partindo destas afirmações, serão apresentados vários princípios da *Skopostheorie*, tal como foram desenvolvidos por Reiss, Vermeer e as contribuições feitas por Christiane Nord.

1.1.1 A tradução como operação intercultural

Vermeer considera que a tradução é, antes de tudo, uma acção humana intencional (deseja mudar uma situação existente), interpessoal (possibilita a interacção entre vários agentes), comunicativa (promove a comunicação interpessoal) e cultural (existe num contexto cultural específico) (*apud* Nord 1997:15-25).

Consequentemente, a tradução não pode ser considerada primordialmente como uma passagem de uma língua para outra. Outros critérios devem ser levados em conta, como o contexto cultural, que será decisivo no processo de tradução. Segundo Vermeer, a linguagem é uma parte inerente da cultura, o que significa que a tradução é, essencialmente, um acto de comparar culturas (*apud* Nord 1997:34).

Um texto foi pensado e escrito por um autor numa determinada cultura, para um destinatário que normalmente pertence a esta cultura de partida. O tradutor terá a tarefa de transferir o texto para a língua de chegada, mas também para uma cultura e destinatário diferentes. O tradutor deverá ser, por conseguinte, bicultural, isto é, deve conhecer não apenas a cultura do TC, mas também a cultura do TP.

Se a tradução é considerada um acto de comunicação entre culturas, ao tradutor é atribuído o estatuto de intermediador intercultural, que deverá estar plenamente consciente e ser responsável pelas decisões que toma para alcançar a finalidade da tradução. Como sublinha Vermeer,

a translator is made co-responsible for the success of a communicative act, because he, the translation expert, is the crucial factor in as far as it is a transcultural act - and if such is the case then the translator does more and is obliged to do more than to merely transcode a text” (*apud* Snell-Hornby *et al.* 1992:13-14).

1.1.2 A função do TP e TC

A palavra grega *skopos* significa “objectivo” ou “finalidade”. Na base da *Skopostheorie* está, portanto, a função do texto, que determina a maneira como este será traduzido na língua de chegada (Nord 1997:27).

Contudo, não é a função do TP que a *Skopostheorie* leva em conta no processo de tradução, mas a função comunicativa atribuída ao TC, determinando esta a escolha de metodologias e estratégias no processo de tradução. Como resumiram Baker e Saldanha:

The main point of functionalist approaches is the following: it is not the source text as such, or its effects on the source text recipient, or the function assigned to it by the author, that determines the translation process and the linguistic make-up of the target text, as is postulated by equivalence-based translation theories, but the prospective function or the purpose of the target text as determined by the initiator's (i.e. client's or commissioner's) needs. (2009:116)

Por conseguinte, o TP deixa de ser a norma que determina a função do TC, perdendo a importância que lhe atribuíram as aproximações linguísticas da tradução. O TP é destronado em favor do TC e do seu *skopos*, assumindo um papel mais modesto como “fonte de informação” (Baker e Saldanha 2009:117).

Esta mudança de estatuto atribuído ao TP altera também a maneira como é definida a tradução. Segundo Vermeer, a tradução será:

a secondary offer of information, with the translator offering information about certain aspects of the source text-in-situation, according to the target text *skopos* specified by the initiator and considering the needs, expectations, etc., of the receivers” (*apud* Baker e Saldanha 2009:118).

Outro ponto importante relacionado com o *skopos* é o facto de o TP e o TC poderem ter diferentes funções, o que faz com que um texto seja traduzido de maneira diferente segundo a finalidade e a situação comunicativas de cada texto de chegada.

Por conseguinte, a importância dada à função do TC soluciona o eterno dilema da tradução livre ou literal. Como afirma Nord, “[The] *skopos* of a particular translation task may require a ‘free’ or a ‘faithful’ translation, or anything between these two extremes, depending on the purpose for which the translation is needed” (1997:29).

Contudo, isto não significa que a tradução deve obrigatoriamente conformar-se ou ser adaptada à cultura de chegada. A *Skopostheorie* não exclui a necessidade de uma tradução literal, uma vez que existem muitos casos em que a literalidade é precisamente aquilo de que o destinatário necessita, como por exemplo, na tradução de um certificado de nascimento estrangeiro ou de uma lei nacional para efeitos de comparação.

Em resumo, a teoria do *skopos* poderá ser definida na totalidade pela expressão “o fim justifica os meios”. O tradutor poderá fazer uso de diferentes métodos e estratégias para

chegar ao fim pretendido. Esta regra é formulada por extenso por Vermeer em 1989, sendo considerada a “regra de ouro” da *Skopostheorie*: “translate [...] in a way that enables your [...] translation to function in the situation in which it is used and with the people who want to use it and precisely in the way they want it to function” (*apud* Nord 1997:29).

1.1.3 O destinatário

Outra noção fundamental na *Skopostheorie* é a do destinatário da tradução. Os destinatários e as suas características (a idade, o grau de escolaridade, as expectativas, o *background*, etc.) são factores essenciais na escolha das estratégias utilizadas no processo de tradução, uma vez que um texto pode ser traduzido de outra maneira quando visar diferentes destinatários. Os destinatários de um texto de partida e de chegada são sempre distintos, uma vez que pertencem a comunidades linguísticas e culturais diferentes. Na *Skopostheorie*, é o destinatário do TC que será levado em conta durante o processo de tradução.

Contudo, o papel do destinatário na teoria funcionalista viu-se progressivamente subordinado ao papel da função da tradução em geral. Como afirmou Šarčević,

at first, it was believed that translation strategy is determined primarily by the type of audience to whom the target text is directed. [...] More recently, theorists have shifted the main emphasis to the function of a translation (why), which in turn also determines the target receivers (to whom)” (1997:18).

Por outras palavras, o facto de determinar por que razão se traduz um texto implica automaticamente a definição do destinatário da tradução.

1.1.4 Adequação e equivalência revistas

No quadro teórico da *Skopostheorie*, as noções de adequação e equivalência evoluem e adquirem um significado particular.

A adequação refere-se à relação que existe entre o TP e o TC, tendo em conta o *skopos* da tradução. Por conseguinte, traduz-se de forma adequada quando a escolha de signos é subordinada à finalidade da tradução (Nord 1997:35). Segundo Reiss e Vermeer, “Adequacy is simple appropriateness. (...) Every time a translator takes a decision, the dominant factor is the purpose of the translation, so translational decisions must be appropriate for this purpose” (*apud* Salama-Carr 2000:94).

No que concerne à equivalência, esta é concebida como adequação ao *skopos*, que requer que o TC tenha a mesma função comunicativa que o TP. Esta definição de equivalência foi tirada da noção de equivalência da engenharia electrotécnica, segundo a qual

duas conexões de corrente alternada são equivalentes quando mostram o mesmo comportamento eléctrico em todas as frequências, mesmo que a estrutura dos circuitos seja diferente (Reiss e Vermeer 1996:115).

Desta forma, embora os textos de partida e de chegada não possam ser idênticos devido às divergências entre as estruturas semânticas, gramaticais e culturais e à situação de comunicação de cada texto, os dois textos serão considerados equivalentes quando produzirem um efeito semelhante nas duas línguas (Reiss e Vermeer 1996:115).

1.1.5 Fidelidade e lealdade

Se a fidelidade é normalmente associada à imitação do TP e ao respeito profundo pelo seu autor, este princípio adquire outro significado nas teorias funcionalistas. Na *Skopostheorie*, a tradução não é obrigatoriamente servil ao TP. O TC será um reflexo do TP apenas quando a função do TC assim o exigir. A fidelidade é, desta forma, subordinada à regra do *skopos*.

Christiane Nord completa esta teoria ao introduzir o princípio da lealdade, que não se refere à relação de similitude entre o TP e TC, mas à relação interpessoal entre o tradutor e o produtor do TP ou os destinatários do TC. Segundo a linguista, “the translator is committed bilaterally to the source text as well as to the target-text situation, and is responsible to both the ST [source text] sender and the TT [target text] receiver” (1995:32).

1.1.6 Tipologia textual de Reiss

Na tentativa de agrupar os textos em categorias, Reiss (*apud* Nord 1997:38), apoiando-se no modelo das funções da linguagem elaborado por Karl Bühler, definiu três tipos de textos.

- *Textos informativos*, cuja principal função é a de transmitir informações. A escolha das formas linguísticas e estilísticas está subordinada à esta função. O conteúdo é mais importante do que a forma e o efeito;

- *Textos expressivos* são textos com uma forte componente estética e artística, que deverá ser transferida para o TC.

- *Textos operacionais* têm como função despertar no leitor determinadas reacções, procurando persuadir ou fazer actuar o leitor. Para alcançar o seu objectivo, estes textos

poderão sofrer alterações no seu conteúdo ou nas suas características estilísticas. O TP e o TC produzem o mesmo efeito no destinatário.

1.1.7 Tipologia de traduções

Christiane Nord distingue dois métodos de tradução, dependendo do uso que é dado ao TC na língua e cultura de chegada. Assim, ela distingue entre a tradução documental (*documentary translation*) e a tradução instrumental (*instrumental translation*) (Nord 1997:47).

- Tradução documental

Nord define a tradução documental como um texto que tem como finalidade “producing in the target language a kind of document of a communicative interaction in which a source-culture sender communicates with a source-culture audience via the source text under source-culture conditions” (Nord 1997:47). Isto significa que todos os aspectos do TP (forma e conteúdo) são reproduzidos no TC, estando os destinatários do TC perfeitamente conscientes de que se trata de uma tradução e não de um texto original.

Nord divide a tradução documental em outras subcategorias:

- *Tradução interlinear* (ou *word-for-word translation*), cujo objectivo é de salientar os aspectos morfológicos, lexicais e estilísticos da LP, tal como se apresentam no TP (na linguística comparativa, por exemplo);

- *Tradução literal ou gramatical*, que tem como objectivo não apenas reproduzir as palavras do texto original, mas também adaptar a estrutura sintáctica e as expressões idiomáticas à LC (com finalidade didáctica);

- *Tradução filológica*, que reproduz o TP o mais literalmente possível, mas acrescenta várias notas explicativas para informar os destinatários da LC das particularidades linguísticas e culturais da LP (tradução de textos antigos).

- Tradução instrumental

O objectivo da tradução instrumental é o de produzir “in the target language an instrument for a new communicative interaction between the source culture sender and the target culture audience, using the source text as model” (Nord 1997:50). Neste caso, o TC reproduz o *skopos* do TP, aparentando um novo texto original e não uma tradução.

Nord divide a tradução instrumental nas seguintes subcategorias:

- *Tradução equifuncional*, onde a função do TP e do TC é igual (ex. tradução de textos técnicos, manuais de instrução, etc.). Neste caso, o leitor do TC não se dá conta de que o TC é uma tradução.

- *Tradução heterofuncional*, onde as funções do TP e do TC diferem por razões de ordem cultural ou temporal.

- *Tradução homóloga*, que entra no terreno da criação literária e permite uma adaptação completa aos critérios culturais e temporais da cultura de chegada.

De maneira a optar por uma tradução documental ou tradução instrumental, o tradutor deverá ter em conta vários factores extratextuais que afectam a situação do texto de chegada, nomeadamente o emissor do texto, a intenção do emissor, o destinatário ou o receptor do texto, o canal ou o meio através do qual o texto é comunicado, o lugar e o tempo da produção e recepção do texto, o motivo da comunicação e a função do texto.

Esta classificação proposta por Nord será utilizada mais adiante como enquadramento teórico para a definição dos métodos de tradução particularmente aplicáveis aos textos jurídicos.

CAPÍTULO II - A linguagem jurídica

“The law is a profession of words”

David Mellinkoff

2.1 O Direito e a linguagem

O Homem é, por natureza, um ser eminentemente social. Porém, para que a convivência em sociedade fosse possível, houve a necessidade de estabelecer um conjunto de princípios ou regras que pautasse as condutas humanas e visasse instituir a ordem, a paz, a segurança e a justiça. Desta forma, cada sociedade caracteriza-se por ter o seu próprio Direito: “Ubi societas, ibi jus”².

O Direito, por seu lado, não existiria se não fosse veiculado pela linguagem. Cada língua é um instrumento social de comunicação, o produto original de uma cultura e uma mentalidade. O Direito será, portanto, intrinsecamente ligado à linguagem, servindo-se dela como meio de expressão. Como afirma o jurista inglês Yon Maley:

In all societies, law is formulated, interpreted and enforced: there are codes, courts and constables. And the greater part of these legal processes is realised primarily through language. Language is medium, process and product in the various arenas of the law where legal texts, spoken or written, are generated in the service of regulating social behaviour. Particularly in literate cultures, once norms and proceedings are recorded, standardised and institutionalised, a special language develops, representing predictable process and pattern of functional specialisation. (*apud* Cao 2007:13)

A linguagem será, portanto, o veículo de difusão do Direito, permitindo o seu registo permanente. A necessidade de difundir e registar os actos jurídicos influenciará de forma decisiva a evolução e as características da linguagem jurídica, uma vez que impõe nela exigências de fiabilidade, exactidão, precisão e intemporalidade.

2.2. Características da linguagem jurídica

Antes de serem apresentadas as principais características da linguagem jurídica, será pertinente definir o que se entende por texto e linguagem jurídicos. A maioria das pessoas, quando confrontada com a pergunta “O que significa um texto jurídico?” tende dar a seguinte resposta: “Um texto que fala de Direito”. No entanto, se todos os textos que falassem de Direito fossem textos jurídicos, isto significaria que qualquer artigo de jornal que analisasse os prós e contras de uma nova lei (dos estrangeiros, por exemplo) seria um texto jurídico. Esta

²“Onde há sociedade, há Direito”

afirmação não é verdadeira, uma vez que um texto jurídico não pode ser definido com base no tema tratado, mas, acima de tudo, em função das características da linguagem que emprega.

No entanto, definir o que se entende por linguagem jurídica constitui outro dilema, uma vez que a linguagem jurídica não é um fenómeno universal, pois o Direito de cada país caracteriza-se por ter a sua própria linguagem jurídica. Uma das poucas pessoas que tentou dar um significado à linguagem jurídica é Anabel Borja Albi, segundo a qual se entende por linguagem jurídica:

el [lenguaje] que se utiliza en las relaciones en que interviene el poder público, ya sea en las manifestaciones procedentes de este poder (legislativo, ejecutivo o judicial) hacia el ciudadano, o en las comunicaciones de los ciudadanos dirigidas a cualquier tipo de institución. Y también naturalmente, el lenguaje de las relaciones entre particulares con transcendencia jurídica (contratos, testamentos, etc.). (2000:11)

2.2.1 A natureza da linguagem jurídica

A linguagem jurídica é, antes de tudo, uma linguagem normativa. O Direito existe como um conjunto de prescrições que define as relações, procedimentos e padrões de comportamento que devem ser seguidos numa sociedade, cujo incumprimento produz efeitos jurídicos (penas, sanções). É uma linguagem que não tem como principal objectivo facultar informações acerca dos direitos e obrigações, mas que procura regular o comportamento e as relações humanas. Nas palavras de Olivecrona, “the purpose of all legal enactments, judicial pronouncements, contracts, and other legal acts is to influence men’s behaviour and direct them in certain ways, thus, the legal language must be viewed primarily as a means to this end” (*apud* Cao 2007:14).

Quanto à tradução da normatividade da linguagem jurídica, Šarčević é da opinião que “legal translators must be able to identify the normative content expressed in the statement of law of the source norm and formulate a legal norm in the target text that leads to the same result” (1997:137).

2.2.2 A linguagem jurídica como fenómeno cultural

A língua e o Direito estão intimamente ligados e fortemente enraizados na cultura de cada país. A linguagem jurídica será, deste modo, o produto de uma cultura, reflectindo os costumes, os comportamentos, os valores e a visão que uma sociedade tem do Direito. O aspecto cultural está codificado no texto jurídico, podendo ser observado na forma que adquire o seu discurso e na terminologia usada, que exprime conceitos e emprega formas

específicas de uma cultura.³ Como afirma Cao: “[l]aw is an expression of the culture, and it is expressed through legal language. Legal language [...] is a social practice and legal texts necessarily bear the imprint of such practice or organisational background” (2007:31).

É por isso que no Direito se fala em cultura jurídica. A cultura jurídica, segundo Merryman é “those historically and conditioned attitudes about the nature of law and about the proper structure and operation of a legal system that are at large in the society” (*apud* Cao 2007:31). A cultura jurídica representa, desta forma, a bagagem cultural que está na base da criação de uma lei, sendo necessária para a interpretação da mesma. Ao mesmo tempo, o conhecimento da cultura jurídica permitirá, também, prever até que ponto uma lei promulgada será aceite por uma sociedade, dado que o sucesso de uma reforma legislativa depende, em parte, da cultura de cada sociedade.

Parafraseando Snell-Hornby (1988:39, 42), Cao defende que “in translation, language should not be seen as an isolated phenomenon suspended in a vacuum, but as an integral part of culture, and [...] the text is embedded in a given situation, which is itself conditioned by its socio-cultural background” (2007:31).

2.2.3 A linguagem e os sistemas jurídicos

O Direito é elaborado por e para uma sociedade, respondendo às necessidades da mesma num determinado tempo histórico. Cada sociedade define as próprias normas jurídicas de acordo com a percepção que tem do mundo e de acordo com o tipo de organização desejada. Consequentemente, a linguagem jurídica está ligada ao sistema jurídico de cada país, reflectindo a história, a evolução e a cultura deste mesmo sistema.

Entende-se por sistema jurídico o conjunto de normas, princípios ou directrizes que se aplicam num determinado lugar e momento para garantir a organização de uma sociedade, ou, tal como Cao o definiu, o sistema jurídico refere-se à “nature and content of the law generally, and the structures and methods whereby it is legislated upon, adjudicated upon and administered, within a given jurisdiction” (1997:24). Estes sistemas também são apelidados de tradições ou famílias de Direito.

³ G  mar, no seu artigo “Les enjeux de la traduction juridique. Principes et nuances”, afirma que “Le vocabulaire du droit refl  te la civilisation qui l’a produit”. p. 6.
Disponível online: <<http://www.tradulex.org/Actes1998/Gemar.pdf>>

De acordo com a classificação de René David (Šarčević 1997:13), existem sete sistemas jurídicos⁴, dos quais serão apresentados aqui apenas *Common Law* e *Civil Law*, devido à sua pertinência para o estudo em questão.

Common Law é o sistema jurídico de origem anglo-saxónica, que se desenvolveu a partir das tradições jurídicas da Inglaterra medieval, estando actualmente em vigor em Inglaterra, no País de Gales, na Irlanda, nos Estados Unidos (excepto no estado de Louisiana), na Austrália e no Canadá (excepto na província de Quebeque), para além de outros países ou ex-colónias inglesas como Hong Kong, Singapura, etc.

Civil Law, pelo contrário, é o sistema jurídico que tem a sua origem no Direito Romano, derivando do *Corpus Juris Civilis* de Justiniano, do Direito Germânico e Canónico. Está actualmente em vigor na Europa continental (inclusive em Portugal) e na maioria dos países latino-americanos, entre outros.

Uma das principais diferenças entre estes sistemas é o facto de o *Common Law* ser principalmente um Direito jurisprudencial, isto é, a sua fonte primordial de Direito são as decisões judiciais (*case law*). Nos países que se regem pelo sistema anglo-saxónico, as decisões de justiça não servem apenas para aplicar a lei, mas estão na base da formação e revelação das normas jurídicas.

O princípio que guia a elaboração das regras jurídicas a partir das decisões dos tribunais é o princípio do *precedente vinculativo* ou *stare decisis*, conforme o qual os tribunais proferem os seus veredictos com base nas decisões tomadas noutros casos iguais ou análogos pelos tribunais de hierarquia superior (casos semelhantes são julgados de maneira semelhante). Devido a este facto, o juiz do *Common Law* assume um papel activo na formação de normas jurídicas.

Consequentemente, no *Common Law*, o Direito é “um conjunto de *remédios jurídicos* criados caso a caso pela jurisprudência” (Vicente 2008:77). Este é tido essencialmente como um instrumento de resolução de litígios, que evolui por pequenos incrementos gerados

⁴ Direito Romano-Germânico ou *Continental Civil Law*, *Common Law*, Direito Socialista, Direito Hindu, Direito Islâmico, Direito Africano e o Direito do Extremo Oriente. Outros investigadores propuseram ainda a divisão do *Civil Law* em Direito Romano, Direito Germânico e Direito dos Países Nórdicos. Outra classificação propõe Dário Moura Vicente, que distingue entre a família de *Civil Law*, *Common Law*, família jurídica muçulmana ou islâmica, a tradição jurídica hindu e a tradição jurídica chinesa (Vicente 2008). Vicente acrescenta ainda que existem sistemas jurídicos híbridos nos quais se conjugam as características distintas de diferentes sistemas jurídicos, como, por exemplo, na África do Sul, Escócia, Israel, Japão, etc.

sobretudo pelas decisões judiciais e ditados pelas próprias necessidades da vida, e não através de grandes reformas legislativas.

Já no *Civil Law*, a legislação é a fonte de Direito por excelência, sendo o recurso às disposições da lei entendido como a melhor forma de fazer justiça. Os tribunais dos países do *Civil Law* baseiam as suas decisões nas disposições legislativas, atribuindo à jurisprudência um lugar secundário. Embora possam servir-se do repertório jurisprudencial, os juízes do *Civil Law* dificilmente deixam de recorrer à legislação, que, para eles, é o instrumento fundamental para a aplicação da lei.

Do ponto de vista do raciocínio jurídico, no *Civil Law* as normas jurídicas são mais abstractas, sendo depois aplicadas em casos concretos, enquanto no *Common Law*, as normas jurídicas são indutivas, isto é, partem do particular para chegarem a conclusões gerais.

Além disso, *Civil Law* divide-se em duas categorias principais – o Direito Público e o Direito Privado. O primeiro refere-se às relações entre o Estado e os cidadãos, enquanto o segundo se ocupa da relação entre as pessoas singulares ou colectivas. O Direito anglo-saxónico não tem esta divisão, por não ser um sistema codificado de leis e pelo facto de os contratos e a responsabilidade civil entre os particulares e o Estado ou outros entes públicos estarem essencialmente sujeitos às mesmas regras que valem para as relações entre particulares. A única diferença no *Common Law* é a separação feita entre *common law* e *equity*.⁵

A diferença entre estes dois sistemas jurídicos pode ser observada no grande número de instituições, conceitos e categorias próprios, como, por exemplo, os conceitos de *trust*, *estoppel*, *equity*, *tort* no *Common Law* e *actio de in rem verso* ou *negotiorum gestio*, o conceito de obrigação (*obligatio*) e a classificação das obrigações em contratuais, quase-contratuais, delituais e quase-delituais no *Civil Law*, entre outros.

Desta forma, a incongruência dos sistemas jurídicos leva à dificuldade de traduzir os conceitos que eles veiculam. Devido às diferenças no desenvolvimento histórico e cultural, os diversos elementos do sistema jurídico de partida não podem ser simplesmente transpostos para o sistema jurídico de chegada. Segundo Cao: “in translation, due to the differences in

⁵ Resumidamente, *common law* é o direito elaborado nos tribunais de Westminster, baseado nos princípios de direito desenvolvidos pela jurisprudência, enquanto *equity* é o conjunto de normas jurisprudenciais fixadas em precedentes elaborado pelo *Court of Chancery*, que actua nos casos onde a *common law* não tem jurisdição. Baseia-se no princípio da equidade. Para mais informação, cf. Vicente 2008.

legal systems, many of the legal terms in one language do not correspond to terms in another, the problem of non-equivalence, a major source of difficulty in translation” (2007:20).

2.2.4 Características gerais

Geralmente, considera-se que qualquer pessoa é capaz de distinguir um texto jurídico de outros tipos de textos. Disto resulta que a linguagem jurídica possui características que lhe são próprias, isto é, elementos lexicais, sintácticos e estilísticos que a distinguem de outras linguagens. Convém sublinhar que a linguagem jurídica é utilizada aqui como um termo genérico, uma vez que diferentes domínios ou ramos de Direito possuem características linguísticas próprias (um acto legislativo distingue-se de um contrato, tanto na terminologia como nas estruturas sintácticas).⁶

Em geral, a linguagem jurídica caracteriza-se pelo seu elevado grau de formalidade, pela sua natureza abstracta, pelo seu carácter impessoal e pela autoridade com que se exprime. É por isso que, na maioria das vezes, a linguagem jurídica é descrita como “wordy, unclear, pompous and dull” (Butt e Castle 2006:120).

Uma vez que a linguagem jurídica não é um conceito universal, tendo características diferentes dependendo do sistema jurídico e do país do qual faz parte, serão apresentadas as principais características da linguagem jurídica portuguesa e inglesa, baseada na investigação feita por Cao (2007:20-23), Houbert (2005:22-25), Tiersma (51:61) e Alcaraz (2002:18-22).⁷

2.2.5 Características lexicais

O léxico jurídico é constituído pelo conjunto de termos que se caracterizam pelo significado ou sentido que lhe é dado pelo Direito num determinado sistema jurídico. O léxico jurídico complexo é a característica mais evidente da linguagem jurídica, constituindo uma das maiores fontes de dificuldade na tradução jurídica. O léxico jurídico é complexo, na medida em que é condicionado pela cultura e pelo sistema jurídico em que se insere e é dotado de efeitos jurídicos, bastando uma só palavra para provocar uma disputa jurídica.

⁶ Anabel Borja Albi identifica dentro do sistema jurídico do *Civil Law* seis ramos de Direito que se distinguem uns dos outros principalmente pela terminologia específica. Distinguem-se, assim, o ramo do processo judicial, Direito Civil, Direito Comercial, Direito das Sucessões, Direito Penal e Direito da Família (Borja Albi 2000:36). Cornu, no entanto, propõe a distinção entre vários tipos de discurso: discurso legislativo (leis, tratados), discurso jurisprudencial (decisões da justiça) e discurso da doutrina (textos sobre Direito) (Cornu 2005:207).

⁷ Uma vez que não foi encontrado nenhum estudo sobre a linguagem jurídica portuguesa, a definição das características da linguagem jurídica portuguesa baseia-se na minha observação dos textos jurídicos nacionais e na sua comparação com as características da linguagem jurídica inglesa.

O léxico jurídico pode ser dividido em três grandes grupos (Alcaraz e Hughes 2002:16-18). O primeiro grupo é constituído pelos termos técnicos encontrados exclusivamente na esfera jurídica, embora alguns deles sejam usados por analogia na linguagem comum (ex. hipoteca/mortgage). Existem vários termos que pertencem apenas à área do Direito, como é o caso de comoriência, curadoria, ónus da prova, contraprestação contratual, anticrese no *Civil Law*, ou de *barrister*, *estoppel*, *tort*, *trustee*, *plaintiff* no *Common Law*, etc. Os termos deste grupo caracterizam-se pela sua univocidade ou monossemia, que confere estabilidade semântica e precisão ao vocabulário jurídico. Uma parte deste léxico técnico é própria de uma cultura ou sistema jurídico, o que levanta o problema da tradução de *culture/system-bound terms* (Alcaraz e Hughes 2002:17). É por isso que o juiz Pigeon afirmou que:

en matière juridique, lorsque l'on est en présence de termes spécialisés, la difficulté de la traduction, loin d'être éliminée comme dans d'autres domaines se trouve amplifiée. C'est qu'il y a une relation étroite entre chaque concept juridique et la langue dans laquelle il a été élaboré." (*apud* Terral 2004:1)

Já o segundo grupo abrange os termos semi-técnicos, isto é, palavras ou frases tiradas da linguagem corrente, mas que adquiriram também um ou mais significados jurídicos. Estas palavras são polissémicas, e, por conseguinte, ambíguas, devendo o tradutor estar consciente do significado de cada termo, dado que estes poderão ser interpretados de diferentes maneiras consoante a situação comunicativa em que estão inseridos.

Um exemplo disso será a palavra *assento*. Na linguagem corrente, *assento* significa: móvel, residência, juízo, pacto, tranquilidade de espírito, apontamento, registo, mas na linguagem jurídica este termo adquire outro significado, nomeadamente o de "interpretação de uma norma, fixada pelo Supremo Tribunal de Justiça, como força obrigatória geral, no caso de haver jurisprudência contraditória" (Henrique Eiras e Guilhermina Fortes 2005:48). No Direito inglês pode-se destacar a bem conhecida palavra *construction*, que na linguagem jurídica adquiriu o significado de interpretação.

O terceiro grupo abrange os termos da linguagem corrente. É o grupo mais numeroso que reúne palavras da linguagem corrente usadas nos textos jurídicos, mas que, ao contrário do grupo precedente, não perderam o seu significado comum, nem adquiriram novos significados jurídicos (ex. *prazo*, *dívida*, *forma escrita*, *declarar*, *razoável* nos textos jurídicos portugueses ou *authority*, *extension*, *inform* nos textos jurídicos ingleses, etc.).

Além disso, no caso particular das línguas portuguesa e inglesa, o vocabulário jurídico distingue-se pelo:

- Elevado grau de formalidade

A linguagem jurídica distingue-se pelo seu elevado grau de formalidade alcançado pelo uso de palavras pouco frequentes na linguagem comum. Nos textos jurídicos portugueses observa-se o emprego frequente de palavras como *adstrito*, *equiparado*, *indeferir*, *lavrado*⁸, enquanto nos textos jurídicos ingleses servem de exemplo as palavras *abscond*, *alter*, *at the behest of*, *ensuing*, *terminate*⁹, *etc.*, o que confere aos textos um grau maior de formalidade e distância. O uso destas formas explica-se, em parte, pela crença de que quanto mais formal é um texto, maior força jurídica terá.

- Uso de palavras arcaicas

Apesar do seu elevado grau de formalidade, as linguagens jurídicas do *Civil Law* não costumam usar muitas palavras arcaicas, o que não é o caso do inglês, cujos textos são recheados de termos “fossilizados”. Um exemplo disso é a preponderância da forma arcaica dos deícticos *hereinafter* (daqui em diante), *thereunder* (em virtude do mesmo), *hereby* (pela presente), *whereas* (considerando), *the aforesaid* (supracitado; anteriormente referido), ou outras palavras como *misadventure* (infortúnio), *multierty* (legitimidade) ou *bequeath* (legar). As expressões arcaicas foram mantidas para resolver os problemas de ambiguidade ou para servir de estratégia de abreviação (ex. *the Parties hereto – the Parties to this Contract*).

- Influência estrangeira

A linguagem jurídica é uma linguagem antiga, mas também progressista, que reflecte a herança terminológica das línguas clássicas e modernas. O discurso jurídico inglês e português apresenta uma quantidade considerável de latinismos, como *habeas corpus*, *honoris causa*, *culpa in contrahendo*, *vacatio legis*; *writ of fieri facias* (PT. auto de execução), *subpoena* (PT. intimação judicial); *bona fide* (EN. in good faith; PT. de boa fé), *in flagrante delicto* (EN. caught in the act/red-handed; PT. apanhado em flagrante).¹⁰

A linguagem jurídica foi influenciada também por outras línguas modernas, como é o caso do francês. *Common Law* incorporou nos seus textos palavras francesas como *lien* (PT.

⁸ *Adstrito* – obrigado, dependente, ligado; *equiparado* – igual, o mesmo; *indeferir* – recusar (o pedido), dar despacho desfavorável; *lavrado* – redigir uma acta ou uma sentença.

⁹ *Abscond* – run away, flee; *alter* – change; *at the behest of* – at the request of; *ensuing* – following; *terminate* – end;

¹⁰ Diferentes sistemas jurídicos nem sempre utilizam os mesmos latinismos.

direito de retenção), *fait accompli* (PT. facto consumado), *appeal* (do FR. appel; PT. apelo), etc., enquanto o Direito português adoptou através do decalque as expressões *força maior* (FR. force majeure; EN. *force majeure*), *à mão armada* (FR. à main armée; EN. armed), a título oneroso (FR. à titre onéreux, EN. for valuable consideration), *a fundo perdido* (FR. à fonds perdu; EN. non-returnable), etc.

O português jurídico conheceu também outras modificações devido ao empréstimo de palavras inglesas como *cashflow*, *bullying*, *dumping*, sociedade de *leasing*, corredor da morte (decalcado do inglês *death row*), entre outros.

O uso de estrangeirismos justifica-se pela não existência de palavras nacionais capazes de exprimir o significado completo de uma expressão numa língua estrangeira. No entanto, os latinismos, os francesismos e os anglicismos são sobretudo usados nos textos jurídicos e abundam no jargão dos profissionais de Direito, mesmo quando existem correspondências na língua de chegada. Como afirma Garner:

Legal readers often encounter Latin in modern texts - some of it necessary and some of it not. In legal writing we must distinguish between terms of art [ex. *habeas corpus*], for which there are no ordinary English equivalents, and those that are mere vestigial Latinisms with simple English substitutes [ex. *ab initio*]. (apud Houbert 2005:18)

- Preferência pelas fórmulas fixas

A linguagem jurídica portuguesa e inglesa caracteriza-se, também, pelo apego a fórmulas fixas. Para além das fórmulas fixas que identificam um determinado tipo de texto jurídico (as que se empregam, por exemplo, na redacção de um testamento ou as fórmulas de promulgação), existem frases fixas usadas amplamente pelos juristas, como é o caso de *em conformidade com as disposições de* – *for the purposes of, in accordance with, pursuant to*; *sem prejuízo de* – *without prejudice to*; *salvo disposições em contrário* – *unless otherwise provided by law*; *a título excepcional* – *exceptionally*, etc.

- Redundância lexical

Uma das características mais evidentes do léxico jurídico inglês é a sua preferência pelas combinações de sinónimos ou quase sinónimos (*legal pairs*; *doublets*, *triplets*). Muitas destas redundâncias são usadas devido à tradição inglesa de cobrir todas as possibilidades do significado de uma palavra, não deixando margem para dúvidas ou erros de interpretação.

Algumas são combinações de várias palavras inglesas ou combinações do inglês antigo e o seu correspondente latim ou francês (ex. *to have and to hold*).¹¹

Embora haja alguns pares que expressem ideias diferentes, como *dispute, controversy or claim*, muitos pares de sinónimos poderiam ser simplificados sem alterar o seu sentido jurídico. A título de exemplo, pode-se mencionar os pares *keep and maintain* (*maintain/manter*), *alter and change* (*change/modificar; alterar*), *goods and chattels* (*goods/bens imóveis*), *last will and testament* (*will/testamento*), *give, devise and bequeath* (*give/legar*), *null and void* (*void; utterly void; void ab initio/nulo; inválido*), entre outros.

2.2.6 Características sintáticas e estilísticas

Embora, na maioria das vezes, a sintaxe do discurso jurídico obedeça às regras da linguagem corrente, esta apresenta certas características que lhe são próprias.

- Frases longas e complexas

Uma das características proeminentes dos textos portugueses e ingleses é a complexidade e a dimensão das frases. Em muitas ocasiões, tanto os textos jurídicos portugueses, como ingleses, apresentam artigos inteiros formados apenas por uma frase, com muitas orações subordinadas ou intercaladas. Segundo Tiersma, “a motivation for lengthy sentences is the desire to place all information on a particular topic into one self-contained unit” (2000:56). As frases longas são o resultado da inclusão exaustiva e do processo de enumeração, que tornam a sintaxe jurídica mais complexa e difícil de processar.¹²

- Escassa pontuação e utilização de maiúsculas

Os redactores ingleses recorrem menos à pontuação que os redactores portugueses ou de outros países do *Civil Law*. A falta de pontuação deve-se, em parte, à maneira tradicional de escrever os textos jurídicos ingleses, que até ao século XIX eram redigidos sem pontuação em virtude da precisão. Contudo, os significados podem ser alterados pela pontuação ou pela falta dela. É por isso que Mellinkoff adverte: “If you don’t punctuate, a reader will do it for you in places you never wanted it” (1963:57).¹³

Quanto às maiúsculas, estas são muitas vezes usadas nos contratos para mostrar que uma palavra tem um significado especial ou que foi definida no princípio do contrato, como,

¹¹ Nos textos portugueses, o emprego de pares sinónimos é muito menos acentuado, embora também se faça uso de duplas repetições de nomes e verbos (ex. *assino e autentico, juro e prometo, devo condenar e condeno, devemos confirmar e confirmamos*).

¹² Para mais informação, cf. Tiersma 1999:56-57.

¹³ Ex. James hit Ian and Edward, then ran away / James hit Ian, and Edward then ran away.

por exemplo, a referência aos outorgantes (o Proprietário/*the Owner*). Para além do seu uso habitual, as maiúsculas são utilizadas em diversas ocasiões, como, por exemplo, para destacar uma palavra, expressão ou frase, redigindo-a inteiramente em maiúsculas (CONSIDERANDO/*WHEREAS* nos tratados internacionais; *GIVE AND BEQUEATH* no testamento inglês), para marcar as palavras que, numa determinada língua, levam sempre maiúsculas (ex. *Act* no Direito inglês), os nomes de barcos (*THE HARRISBURG*), os nomes de instituições, órgãos e legislações (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Bill of Rights*). Infelizmente, as situações em que uma palavra ou frase deve ser escrita em maiúsculas são raramente definidas, o que resulta em práticas diferentes.

- Uso frequente de construções passivas

As construções passivas são amplamente usadas nos textos jurídicos tanto ingleses como portugueses, com a finalidade de despersonalizar o texto e ocultar o agente de uma frase, estabelecer uma relação de distância entre a autoridade legislativa e os destinatários e dar um tom formal, neutro e objectivo ao texto jurídico.

Recorre-se, ainda, à voz passiva para omitir o sujeito gramatical ou para dar ênfase à acção em si, e não a quem a pratica (*Mistakes were made.../ Foram feitas alterações...*). Contudo, a omissão do sujeito pode criar dificuldades em perceber quem tem a responsabilidade de agir. Se se tomar como exemplo o artigo 38º, n.º 2 da Lei 23/2007 de 4 de Julho (“a decisão de recusa de entrada é notificada ao interessado”), é difícil saber quem tem a responsabilidade de notificar a recusa de entrada, podendo apenas deduzir-se este facto dos artigos precedentes. O mesmo se verifica nos textos jurídicos ingleses, sendo esta a razão pela qual o Supremo Tribunal de Justiça dos EUA declarou que “when Congress writes a statute in the passive voice, it often fails to indicate who must take a required action. This silence can make the meaning of a statute somewhat difficult to ascertain” (Tiersma 1999:76).

Para além de atribuir uma certa impessoalidade aos textos jurídicos, a voz passiva é também uma forma subtil de exercer a autoridade. Na opinião de Tiersma, “Legislators and judges want their commands to appear maximally objective, to give them the greatest possible rhetorical force. For legislators to state *we shall punish those who skate-board on the sidewalk* seems too personal, perhaps even vindictive. A passive sounds more authoritative: *Those who skateboard on sidewalks shall be punished*” (1999:76).

- Nominalização

Os redactores ingleses e portugueses recorrem muitas vezes à nominalização, isto é, transformam uma oração num sintagma nominal ou criam nomes a partir de outras classes gramaticais.¹⁴ Tal como as construções passivas, as nominalizações tiram a ênfase, obscurecem ou omitem a identidade do agente (Ex. O arguido assaltou o banco às 15:00 / O assalto ao banco ocorreu às 15:00; *The defendant injured the girl at 5 p.m. / The injury happened at 5.30 p.m.*). Por outro lado, a nominalização é usada estrategicamente para alargar o alcance de uma lei a todas as pessoas que possam vir a praticar um determinado acto. (ex. A produção, importação, exportação e venda de mercadoria ilegal é punida.../ *Cutting down, destroying or injuring any kind of wood...*).

Contudo, excepto nos casos supracitados, o uso das nominalizações é considerado um mau hábito (Tiersma 1999:78). As expressões como *proceder a admissão* (em vez de *admitir*), *levar a cabo a administração da justiça* (em vez de *administrar justiça*), *interpor recurso* (em vez de *recorrer*); *make an amendment* (em vez de *amend*), *make an objection* (em vez de *object*), *fill in an application* (em vez de *apply*), tornam a frase desnecessariamente mais longa, complexa e abstracta.¹⁵

- Estruturas sintácticas menos frequentes

Outra característica dos textos jurídicos portugueses e ingleses é o uso de estruturas sintácticas pouco frequentes na linguagem comum.

Mellinkoff, no seu livro *The Language of the Law*, afirma que “typical for legal syntax, there is a tremendous quantity of information inserted between the subject and the verb phrase” (1963:57). Embora esta citação de Mellinkoff se refira especificamente à linguagem jurídica inglesa, a sua afirmação aplica-se de igual modo, e provavelmente ainda mais, à linguagem jurídica portuguesa.

A inserção de informação entre o sujeito e o verbo evita-se na escrita corrente, mas na linguagem jurídica isto acontece com frequência (devido, em parte, ao processo de enumeração). Servem de exemplo os seguintes artigos: “**Every person** who insures or receives any consideration for insuring for or against the drawing of any ticket in any lottery whatever, whether drawn or to be drawn within this State or not, or who receives any valuable

¹⁴ Os redactores dos textos jurídicos portugueses são os que fazem maior uso desta técnica.

¹⁵ Em muitos casos, o uso de verbos e adjectivos torna a frase mais directa e mais fácil de compreender (ex. *There was agreement in the acceptance of the custody provision / The parties agreed to the custody provision*).

consideration upon any agreement to repay any sum, or deliver the same, or any other property, if any lottery ticket or number of any ticket in any lottery shall prove fortunate or unfortunate, or shall be drawn or not be drawn, at any particular time or in any particular order [...], **is guilty of a misdemeanor**” (*Código Penal da Califórnia, Art.º 324*)¹⁶ e “**O cidadão estrangeiro** detido nos termos do n.º 1 do artigo 146.º que, durante o interrogatório judicial e depois de informado sobre o disposto nos n.ºs 2 e 3, declare pretender abandonar o território nacional **pode**, por determinação do juiz competente e desde que devidamente documentado, **ser entregue** à custódia do SEF para efeitos de condução ao posto de fronteira e afastamento no mais curto espaço de tempo possível” (Lei n.º 23/2007, n.º1 do Art. 147.º).

Além disso, nos textos jurídicos portugueses é feita, não raras vezes, a separação entre o verbo auxiliar e o verbo principal, como se pode observar no exemplo anterior. Este fenómeno é também visível nos textos ingleses, podendo servir de exemplo o Art. 27.º do *Courts Act 1971*: “*The Lord Chancellor **may**, with the concurrence of the Minister for the Civil Service as to numbers and salaries, **appoint**...*”.

Contudo, os textos jurídicos portugueses e ingleses fazem também uso de diferentes tipos de estruturas sintáticas. Nos textos portugueses observa-se o uso frequente do sujeito pós-verbal (ex. *São apreendidos os objectos que tiverem servido ou estivessem destinados a servir a prática de um crime*), enquanto nos textos jurídicos ingleses observa-se o uso do advérbio precedido do particípio (*herein contained, hereinbefore reserved*).

- Uso da terceira pessoa

Para atingir o grau de distanciamento entre o autor e o destinatário, a maioria dos textos jurídicos portugueses e ingleses é escrita na terceira pessoa singular ou plural. Nos contratos, por exemplo, as partes contraentes são referidas através da sua função: *the Borrower*/o Mutuário.

- Uso de pronomes indefinidos

Empregam-se os pronomes indefinidos para marcar o carácter geral do Direito, sem dar lugar a exclusão. Nos textos jurídicos portugueses, verifica-se o uso dos seguintes pronomes indefinidos: *nenhum, alguém, ninguém, aquele que, qualquer um, todo aquele que*,

¹⁶ Consultar: California Penal Code Section 324, <<http://law.onecle.com/california/penal/324.html>>; Acedido a 12/08/2011.

todos, enquanto nos textos jurídicos ingleses se verifica o emprego dos pronomes: *any, anybody, anyone, each, everybody, nobody, every [person], no one*, etc.

- Uso de verbos normativos

Os textos normativos revelam ser portadores de leis, sendo elaborados de maneira a fazerem reconhecer a soberania daquele que os emite e o carácter obrigatório do seu conteúdo. Como reguladores da conduta de uma sociedade, os textos jurídicos recorrem aos verbos para alcançar a normatividade das suas leis.

No entanto, “les verbes qui explicitent la force légale ne le font pas toujours de la même manière, et certaines conventions de langage ont aussi un rôle” (Cornu 2005:264), o que significa que os textos jurídicos ingleses e portugueses serão diferentes no que concerne o emprego dos verbos normativos.

Os textos legislativos portugueses usam o presente do indicativo para exprimir os direitos e as obrigações. Normalmente, o presente do indicativo expressa um facto e não uma ordem, mas, nos textos jurídicos portuguesas, este substitui o imperativo gramatical. Como afirma Cornu, “sans le secours d’aucun verbe explicite, l’indicatif présent suffit non seulement à exprimer le droit mais, plus spécifiquement, à marquer l’obligation” (2005:268).

Qual é a razão do uso do indicativo? Nas palavras de Cornu:

Psychologiquement, l’indicatif présent offre d’ailleurs des avantages. Il occulte celui qui donne l’ordre et ne brandit pas le pouvoir d’ordonner. **C’est une façon plus discrète, plus douce et plus diplomatique de commander.** La référence à ce qui est pourrait même faire imaginer que la règle énoncée n’est pas arbitrairement imposée, mais naturellement fondée, que le droit est proche de la nature des choses. (2005:268; *minha ênfase*)

Consoante a finalidade que se pretende alcançar, os verbos normativos portugueses dividem-se em quatro categorias: verbos de obrigatoriedade (deve, tem a obrigação de, é obrigatório, é, etc.), de interdição (não é permitido, é proibido, é interdito, etc.), de permissão (pode, tem o direito) e facultativos (pode).

Contrariamente aos textos portugueses, os textos ingleses são muito mais directos, fazendo uso dos verbos modais para exprimirem a natureza normativa das leis. *Shall* é usado como verbo de obrigatoriedade, a interdição é expressa através da forma negativa de *shall* (*shall not*) e a permissão é expressa pelo verbo *may*. O verbo modal *must* é,

também, usado para exprimir a obrigatoriedade, mas tende a cair em desuso, dando-se preferência ao *shall*.

Uma das inconveniências do verbo *shall* é que este é também usado para exprimir o futuro, confundindo o leitor. Muitos investigadores na área de redacção legislativa (*legal drafting*) propuseram o uso de *shall* ou *is to be* para obrigações e de *will* nos casos onde haja a necessidade de assinalar o futuro. No entanto, a maioria dos legisladores continuam a usar *shall* com ambos os valores.

2.3. Plain Language Movement

A linguagem jurídica portuguesa e inglesa tem sido criticada pelo seu obscurantismo e vocabulário rebuscado, não apenas pela população em geral, mas também por advogados, legisladores e juízes (Alcaraz e Hughes 2002, Butt e Castle 2006, Garner 2009, Mellinkoff 1963 e Tiersma 1997 no caso inglês, e Fisher-Martins¹⁷ no caso português). A linguagem jurídica é, na opinião da maioria das pessoas, “prolix, obscure, redundant, impersonal, foggy, jargon-and-cliché-ridden, orotund, and fuzzy” (Cao 2007:83), o que resulta principalmente da tradição antiga da redacção dos textos jurídicos perpetuada pelos profissionais de Direito.

Como afirmou Butt, os advogados, juízes e outros redactores de textos jurídicos tendem a escrever num estilo próprio: “[They] come to write legal documents in a style that is peculiarly time-warped. It is traditional; it is inculcated in law schools; [...] it is how they always write. Knowing no other style, they never pause to question it. What incentive is there to do so?” (2006:7).

Desta forma, as características especiais da linguagem jurídica fazem com que só uma minoria a domine, colocando certos grupos sociais em desvantagem perante a lei. Para alguns, isto deve-se às tentativas dos profissionais de direito de manterem na ignorância a população em geral ou os seus próprios clientes, enquanto para outros a complexidade dos conceitos jurídicos impõe o uso de formas linguísticas complexas. Embora haja um número considerável de textos que se destinam à comunicação entre especialistas de Direito, a maioria das disposições jurídicas, como os códigos e as leis, abrange toda a população de um país.

Desta forma, um sistema jurídico genuinamente preocupado com a salvaguarda dos direitos da população em geral deveria procurar meios para administrar o Direito numa

¹⁷Fisher-Martins, Sandra. “O direito a compreender”. TEDxPorto.
<http://www.youtube.com/watch?v=tP2y0vU7EG8&feature=results_video&playnext=1&list=PLFE6159920C784FBD>; Acedido a 20/10/2011

linguagem entendida pela maior parte das pessoas. Este é o objectivo do *Plain Language Movement*, um movimento encontrado em países como Inglaterra, Austrália, os EUA, Canadá, Suíça, Suécia, etc., ou noutras organizações como a União Europeia (*Fight the Fog*).

Segundo os adeptos do *Plain Language Movement*, a principal razão pela qual tantas pessoas são da opinião que os textos jurídicos são ilegíveis, é porque não foram escritos para eles. Na opinião de Mellinkoff, “most legal writing isn’t written for anybody at all. Most legal writing is written to get it written” (1963:65). É por isso que na sua maioria, frases simples como “I give you that orange” adquirem a forma de “I hereby give you all right, title and claim to that orange” (Tiersma 1999:62).

Consequentemente, os adeptos desta nova corrente acreditam que os textos jurídicos (e, em particular, os textos legislativos) devem ser redigidos de maneira a serem entendidos pela maioria das pessoas, sem, no entanto, os destituir do seu efeito jurídico. Desta forma,

Plain language is language that is not artificially complicated, but **is clear and effective for its intended audience**. While it shuns the antiquated and inflated words and phrase, which can readily be either omitted altogether or replaced with a more useful substitute, it does not seek to rid documents of terms which express important distinctions. Nonetheless, plain language documents offer non-expert readers some assistance in coping with these technical terms. To a far larger extent, plain language is concerned with matters of sentence and paragraph style, with organisation and design, where so many of the hindrances to clear expression originate. (Butt 2006:113; *minha ênfase*)

Por conseguinte, ao redigir um texto, os juristas devem prestar atenção à escolha das palavras (evitando, quando possível, o uso de jargão profissional, pares de sinónimos, estrangeirismos, fórmulas arcaicas, entre outros), à estrutura sintáctica do texto (privilegiando frases curtas, a pontuação correspondente e a reorganização da informação, quando necessário), e à organização simples do texto (a divisão em capítulos, secções, números, etc.).

Tendo em vista a clareza e a acessibilidade, Bryan Garner, no seu livro *Garner on Language and Law*, dá alguns conselhos para a redacção dos textos jurídicos, nomeadamente:

achieve a reasonable average sentence length, prefer short words to long ones, simple to fancy, minimize jargon and technical words, avoid double and triple negatives, prefer the active voice, keep related words together, break up the text with headings, use parallel structures for enumerations, avoid excessive cross-references, avoid overdefining, use recitals and purpose clauses. (*apud* Houbert 2005:16)

Embora estas sugestões se revelem muito eficazes na obtenção de textos mais acessíveis, a maioria dos países teima em não adoptar os princípios do *Plain Language* para redigir os seus textos. É por isso que Cutts afirmou:

Like a poor man's Martin Luther King, I have a dream. It is that every person of reasonable intelligence and literacy may sit at their kitchen table and open a small book or CD-ROM in which the most important laws that govern them are clearly and simply written in their original, unabridged form. I have that dream. But we stand a long, long way from making it reality. (Cutts *apud* Fluckiger 2008:9)

Em Portugal, o *Plain Language* é um conceito pouco conhecido, embora pouco a pouco comecem a aparecer instituições interessadas na simplificação da linguagem jurídica.

A preocupação com a clareza da linguagem jurídica utilizada nos documentos destinados à comunicação com os cidadãos resultou na promulgação de uma lei de modernização administrativa. O artigo 16º do Decreto-Lei 135/99 diz que a comunicação do Estado com os cidadãos deve ser feita numa “linguagem simples, clara, concisa e significativa, sem siglas, termos técnicos ou expressões reverenciais ou intimidadoras”¹⁸, embora desde a sua entrada em vigor poucos organismos se tenham esforçado para a aplicar na prática.

Outro programa de simplificação de documentos oficiais é *Simplegis*, que visa a simplificação através da revogação de leis desnecessárias, mas também a publicação no Diário da República Electrónico (www.dre.pt) de resumos explicativos em inglês e português de decretos-leis e decretos regulamentares, escritos em linguagem simples, clara e acessível. Embora não seja propriamente um programa de simplificação da linguagem utilizada nos textos oficiais, é um projecto louvável, que demonstra que há uma tentativa de mudança na maneira como a legislação é redigida.

Um dos promotores mais evidentes da simplificação da linguagem utilizada em documentos destinados à comunicação do Estado ou de empresas com os cidadãos/clientes é *Português Claro Lda.*, uma empresa gerida por Sandra Fischer-Martins e Martin Cutts. Sandra Fisher-Martins, uma tradutora com dez anos de experiência e uma das pioneiras na introdução do *Plain Language* em Portugal, é responsável pelos projectos da *Português Claro*, enquanto Cutts, um dos fundadores do *Plain Language Campaign* e *Plain Language*

¹⁸ Disponível online, cf. < http://www.cm-amadora.pt/files/2/documentos/DL_135_99.pdf >; Acedido a 15/09/2011.

Commission em Inglaterra e autor do livro *Oxford Guide to Plain English*, entre outros, assegura a direcção técnica da referida empresa.

Fisher-Martins criou também o projecto *Claro!*¹⁹, gerido pela *Português Claro* em parceria com várias organizações públicas ou privadas, com o objectivo de produzir guias de informação em linguagem clara para várias ONG, exercer pressão política para que seja aplicada a lei de simplificação da linguagem, e, em geral, promover a utilização de uma linguagem clara e de uma paginação de documentos acessível em toda a informação pública. Nas palavras de Fischer-Martins:

Informação pública é tudo o que as pessoas, enquanto cidadãos e consumidores, precisam de ler no dia-a-dia para tomar decisões e gerir a sua vida, como sejam impressos, panfletos, extractos bancários, facturas, acordos, contratos, leis e muitos outros. Se esta informação estiver escrita em português claro, as pessoas a quem se destina conseguem lê-la, entendê-la, decidir e agir.²⁰

Desta forma, há uma cada vez maior consciencialização dos problemas de compreensão dos documentos que afectam o dia-a-dia dos portugueses e, graças à iniciativa de alguns, esperam-se progressos no que diz respeito à legibilidade e a claridade dos textos jurídicos em Portugal.

¹⁹ Cf. Claro! Pelo direito a compreender. < <http://portuguesclaro.pt/claro/>>; Acedido a 09/08/2011

²⁰ Cf. *Plain Language na Administração Pública*, Interface.

<<http://portuguesclaro.pt/documentos/Artigo%20Portugu%C3%AAs%20Claro%20na%20Interface%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica%20Abril%202008.pdf>>. Acedido a 09/08/2011.

CAPÍTULO III – Métodos e estratégias de tradução

3.1 Métodos de tradução

A controvérsia mais antiga em torno da tradução diz, porventura, respeito à tensão entre a tradução literal e livre. O debate entre estas duas posições opostas tornou-se ainda mais feroz quando foram aplicadas aos textos jurídicos. Durante muito tempo, os textos jurídicos foram equiparados aos escritos religiosos por partilharem a mesma natureza normativa, o que, logicamente, resultou numa tendência para seguir a tradução literal como o único e verdadeiro método de tradução. Considerando os textos jurídicos sagrados, seguir a “letra da lei”, isto é, seguir o mais literalmente possível as convenções linguísticas do TP, era considerado a opção mais acertada na tradução jurídica (Šarčević 1997:36-39). O princípio que regia o processo de tradução era a fidelidade em relação ao TP.

No entanto, no início do século XX, a definição de fidelidade em relação à tradução jurídica foi radicalmente modificada. Virgil Rossel, o tradutor do Código Civil suíço para francês, afirma que “upholding the principle of fidelity to the source text does not entail reproducing the source text word for word but rather producing a text that leads to the same results in practice” (Šarčević 1997:39). A fidelidade no caso particular da tradução de Direito consiste em reproduzir o efeito jurídico, provocando um impacto equivalente no destinatário do TC, o que poderá exigir algumas alterações substanciais no TP para respeitar as convenções estilísticas da LC.

Contudo, Šarčević adverte que as decisões linguísticas podem levar a consequências jurídicas nefastas, devendo, por isso, serem tomadas com grande cautela. “As responsible decision makers, translators must know exactly how far they can stretch their limited freedom and still respect the restraints of their profession” (Šarčević 1997:3).

O método a aplicar na tradução jurídica dependerá, portanto, do estatuto do texto, isto é, se o texto é autoritário ou não autoritário. Por texto autoritário entende-se o texto traduzido e autenticado por uma autoridade competente, não sendo considerado uma tradução, mas um original (Šarčević 1997:18). São textos com funções normativas, tendo plenos poderes jurídicos na cultura de chegada. Em relação aos textos desta natureza, Newmark acredita que “the formal register of the TL must be respected in dealing with documents that are to be concurrently valid in the TL community (EEC laws, contracts, international agreements, patents). [...] Such translations require the so-called communicative approach, that is target

language-oriented” (*apud* Šarčević 1997:19). Newmark defende um método de tradução que respeita as convenções e as práticas de redacção dos textos jurídicos da cultura de chegada, tendo como finalidade criar direitos e efeitos jurídicos.

Quanto aos textos não autoritários, estes são traduzidos para fins exclusivamente informativos, respeitando as características do TP. São textos que não se integram, nem terão efeito na cultura de chegada. Para textos desta natureza, Newmark propõe o seguinte método: “in regard to foreign laws, wills, conveyancing translated for information purposes only, literal or semantic translation is necessary” (*apud* Šarčević 1997:19).

Por conseguinte, através desta nova visão da fidelidade, os tradutores jurídicos conseguiram dar um passo em frente na delimitação dos métodos a aplicar na tradução jurídica, desprendendo-se do pensamento geral de que a tradução jurídica é um processo mecânico definido pelo princípio da fidelidade ao TP. Uma vez delineada a metodologia a aplicar na totalidade do texto, o tradutor será livre de recorrer a diferentes estratégias que respeitarão a orientação geral delimitada pelo método escolhido.

3.1 Estratégias aplicadas à tradução dos textos jurídicos

As estratégias que se aplicam à tradução jurídica não diferem, em termos gerais, das estratégias propostas por Vinay e Darbelnet (2003) ou Chesterman (2000). No entanto, algumas estratégias são mais privilegiadas que outras.

Para facilitar a organização desta secção, dividiram-se as estratégias em dois grupos: aquelas que se aplicam ao nível textual e as que se aplicam à terminologia, sendo escolhidas as estratégias mais relevantes para o texto em causa.

3.1.1 Estratégias ao nível textual

- **Modulação semântica** - designa as variações na forma da mensagem obtidas através de mudança semântica ou de ponto de vista. Esta estratégia deixa ao tradutor uma grande margem de manobra, uma vez que lhe permite afastar-se das convenções de redacção do TP (ex. **put into circulation** in the Community – que **tenham sido comercializadas** na CE).

- **Transposição gramatical** - consiste em substituir uma categoria gramatical por outra. Esta técnica revela-se útil na tradução jurídica, na medida em que muitas vezes há a necessidade de substituir as categorias gramaticais para corresponder às convenções estilísticas e sintácticas da LC (ex: o bom **funcionamento** – which **functions** properly)

- **Omissão** - Consiste na eliminação de palavras ou informação não vital ao desenvolvimento de um texto. O tradutor recorre a esta estratégia quando acredita que uma palavra ou uma expressão é supérflua e a sua eliminação não altera o sentido do TP, tornando o TC mais claro. Na tradução jurídica, muitas vezes procede-se a eliminação de redundâncias lexicais ou repetições desnecessárias. (ex. The **last will and testament** of Warren Jones – O **testamento** de Warren Jones).

No entanto, o tradutor deve ter em atenção não omitir um termo carregado de significado no TP. Na opinião de Šarčević, “[Legal translators] should always be aware that even minor linguistic changes can sometimes unintentionally alter the substance, thereby changing the meaning and/or effect” (1997:91).

3.1.2 Estratégias ao nível de terminologia

Devido à particularidade da linguagem jurídica, a tradução de terminologia é a que coloca maiores desafios ao tradutor jurídico, sendo necessário aplicar diferentes estratégias para que o TP seja rendido com sucesso na LC.

Como afirma Anne Lise Kjær:

Because legal systems differ, there will always be instances of conflicting terminology and concepts and, depending on the degree of affinity or difference between the two legal systems, translation between legal systems involves profound problems of how to translate culture-bound concepts, conceptions or institutions belonging to the source language system into the target-text”. (Kjær 2007:74).

Isto significa que a maior dificuldade de tradução resulta da incongruência dos conceitos jurídicos. É por esta razão que Newmark acredita que os conceitos peculiares à cultura do texto de chegada são intraduzíveis, enquanto tudo o resto é “more or less translatable” (*apud* Terral 2004:883).

Para traduzir os termos que pertencem à cultura e ao sistema do TP, Martin Weston (1991) e Šarčević (1997) (embora atribuindo-lhes, por vezes, diversos nomes) mencionam sete estratégias diferentes:

- **Empréstimo** - consiste na importação de uma palavra estrangeira, com ou sem adaptação ortográfica, que serve para preencher uma lacuna cultural ou linguística ou para criar um efeito estilístico.

Os empréstimos são muito evidentes nos textos jurídicos, especialmente pelo uso frequente de locuções latinas (*modus operandi*, *persona non grata*²¹), anglicismos (*joint venture*, *dumping*, *offshore*²²), francesismos (*cestui qui trust*, *femme sole*)²³, etc.

O uso de empréstimos justifica-se quando não existe outra palavra referencial e funcionalmente equivalente na LC, ou quando o uso de outra palavra altera, ou não exprime por completo, o significado do termo da LP, podendo ser exemplo disso os termos ingleses *trust*, *barrister* e *solicitor*²⁴, etc. O empréstimo justifica-se, também, quando é usado nos textos destinados a um público especializado, uma vez que os destinatários não terão problemas em entendê-lo.

O empréstimo mostra claramente que o termo em questão pertence a uma cultura e um sistema jurídico diferentes daqueles do leitor do TC. O empréstimo pode, às vezes, tomar a forma de neologismo quando integrado na língua e na cultura de chegada.

- Tradução literal (ou equivalência formal) consiste na transposição palavra por palavra do TP. A tradução literal não levanta problemas quando corresponde ao mesmo (ou quase o mesmo) conceito da LP (ex. Primeiro ministro - *Prime Minister*) e poderá ser considerada uma opção viável quando oferecer um termo semanticamente próximo e transparente no seu significado, mesmo quando não corresponde a uma realidade da língua e cultura de chegada (tradução de nomes de legislações e instituições nacionais). Por exemplo, o termo *Ministro das Finanças* poderá ser traduzido literalmente por *Minister for Finance* (em vez do seu

²¹ *Modus operandi* - modo de operar, de agir; *persona non grata* - proibição de entrar num país ou edifício, ou de participar em determinados actos, etc.

²² *Joint venture* - associação de empresas com o fim de investirem num negócio comum, partilhando os riscos, os investimentos, as responsabilidades e os lucros associados ao projecto.

Dumping - prática comercial que consiste na venda de produtos no estrangeiro a preços mais baixos do que aqueles praticados no mercado interno, com o objectivo de dominar o mercado e afastar a concorrência.

Offshore - contas ou empresas abertas em paraísos fiscais, geralmente com o intuito de pagar menos impostos do que no país de origem.

²³ *Cestui qui trust* - beneficiário de um *trust*. *Trust* é um conceito tipicamente inglês, designando a situação jurídica resultante de um acto pelo qual uma pessoa - o instituidor (*settlor*) - coloca certos bens sob o controlo de outra pessoa - o gestor fiduciário (*trustee*) - que fica obrigada a administrá-los em benefício de um terceiro ou do próprio instituidor - o beneficiário (*beneficiary*), ou tendo em vista certa finalidade específica. (Vicente 2008:252). *Trust* é, por vezes, traduzido para português como *fideicomisso*. No entanto, *fideicomisso* é uma figura específica do direito português de sucessões, tendo um significado mais restrito que *trust*.

Femme sole - mulher solteira.

²⁴ Em Inglaterra, a profissão jurídica divide-se em *solicitors* e *barristers*. Os *solicitors* contactam com os possíveis clientes, aconselham os clientes em matéria jurídica, participam em negociações, preparam os casos para julgamento, representam os clientes nas instâncias inferiores (*Magistrates' Court* e *County Court*) e preparam os casos para os *barristers*. Os *barristers* são os advogados que principalmente apresentam os casos nos tribunais superiores (*High Court*, *Crown Court* e *Court of Appeal*).

equivalente inglês *Chancellor of the Exchequer*), nas situações em que a escolha do equivalente funcional não é a opção mais adequada.

No entanto, a escolha da estratégia da tradução literal deverá ser rejeitada nos casos em que o termo corresponde a noções diferentes na LC (falsos amigos) ou quando é linguística ou juridicamente incorrecto. Por exemplo, *acto jurídico* deverá ser traduzido por *legal act*, e não *juridical act*, ainda que a palavra *juridical* exista. *Common Law* não se deve traduzir por *direito comum*, já que o direito comum (*ius commune*) designa o direito romano aplicado na Europa continental no período compreendido entre os séculos XII e XVIII, e não o Direito Anglo-saxónico.

Relativamente à tradução literal, Newmark afirma que “a good translator abandons a literal version only when it is plainly inexact or [...] badly written. A bad translator will always do his best to avoid translating word for word” (*apud* Weston 1991:25)

- **Equivalência funcional** é definida por Šarčević como “a term designating a concept or institution of the target legal system having the same function as a particular concept of the source legal system” (1997:236). O equivalente funcional é, por conseguinte, uma estratégia orientada para o destinatário, sendo por isso que Weston a considera como “the most idiomatic and natural-looking rendering” (1991:21).²⁵ Por exemplo, o equivalente funcional da expressão *Conselho de Ministros é Cabinet*, e não *Council of Ministers*, uma vez que *Council of Ministers* não corresponde a nenhum conceito no sistema jurídico inglês.

Contudo, Šarčević adverte que raramente existe uma equivalência total de um conceito, sendo que, na maioria das vezes, as equivalências funcionais são parciais. Segundo ela, “some functional equivalents can be misleading to the point that they encourage litigation. Therefore, a functional equivalent should not be used until its acceptability has been proven”²⁶ (1997:236).

Desta forma, a equivalência funcional deverá ser usada com cuidado nos casos em que um termo é peculiar à cultura de partida. Por exemplo, o termo *Ministro das Finanças* poderá induzir o leitor em erro se for traduzido como *Chancellor of the Exchequer*, uma vez que este poderá pensar que se trata do oficial britânico e não do Ministro das Finanças de outro país.

²⁵ Na opinião de Weston, “Generally speaking, the technique of using a functional equivalence may be regarded as the ideal method of translation” (1991:23).

²⁶ “When determining the acceptability of a functional equivalent, the translator should take account of the structure/classification, scope of application, and legal effects of both the functional equivalent and its source term” (Šarčević 1997:242).

Outro problema é que os equivalentes funcionais nem sempre correspondem na totalidade ao conceito de uma cultura. Toma-se, por exemplo, a tradução de *Act of God* para francês. *Act of God* significa, de acordo com o *Black's Dictionary*, “an overwhelming, unpreventable event caused exclusively by forces of nature, such as an earthquake, flood, or tornado”, enquanto *force majeure* é definido como “an event or effect that can be neither anticipated nor controlled. The term includes both acts of nature (e.g., floods and hurricanes) and acts of people (e.g., riots, strikes, and wars)”. Desta forma, *force majeure* não se deverá traduzir por *Act of God*, na medida em que há discrepâncias essenciais entre os seus significados.²⁷

- **Equivalência descritiva (paráfrase)** - consiste na descrição sucinta de um conceito (ex. *dolo* - to act with intent to cause damage, or recklessly and with knowledge that damage would probably result). Do ponto de vista jurídico, a equivalência descritiva é o método mais eficaz para compensar uma incongruência terminológica ou para traduzir numa linguagem neutra os termos ligados à cultura e ao sistema do TP. É, muitas vezes, utilizada paralelamente ao empréstimo (empréstimo seguido da sua descrição entre parênteses). No entanto, a equivalência descritiva tem a desvantagem de aumentar o texto, não sendo a melhor estratégia nos casos em que há uma limitação de espaço.

²⁷ Šarčević menciona na página 7 do seu artigo *Legal Translation and Translation Theory: a Receiver-oriented Approach* um caso que chegou ao tribunal devido à tradução de *Act of God* por *force majeure*. Cf. <<http://www.tradulex.org/Actes2000/Šarčević.pdf>>.

CAPÍTULO IV – *Skopostheorie* e a tradução jurídica

4.1 *Skopostheorie*: quadro teórico adequado à tradução jurídica?

Uma das questões que se levanta na tradução jurídica prende-se com a identificação do quadro teórico mais apropriado para a tradução de textos desta natureza. Este problema é abordado por Šarčević, que infelizmente constata: “there appears to be no consensus among lawyers and linguists on acceptable translation techniques, let alone on a theoretical approach to legal translation” (1997:2).

Vermeer afirma que a *Skopostheorie* se adapta a todos os tipos de texto e em todas as situações (1982:99), o que significa que também se aplicará à tradução jurídica. Contudo, alguns investigadores de diferentes áreas do saber (Šarčević 1997, 2000; Garzone 2000) mostraram-se algo apreensivos quanto à aplicação da *Skopostheorie* no campo da tradução jurídica.

4.1.1 Análise das principais ideias da *Skopostheorie* e da sua aplicação na tradução jurídica

Šarčević, na obra *New Approach to Legal Translation*, define a tradução jurídica como “an act of communication within the mechanism of law” (1997:55). Ao dar esta definição, Šarčević não descarta a validade da *Skopostheorie*, estando, até certo ponto, a favor das teorias elaboradas pelos investigadores alemães. Desta forma, os adeptos da *Skopostheorie* e os investigadores na área da tradução jurídica partilham a mesma ideia de a tradução não ser um processo de transcodificação linguística, mas um acto de comunicação entre culturas (e/ou sistemas jurídicos).

- Função do TP e do TC

Além disso, a tradução jurídica coincide ainda no ponto central da *Skopostheorie*, que afirma que a função do TP pode ser diferente da função do TC. Segundo Gonzales, “il arrive souvent que des textes soient traduits à des fins différents de celles qui ont motivé la création du texte de départ. Cela est vrai surtout [...] dans le domaine juridique” (2003:41).

Embora alguns textos jurídicos mantenham a função normativa e informativa do TP, como é o caso da tradução dos textos legislativos dos países ou organismos plurilingues (Canadá, Suíça ou a União Europeia, entre outros), estes podem ser traduzidos com diferentes finalidades. Uma legislação nacional pode, por exemplo, ser traduzida para um advogado

estrangeiro que se queira informar sobre as leis de outro país. Ao contrário do TP, esta tradução será feita apenas para fins informativos, não acarretando efeitos jurídicos e não podendo ser apresentada como autoridade num tribunal.

- Métodos de tradução

Além disso, os métodos propostos por Newmark (*apud* Šarčević 1997:19) na tradução dos textos jurídicos coincidem com as traduções instrumental e documental de Nord (1997:47-52). A tradução documental será adequada na tradução de textos com função informativa na língua de chegada, enquanto a tradução instrumental aplicar-se-á na tradução dos textos normativos.

No entanto, os investigadores na área da tradução jurídica confirmam que a *Skopostheorie* pode ser aplicada apenas em parte na tradução jurídica, havendo divergências em pontos considerados centrais da teoria funcionalista.

- Importância da função do TC

Para Vermeer, a função do TC é o critério mais importante na tradução, o que determinará a escolha das estratégias de tradução. Para apoiar esta afirmação, Vermeer dá um exemplo de um contrato de seguros, que deverá ser traduzido de maneira diferente de acordo com a função comunicativa de cada situação. Na sua opinião, “target-language formulae are to be used in the translation of an insurance contract for use in practice, whereas source-language ones are to be imitated if the translation is to be used as court evidence” (Šarčević 1997:18).

Contudo, embora Vermeer tenha razão ao dizer que nem todos os textos devem ser traduzidos literalmente, o seu exemplo simplifica o processo da tomada de decisões dos tradutores jurídicos. Šarčević é da opinião que muitas teorias de tradução não prestam devida atenção às particularidades dos textos jurídicos e que a função do texto de chegada não é o único, nem o principal, critério a levar em conta na tradução dos textos jurídicos. A propósito de Vermeer, a autora afirma:

[He] disregards the fact that legal texts are subject to special rules governing their use in the mechanism of the law. Above all, legal translators must take account of the **legal criteria** when selecting an appropriate translation strategy. For instance, in regard to contracts, the decision whether and to what extent target-language formulae should be used is determined primarily by the law governing the contract. This fact is essential because it determines whether the

contract will be interpreted according to the source or the target text system.
(1997:19; *minha ênfase*)

Desta forma, a decisão de manter o texto mais próximo das convenções da LP ou da LC depende mais do sistema jurídico ou das regras através das quais o texto será interpretado do que do carácter documental ou instrumental da tradução.

- Estatuto do TP

Na *Skopostheorie*, o TP deixa de ter importância, sendo considerado apenas como uma oferta de informação. Esta ideia é inadmissível da perspectiva da tradução jurídica, uma vez que este é considerado “a sacred writ” (Garzone 2000:2). Para além da sua influência na redacção do TC, o TP continua a ter uma grande importância mesmo depois do aparecimento da sua tradução. Nos textos paralelos das instituições europeias ou nas legislações dos países plurilingues, quando houver uma discrepância (ainda que mínima) no significado ou efeito jurídico, o juiz analisará as versões oficiais e determinará qual o significado que melhor concilia os dois textos. Desta forma, o TP é o critério prioritário na avaliação da qualidade e aceitabilidade de uma tradução.

- A tradução como oferta de informação

Na *Skopostheorie*, a tradução é vista como uma oferta de informação sobre alguma informação oferecida no TP. No quadro da tradução jurídica, apenas os textos traduzidos para fins informativos podem ser considerados como uma oferta de informação na LC sobre uma oferta de informação na LP. Esta definição não se aplica nem às traduções autenticadas nem às traduções incorporadas na legislação nacional, que constituem o grosso das traduções efectuadas no mundo. Como afirmou Šarčević, “by virtue of the act of adoption, such texts are not mere translations of the law, they are the law itself” (1997:20). Os textos que resultam da tradução são dotados de poderes jurídicos e são invioláveis, tal como os TP, não sendo considerados traduções, mas textos originais.

- Tipologia textual

Quanto à função e à tipologia de textos, Katherine Reiss inclui os textos jurídicos na categoria dos textos informativos. Para ela, fazem parte dos textos informativos os “notices, reports, philosophical texts, treaties, laws and contracts” (*apud* Šarčević 1997:7). Contudo, Reiss errou ao supor que a função dos textos jurídicos é meramente informativa (Šarčević 1997:7). É por isso que Šarčević (1997:11), baseando-se nas pesquisas feitas por Bocquet (1994) menciona outra classificação, tendo em conta a função prescritiva dos textos jurídicos.

A autora distingue entre: (1) textos normativos, como as leis, os contratos, os tratados e as convenções internacionais, que visam reger a conduta de uma sociedade; (2) textos principalmente descritivos (informativos), mas também prescritivos, como as decisões judiciais, as petições, os requerimentos, etc.; e (3) textos meramente descritivos, como é o caso dos livros de Direito, artigos publicados por juristas ou os pareceres jurídicos.

- Destinatário

Quanto aos destinatários, diferentes posições são adoptadas. Normalmente, devido à natureza dos textos jurídicos, o acento é colocado no conteúdo normativo e no efeito jurídico e não nos destinatários da tradução. Garzone afirma que “the main objections are centered on the typical recipient-orientedness of functional approaches, which seems unacceptable for legal translation, subject as it is to rigorous ‘rules of interpretation’” (2000:2). Por outro lado, Šarčević é da opinião que “the translation of legal texts is (or ought to be) receiver-oriented” (2000:1). Contudo, para Šarčević, os destinatários dos textos jurídicos são os profissionais de Direito (advogados e juízes) e não os cidadãos em geral.

Tendo em atenção os argumentos supracitados, conclui-se que a *Skopostheorie* aparenta ser uma teoria demasiado generalista para se aplicar a todos os tipos de textos jurídicos. No entanto, Šarčević (1997, 2000) e Garzone (2000) não rejeitam a *Skopostheorie*, afirmando que é a teoria que mais se aplica à tradução jurídica, embora haja a necessidade de fazer algumas adaptações para as particularidades da tradução jurídica²⁸. Garzone sublinha que “there can be no doubt, however, that on the whole in legal translation a functional approach is not only viable, but recommendable as well as effective in consideration of its comprehensiveness and flexibility” (2000:9).

²⁸ Garzone afirma: “For application in the field of the law some of the most controversial corollaries of functionalism have to be modified or even discarded, due largely to the particular pragmatic status (i.e. legal force and validity) of legal texts, which is an overriding factor in determining the skopos of the translation” (2000:9).

CAPÍTULO V – O tradutor jurídico

5.1 O perfil do tradutor jurídico

Dada a natureza específica dos textos jurídicos, muitos profissionais da área do Direito e da tradução tentaram estabelecer o perfil ideal do tradutor de textos jurídicos, chegando ao difícil dilema: é preciso ser tradutor ou jurista para traduzir os textos da área de Direito? A questão de quem é mais apto para traduzir os textos jurídicos ainda continua em aberto. O tema do perfil e da formação do tradutor jurídico será tratado brevemente em seguida, embora este tema mereça uma dissertação por si só.

David G. Reed lamenta que “les traducteurs de textes juridiques ne soient que trop rarement des juristes” (*apud* Lavoie 2003:394), o que dá a entender que as pessoas formadas em Direito são as mais indicadas para traduzir textos desta natureza. Esta opinião universalmente difundida talvez venha da noção de que o Direito é basicamente uma questão de terminologia e de interpretação. Relativamente à terminologia jurídica, Darbelnet justifica esta ideia da seguinte maneira:

Le discours juridique dispose naturellement d'un très grand nombre de termes techniques que seul le juriste peut manier avec sûreté, puisque c'est une caractéristique de tout terme technique de n'être compris que si on connaît de première main la réalité qu'il recouvre, ce qui exige naturellement une formation spécialisée” (1979:31).

A maioria das pessoas, sobretudo aqueles que fornecem trabalho de tradução nesta área, pensa que para traduzir os textos jurídicos basta ser licenciado em Direito e conhecer uma língua estrangeira. Uma vez que o principal instrumento de trabalho dos profissionais de Direito é a linguagem específica desta área, deduz-se que serão as pessoas mais indicadas para traduzir textos de carácter jurídico. Este argumento não convence Roda Roberts, coordenadora de um programa de mestrado em tradução jurídica na Universidade de Ottawa, segundo a qual: “over half of the law graduates who apply for admission fail the entrance exam because of inadequate language skills.” (Lavoie 2003:395).

Deste ponto de vista, ter uma formação em Direito não significa que uma pessoa tenha adquirido automaticamente as aptidões necessárias para traduzir um texto jurídico. No caso dos advogados canadianos que traduziram as legislações nacionais, estes foram criticados pelo seu excessivo apego à estrutura e à terminologia do TP. É por isso que Gémard, no seu artigo “La traduction juridique: art ou technique d'interprétation?”, afirma que “un juriste qui

ne serait pas formé à la traduction, à ses méthodes, à ses contraintes, n'est pas plus qualifié pour traduire qu'une secrétaire d'entreprise, un comptable, un architecte, un médecin ou un plombier.” (1988:306).

Por outro lado, se um licenciado em Direito que carece de competências tradutórias não é apto para efectuar traduções jurídicas, será que um tradutor será capaz de fazê-lo sem ter conhecimentos de Direito? A essa questão Gémár responde negativamente, aconselhando os tradutores que pretendem especializar-se em tradução jurídica a estudar Direito “afin de mieux maîtriser leur art en l’édifiant sur des bases juridiques” (Gémár 1988:307).

Devido às particularidades do discurso jurídico, a maioria dos investigadores (como Gémár 1988, Šarčević 1997, Lavoie 2003, entre outros) concorda que os tradutores devem ser competentes tanto em tradução, como em Direito, propondo uma dupla formação em Direito e Tradução para quem quiser seguir a área de tradução jurídica.

5.2. Competências do tradutor jurídico

Quanto às competências necessárias, Deborah Cao distingue três pré-requisitos que o tradutor deverá possuir para realizar uma tradução bem sucedida: o tradutor deve (1) adquirir conhecimentos básicos dos diferentes sistemas jurídicos; (2) estar familiarizado com a terminologia relevante da área do Direito em que se especializa; e (3) conhecer as particularidades da linguagem jurídica da LP e LC (2007:34).

Contudo, Šarčević acrescenta a estes pré-requisitos outras competências, afirmando que um tradutor jurídico deverá possuir:

a thorough understanding of legal reasoning and the ability to solve legal problems, to analy[s]e legal texts, and to foresee how a text will be interpreted and applied by the courts. In addition to these basic legal skills, the legal translator should also possess extensive knowledge of the legal system and preferably the source legal system as well. Moreover, drafting skills and a basic knowledge of comparative law and comparative methods are also required (1997:113).

No entanto, Šarčević chega à conclusão de que este tipo de tradutores é demasiado ideal, raramente havendo quem reúna todas estas competências.

Embora não haja consenso quanto ao necessário grau de conhecimentos de Direito ou das aptidões exactas de um tradutor jurídico, deduz-se destas afirmações que a tradução jurídica pressupõe um profundo conhecimento da LP e da LC, um sólido conhecimento dos principais sistemas e das particularidades das linguagens jurídicas envolvidas, bem como das

regras de redacção das diferentes tipologias de textos jurídicos. Consequentemente, não basta que o tradutor jurídico tenha conseguido encontrar as equivalências terminológicas em cada uma das línguas confrontadas, ou até em cada um dos sistemas jurídicos que elas representam, é preciso também que o efeito jurídico previsto no texto de partida corresponda ao mesmo efeito jurídico no texto de chegada.

Além disso, uma vez que a tradução jurídica pressupõe a tradução de textos de diferentes áreas do Direito, o tradutor jurídico deverá ser competente no uso de vários recursos e instrumentos de documentação.

Um dos recursos indispensáveis no processo de tradução de textos jurídicos são os dicionários monolíngues e bilingues, constituindo estes uma fonte primária de resolução de dúvidas relacionadas com a terminologia. No entanto, devido ao facto que o significado dos conceitos da área do Direito depende do contexto e do domínio jurídico em que se inserem, os dicionários monolíngues e bilingues deverão ser usados com cautela, pois podem levar à erros de interpretação ou tradução. Segundo Cairns e McKeon,

Legal translation is an area in which dictionaries are of limited value - in fact, sometimes they can be downright misleading. The reason for this is that dictionaries look for the convenient 'one-to-one equivalent' translation, and very seldom if ever provide an explained translation. (*apud* Houbert 2003:1)

Outro recurso importante na tradução jurídica são os textos que pertencem à mesma tipologia na LP e LC. Estes textos poderão esclarecer o significado de certas palavras, oferecendo os contextos ou fornecendo informação acerca da terminologia e registo usados em determinados textos de Direito. Além disso, como afirma Vienne, “des textes rédigés par des natifs dans la langue/culture cible, est [...] la seule véritable réponse au risque d'interférence [...], pierre d'achoppement redoutée par tout traducteur tant professionnel qu'apprenti” (1998:3).

Na era digital, o tradutor jurídico dispõe também de recursos na Internet que lhe fornecem um vasto leque de soluções para os problemas de terminologia que enfrenta. No entanto, o tradutor deverá saber utilizar estes recursos com sabedoria, distinguindo entre fontes fiáveis e menos fiáveis. Entre a multidão de recursos electrónicos, destacam-se em particular as bases de dados IATE²⁹ e TERMIUM³⁰, o thesaurus multilingue da União Europeia Euro-Voc³¹ e os textos paralelos do EUR-Lex³².

²⁹ IATE. <www.iate.europa.eu>; Acedido a 20/10/2011.

Além disso, um dos recursos revolucionários oferecidos pela Internet são os grupos de discussão, onde os tradutores podem trocar informações e colocar questões. Estes grupos, como, por exemplo, o *proz.com*, oferecem aos tradutores a possibilidade de partilhar os seus conhecimentos e as suas experiências acumuladas em tradução, mas também de resolver dúvidas. O tradutor deixa, desta forma, de estar isolado, podendo beneficiar da colaboração de outras pessoas no esclarecimento de dúvidas e no fornecimento de propostas de tradução.

Além disso, um dos requisitos eventualmente pedidos pelos fornecedores de trabalho em tradução é a competência do tradutor em trabalhar com as ferramentas de tradução assistida, como o *SDL Trados* ou o *Wordfast*, entre outras. Estes programas aumentam a produtividade do tradutor jurídico graças à possibilidade de recuperar a informação obtida através de traduções prévias, o que será de grande ajuda na tradução de textos de natureza jurídica, pois estes tendem a repetir a mesma terminologia e as mesmas estruturas.

5.3 Formação do tradutor jurídico em Portugal

Uma vez que a tradução jurídica pressupõe a aquisição de competências linguísticas, tradutórias e jurídicas, levanta-se aqui a questão da formação do tradutor jurídico. Em Portugal, o estudo da tradução jurídica é, normalmente, proporcionado por instituições de ensino superior, mais especificamente por Faculdades de Letras ou de Ciências Sociais, onde faz parte dos currículos de licenciaturas, mestrados, cursos de especialização ou doutoramentos em línguas ou tradução.

Das universidades que oferecem licenciaturas em Tradução³⁰, apenas a Universidade Católica de Lisboa inclui no seu plano curricular uma disciplina exclusivamente de tradução jurídica. O curso de Tradução da Universidade Nova de Lisboa oferece uma disciplina chamada “Prática da Tradução em Assuntos Empresariais”, que pode conduzir à tradução de contratos, embora esta seja apenas uma parte ínfima da tradução jurídica. O Instituto Superior de Administração e Gestão propõe uma disciplina chamada “Tradução Especializada de Inglês”, sendo o texto jurídico apenas um dos doze tipos de textos a serem abordados ao longo de um semestre.

³⁰ TERMIUM <<http://www.btb.termiumplus.gc.ca/tpv2alpha/alpha-eng.html?lang=eng>>; Acedido a 20/10/2011.

³¹ EUROVOC, o thesaurus multilingue da UE <<http://eurovoc.europa.eu/>>; Acedido a 20/10/2011.

³² Eur-lex. <<http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>>; Acedido a 20/10/2011.

³³ Universidade de Aveiro, Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Universidade Católica Portuguesa, Universidade do Porto, Universidade de Coimbra, Instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG), entre outras instituições.

Algumas Faculdades de Direito, como a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra ou a Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de Lisboa, oferecem disciplinas opcionais de inglês jurídico, sendo estas destinadas sobretudo aos estudantes de Direito.

Contrariamente, os Cursos de Especialização ou Mestrados em Tradução incluem disciplinas de diferentes áreas de tradução, entre as quais se encontra a tradução jurídica. O estudo da tradução jurídica abrange no máximo dois semestres, não sendo complementada pela frequência obrigatória de disciplinas do curso de Direito.

Contudo, dado que as competências do tradutor jurídico pressupõem o conhecimento substancial das diferentes famílias de Direito e da linguagem específica dos diferentes tipos de textos jurídicos, torna-se difícil abordar todos os aspectos teóricos e práticos da tradução jurídica num tão curto espaço de tempo.

Além das disciplinas que fazem parte de cursos superiores, vários organismos privados e públicos organizam periodicamente *workshops* ou cursos intensivos nas áreas de tradução ou de linguagem jurídica destinados a tradutores ou estudantes de Direito.

Consequentemente, num mundo globalizado, onde existe uma necessidade crescente de traduzir cada vez mais acordos internacionais, deve-se concluir que a formação dos tradutores jurídicos em Portugal é limitada, dado que muitas vezes o tradutor não tem a possibilidade de aprofundar simultaneamente os seus conhecimentos em tradução e em Direito. Daí a importância da inclusão de disciplinas obrigatórias de Direito nos cursos de Tradução ou da criação de novos programas exclusivamente dedicados ao estudo da tradução jurídica, em que os alunos possam optar por uma formação tanto em tradução como em Direito.³⁴

³⁴ Canadá e Suíça apostaram na formação de tradutores jurídicos ao instituir cursos de licenciatura e mestrado especialmente dedicados ao estudo de textos jurídicos e económicos.

CAPÍTULO VI - Estudo de caso

6.1 Introdução

Portugal é um dos países europeus com maior presença de cidadãos estrangeiros. Os estrangeiros chegam de várias partes do mundo, tanto de países de língua oficial portuguesa, como também de outros países como Espanha, Reino Unido, Índia, China, países do Leste Europeu, entre muitos outros. Segundo *SEFSTAT*, o portal de estatística do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em 2010, havia 445 262 estrangeiros no território nacional. No que concerne aos turistas, os estabelecimentos hoteleiros receberam 4 milhões de hóspedes no segundo semestre de 2011, dos quais a maioria provinha do Reino Unido, Espanha, França e Brasil.

Quanto à imigração ou à estadia de longa duração, há cada vez mais pessoas que resolvem imigrar e estabelecer-se em Portugal, sobretudo devido à maior facilidade de integração e legalização do seu estatuto como residente em Portugal, comparativamente a outros países da União Europeia.

Uma das leis que regula o estatuto dos estrangeiros é a Lei n.º 23/2007 de 4 de Julho. Essa lei não se aplica apenas aos imigrantes, mas a todos aqueles que queiram entrar em Portugal, quer como turistas, apátridas, estudantes ou apenas como viajantes em trânsito. Uma vez que poucos estrangeiros conhecem a língua portuguesa, há uma necessidade de traduzir os textos jurídicos para que todos possam ter acesso à legislação portuguesa.

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras disponibiliza uma versão inglesa da sua página de Internet³⁵, apresentando traduções para inglês de várias leis que poderão ser de maior importância para quem quiser entrar em Portugal. Porém, contrariamente ao que se espera das traduções de organismos oficiais, as traduções disponíveis no *site*, e particularmente da Lei n.º 23/2007³⁶, deixam muito a desejar.

A tradução parece ser uma transposição quase automática de português para inglês. O mais curioso é que ela continua a ser citada de maneira regular por outras entidades

³⁵ Cf. Portal do SEF < http://www.sef.pt/portal/V10/EN/asp/legislacao/legislacao_detalle.aspx?id_linha=4751#0>; Acedido a 05/11/2010.

³⁶ Cf. *Act 23/2007, of the 4th of July*;

<http://www.sef.pt/portal/V10/EN/asp/legislacao/legislacao_detalle.aspx?id_linha=4751#0>; Acedido a 05/11/2010.

governamentais ou particulares nos folhetos publicados online³⁷ e também pelas organizações internacionais, como é o caso do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, em cuja página oficial se pode encontrar a tradução integral desta lei³⁸.

A fraca qualidade da tradução deve-se à falta de competências linguísticas e jurídicas do tradutor, mas também à inexistência de uma tradição de traduzir as leis nacionais. Os países monolíngues, como é o caso de Portugal, têm pouca experiência na tradução de documentos legislativos, o que claramente dificulta a tarefa dos tradutores que se iniciam nesta área, ao que se acrescenta ainda a escassez de dicionários jurídicos bilingues adequados e de estudos feitos na área de tradução jurídica.

A escolha de tradução deste documento jurídico em particular motiva-se pela sua extrema importância para os estrangeiros, que muitas vezes não podem ter acesso ao seu conteúdo devido à falta de conhecimento da língua em que está redigido ou devido à fraca compreensão de textos jurídicos escritos em português. Embora muitos imigrantes ou turistas sejam capazes de se exprimir com alguma facilidade em português, os seus conhecimentos restringem-se à linguagem do dia-a-dia, tendo, consequentemente, grandes dificuldades em compreender textos de carácter jurídico.

Tendo isto em conta, apresenta-se em apêndice a tradução dos primeiros cinco capítulos da Lei n.º 23/2007, que incluem os principais conceitos que aparecerão ao longo do texto. A escolha do inglês como língua de chegada motivou-se pelo facto de o inglês ser a língua franca nos dias de hoje, o que permitirá maior acesso ao texto em questão.

6.2 Factores a levar em consideração na tradução da Lei n.º 23/2007

Antes de proceder à tradução deste texto jurídico, foi necessário identificar alguns factores a levar em conta na escolha dos métodos e estratégias de tradução. Em primeiro lugar, definiu-se o tipo de texto a ser traduzido, pois isto revelou-se essencial quer para a identificação das dificuldades, quer para a escolha das respectivas estratégias de tradução. A Lei n.º 23/2007 é um texto legislativo, elaborado pela Assembleia da República, o que significa que é um texto normativo que apresenta certas fórmulas específicas.

³⁷ Ex. Direito dos Estrangeiros/Foreigners Law. Nota Informativa. PLMJ Sociedade de Advogados <http://www.plmj.com/xms/files/newsletters/2008/Dezembro/direito_dos_estrangeiros.pdf>;

³⁸ Act 23/2007 of 4 July 2007. UNHCR. <<http://www.unhcr.org/refworld/country,LEGAL,,,PRT,4562d8b62,48e4910b2,0.html>>; Acedido a 19/05/2011.

Em segundo lugar, considerou-se o sistema jurídico tanto do TP, como do TC. Portugal é um país regido pelo sistema jurídico romano, apresentando, portanto, conceitos próprios deste sistema. A definição do sistema jurídico do TC é mais complicada, uma vez que esta lei não se destina a um determinado país. Embora seja traduzido para a língua inglesa (os países de língua oficial inglesa são, na sua maioria, regidos pelo sistema jurídico de *Common Law*), o texto destina-se tanto a países do *Common Law*, como a países regidos pelo *Civil Law*.

Ao traduzir esta lei, teve-se, ainda em conta a função do TC, juntamente com os seus destinatários. A função do TC difere da do TP na medida em que, durante o processo de tradução, o TP é destituído da sua função normativa, passando a ter apenas a função de informar sobre as leis que regulam o regime de entrada, permanência e saída de cidadãos estrangeiros do território português. A tradução não terá nenhuma força jurídica e não será passível de execução judicial.

Quanto à definição dos destinatários, esta tradução destina-se a todas as pessoas que possam vir a entrar em Portugal, provenientes de várias partes do mundo e pertencendo a culturas e sistemas jurídicos iguais ou diferentes. Além disso, os profissionais de Direito também podem fazer uso desta tradução. Embora não tenha qualquer força de lei, a tradução pode servir de referência para os advogados estrangeiros que precisem de conhecer a legislação aplicável aos cidadãos estrangeiros em Portugal.

Uma vez que os destinatários podem ter diferentes níveis de conhecimento do inglês jurídico, preferiu-se apresentar uma terminologia e, especialmente, uma estrutura sintáctica mais simplificada, aplicando, em parte, os princípios do *Plain Language Movement*.

De seguida, serão referidas as principais dificuldades enfrentadas na tradução da Lei n.º 23/2007, sendo divididos em dificuldades de ordem terminológica e dificuldades de ordem sintáctica e estilística.

6.3 Dificuldades de ordem terminológica

6.3.1 Tradução de termos técnicos

- *Sentença com trânsito em julgado*

Este termo designa uma decisão não susceptível de recurso ordinário ou reclamação, isto é, consiste numa decisão final de um processo (Art. 677º Código do Processo Civil).

Uma das possibilidades era traduzir o presente termo usando a locução latina *res judicata* (*decision which has acquired the status of res judicata* ou *transit in rem judicatam*). De acordo com o *Black's Dictionary*, *res judicata* significa “an issue that has been definitively settled by judicial decision”, ou “a thing adjudicated”, que corresponde ao significado da palavra portuguesa.

Embora as locuções latinas superabundem nos textos jurídicos ingleses, a maioria das pessoas é incapaz de entendê-las sem recorrer a um dicionário jurídico. Tendo em conta a função informativa do TC e os seus destinatários, preferiu-se traduzir o termo usando a estratégia de paráfrase, o que permitirá ao destinatário entender o termo sem qualquer dificuldade.

“...que tenham sido condenados por sentença com trânsito em julgado ...” (Art. 33.º, n.º 3)	“...have been sentenced through a final and binding decision ...”
--	--

- Impugnação judicial

A palavra *impugnação* pode ter vários significados consoante o domínio em que se insere (no direito processual civil ou no direito processual penal). No Direito Processual Penal Português, a *impugnação* significa “um modo de defesa realizado através da contestação³⁹, pelo arguido, dos factos por que é acusado” (Prata *et al.* 2010). Já no Direito Processual Civil, a *impugnação* significa “a contradição dos factos enunciados na petição” (Prata 1999). Contudo, a palavra *impugnação* utiliza-se, também, no sentido geral, significando “qualquer modo juridicamente admitido de pôr em causa uma decisão” (Prata *et al.* 2010), englobando a apelação, revista, agravo, recurso, etc.

A palavra *impugnação* aparece nesta lei precisamente com este sentido geral. Desta forma, a *impugnação judicial* foi traduzida por *appeal* pelo facto de a palavra inglesa ser usada em larga escala com o sentido de recurso de qualquer tipo⁴⁰. Não se usou a expressão decalcada *judicial review* uma vez que, na maioria das vezes, *judicial review* significa controlo de constitucionalidade, o que não é o caso nesta frase.

³⁹ Contestação no sentido técnico da palavra. *Contestação* - Peça processual escrita apresentada pelo arguido antes da audiência de discussão e julgamento, feita sem formalidades especiais, e que é acompanhada pelo rol de testemunhas, na qual o arguido expõe a sua versão dos factos relativos ao crime que lhe seja imputado e os qualifica criminalmente. (Prata *et al.* 2010:113)

⁴⁰ Uma grande parte dos modos de pôr em causa uma decisão é traduzida por *appeal* com ou sem palavras adjacentes (ex. *apelação*- *appeal*; *recurso* - *appeal*; *agravo de instrumento* - *interlocutory appeal*; etc.)

“A decisão de recusa de entrada é susceptível de impugnação judicial ” (Art. 39.º)	“The decision to refuse entry may be subject to an appeal ”
---	--

6.3.2 Tradução de termos semi-técnicos

- *Advogado*

Como já se referiu anteriormente, o sistema jurídico inglês possui vários tipos de advogados, sendo os principais chamados *barrister* e *solicitor*⁴¹. No entanto, em Portugal não há esta distinção, sendo o advogado um “licenciado em Direito inscrito na Ordem dos Advogados que exerce o mandato judicial como profissão” (Prata *et al.* 2010). Todos os advogados têm o direito de representar os seus clientes em tribunais de qualquer instância, consoante a sua especialização.

Desta forma, *advogado* foi traduzido pelo termo geral *lawyer*, por ser uma palavra comum e neutra, não fazendo qualquer tipo de distinção.

“é garantido, em tempo útil, o acesso à assistência jurídica por advogado ” (Art. 40.º, n.º 2)	“...have the right to timely legal assistance provided by a lawyer ”
---	---

- *Lei*

O termo *lei* designa qualquer regra jurídica ou qualquer preceito emanado de uma autoridade soberana, que, em geral, corresponde ao termo *law* em inglês. Contudo, neste texto, a palavra *lei* não é usada no seu sentido mais amplo, mas designa o conjunto de regras elaboradas pela Assembleia da República.

No *Common Law*, as leis promulgadas pelo parlamento são chamadas *Acts of Parliament* ou *statutes*. Contudo, uma vez que a forma de promulgação e os órgãos envolvidos na promulgação das leis são diferentes, deu-se preferência ao emprego da palavra *law* na tradução de *lei*, usando a maiúscula sempre que esta se refere à Lei n.º 23/2007.

“A presente lei define as condições...” (Art. 1.º)	“This Law establishes the conditions...”
---	---

6.3.3 Tradução de palavras comuns

Embora pareça que os termos comuns são os mais fáceis de traduzir, dado que são utilizados no dia-a-dia, estes, não raras vezes, levantam problemas em termos de tradução.

⁴¹ Termos anteriormente referidos e explicados no capítulo *Métodos e estratégias de tradução*, página 31, na nota de rodapé n.º 24.

- *Estrangeiro/cidadão estrangeiro*

Embora não apresente nenhuma dificuldade de tradução em termos de significado, existem várias possibilidades de traduzir esta palavra em questão.

Na linguagem corrente, costuma-se falar de *foreigners* quando se faz referência aos estrangeiros. Contudo, nos documentos jurídicos, os países de expressão inglesa, como Canadá e Austrália, optam pela palavra *alien* para designar os estrangeiros, enquanto o Reino Unido prefere a palavra *foreign national* ou *foreign citizen*. Esta panóplia de diferentes palavras utilizadas para o mesmo conceito deve-se, talvez, à visão que cada país e cultura tem dos “outros”.

Na presente tradução optou-se pela expressão *foreign national*, uma vez que a palavra *alien* parece ter conotações mais negativas. Além disso, é a expressão pela qual a União Europeia optou na redacção dos seus documentos oficiais, sendo adoptada consequentemente por outros países, tanto da UE, como fora dela.

- *Filhos*

Na maioria das vezes, a palavra *filhos* não levanta nenhum problema na tradução, mas no caso desta lei, o uso exclusivo do termo *children* introduz alguma ambiguidade no texto, já que *children* significa tanto crianças, como filhos.

TP: “Não pode ser recusada a entrada a cidadãos estrangeiros que [...] tenham efectivamente a seu cargo filhos menores ...” Art.º 36 al. b)	TC: “Entry shall not be refused to foreign nationals [...] who are parents of minors , effectively under their care”
--	---

Neste exemplo, a palavra *filhos* traduziu-se por *minors*, mas acrescentou-se a palavra *parent*. O uso apenas de *minors* (ou *children under the age of 18*) é insuficiente, na medida em que estes podem ser ou podem não ser legalmente filhos do cidadão estrangeiro. A inserção da palavra *parent* serve para eliminar qualquer ambiguidade.

- *Alheio*

O problema em traduzir a palavra *alheio* consiste no facto de não haver, na língua inglesa, uma palavra concisa para designar este termo, o que seria ideal, uma vez que a frase em português é uma enumeração. A solução encontrada foi traduzir o termo recorrendo à

paráfrase, mas, ao mesmo tempo, mudar a sua posição na frase para o final da enumeração e repetir a palavra *document*.

“Quando a recusa de entrada se fundar na apresentação de documento de viagem falso, falsificado, alheio ou obtido fraudulentamente, o mesmo é apreendido...” (Art. 34º)	“...travel documents will be seized (...) when the decision to refuse entry is based on the presentation of false, forged or fraudulently obtained travel documents or a document belonging to another person.
--	---

- Factos puníveis graves

Cada país tem a sua própria noção do que é considerado um facto punível e as sanções atribuídas diferem de país para país. Nesta lei, não há qualquer indicação concreta do que se deva entender por *factos puníveis graves*, tendo sido adoptada uma terminologia menos rígida por prever um tratamento diferenciado em função das situações concretas e das pessoas envolvidas.

O sistema jurídico inglês, no entanto, divide os delitos em duas categorias: *felony* e *misdemeanour*. Segundo *Black’s Law Dictionary (BLD)*, entende-se por *misdemeanour* “a violation of the law, crime, often a minor one; a crime that is less serious than a felony and is usually punishable by fine, penalty, forfeiture or confinement (for a brief term) in a place other than prison (county jail)”. Já *felony* é “a serious crime usually punishable by imprisonment for more than one year or by death”.

No entanto, a escolha de *felony* para delimitar os factos puníveis graves não é a mais adequada, uma vez que, segundo Weston, “those terms are in any case now obsolete” (1991:119). Os adeptos do *modern legal drafting* substituíram estas palavras por *summary offences*, no caso das infracções ou delitos de menor gravidade, e *indictable* ou *serious offences* no caso dos crimes graves.

Desta forma, *facto punível grave* foi traduzido por *serious offence*, não apenas por ser o termo correspondente, mas por ser genérico e fácil de entender, não aludindo a nenhuma limitação de sanções.

“... em relação aos quais existam fortes indícios de terem praticado factos puníveis graves ” Art. 33.º n.º 1, al. c)	“there are reasonable grounds for believing that they have committed a serious offence ”
--	---

6.3.4 Tradução de termos pertencentes ao sistema jurídico do TP

- *Tutela e curatela*

Tutela é “o instituto através do qual se protegem, por meio de representação, os menores e os incapazes e que em bom rigor não pertence ao direito da família” (Ferreira-Pinto 2004). Já a curatela destina-se à representação de maiores, que, por incapacidade física ou mental, não podem administrar a sua pessoa ou os seus bens. Apesar da semelhança entre estes dois conceitos, eles diferem nos seguintes pontos: a) a tutela é destinada aos menores de 18 anos, enquanto a curatela é deferida, em regra, a maiores; b) a tutela pode ser nomeada pelos pais através de um testamento, enquanto a curatela é sempre deferida pelo juiz; c) a tutela abrange a pessoa e os bens do menor, enquanto a curatela pode compreender somente a administração dos bens do incapaz; d) os poderes do curador são mais restritos do que os do tutor.

No *Common Law*, não existe esta distinção entre um tutor e um curador. Em ambos os casos, é nomeado um *guardian* que cuida da pessoa e dos bens do menor ou da pessoa incapacitada. Embora estes conceitos não existam no *Common Law*, eles são conhecidos por serem abordados nos livros de direito comparado e nos dicionários monolíngues. Assim, o *BLD* tem uma entrada para os termos *tutor* e *curator*, mas acrescenta que se trata de conceitos típicos do Direito Romano.⁴² Estes dois termos não poderão ser traduzidos por uma só palavra em inglês (*guardian*), uma vez que a presente lei funciona no sistema jurídico português, que faz uma distinção clara entre estes dois conceitos.

Consequentemente, dado que *tutor* e *curador* são conceitos que exprimem uma realidade exclusiva do sistema jurídico do *Civil Law* e não existe nenhum termo conciso para exprimir estes conceitos, usaram-se as palavras decalcadas *tutor* e *curator*, tal como são empregues nos textos jurídicos dos países plurilíngues e polissistémicos.

“...o pedido é formulado por quem exercer a tutela ou a curatela sobre os mesmos”. (Art. 23º, n.º 3)	“The tutor or curator shall make the application of individuals...”
---	--

⁴² “Tutor – Roman & Civil Law – a guardian of a minor, a person appointed to have the care of the minor’s person and estate. The guardian of a minor past the age of puberty is called a curator and has duties somewhat different from those of a tutor.” *BLD*, 9th ed., 2009.

- Interdito e inabilitado

A interdição consiste na coarctação do exercício de direitos civis de determinadas pessoas que demonstram incapacidade de governar a sua pessoa e de administrar os seus bens. As causas da interdição devem-se às situações de anomalia psíquica, surdo-mudez, cegueira, abuso de uma habitual prodigalidade (despesas ruinosas e injustificadas), consumo regular de bebidas alcoólicas e estupefacientes, que, pela sua gravidade, tornam a pessoa incapaz de se reger a si próprio e de governar os seus bens (Art. 138º do Código Civil [CC]). A interdição é suprida mediante o instituto da representação legal, isto é, um tutor, que estará encarregue de cuidar, representar e de administrar os bens do interdito.

Já a inabilitação deve-se às mesmas causas que a interdição (Art. 152º CC), mas difere dela por ser um acto de menor gravidade e por traduzir-se apenas na incapacidade de uma pessoa reger o seu património. A administração do património do inabilitado é retirada e entregue ao curador (Art. 154º CC).⁴³

Segundo a pesquisa efectuada, os conceitos de *interdito* e *inabilitado* pertencem ao sistema jurídico do *Civil Law*. Nos países do *Common Law*, não existe nenhuma palavra que reúna as condições para a inabilitação ou interdição referidas no Código Civil Português. Os legisladores do *Common Law* usam a palavra *legal incapacity* ou *legal incompetency* para se referirem à incapacidade de uma pessoa de governar sua pessoa e de administrar os seus bens, mas as causas para a inabilidade são diferentes com cada definição. Na lei inglesa *Mental Capacity Act 2005*, aparece a seguinte definição “a person lacks capacity in relation to a matter if at the material time he is unable to make a decision for himself in relation to the matter because of an impairment of, or a disturbance in the functioning of, the mind or brain”⁴⁴, não sendo especificadas as causas que provocam a incapacidade.

Quanto aos interditos, os legisladores canadianos usam a palavra *interdicted person* ou *interdict*⁴⁵ para se referirem aos interditos. Este facto deve-se, talvez, à tentativa de traduzir os termos do sistema jurídico do *Civil Law* através do uso de neologismos, atribuindo ao termo da linguagem corrente um significado jurídico. Na legislação escocesa, uma interdição

⁴³ Para mais informações, ver <http://octalberto.no.sapo.pt/pessoas_singulares.htm>; Acedido a 08/08/2011.

⁴⁴ *Mental Capacity Act 2005*. <<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2005/9/part/1>>; Acedido a 09/08/2011.

⁴⁵ <http://www.advocacyla.org/tl_files/publications/LegalStatus.pdf>; Acedido a 08/08/2011.

(*interdict*) é uma palavra homónima que designa “a court order that bans your partner/ex-partner from certain behaviour such as threatening you or assaulting you”⁴⁶.

Uma vez que não existe um correspondente formal dos termos *inabilitado* ou *interdito* e o uso de empréstimo não é explícito, preferiu-se a paráfrase como estratégia de tradução, uma vez que as expressões encontradas, além de juridicamente neutras, exprimirão, da melhor forma possível, o significado da palavra do TP, não sendo confundidas com outras semelhantes. Além disso, foram acrescentadas as palavras portuguesas entre parênteses, uma vez que as causas da interdição e da inabilitação só podem ser encontradas no Código Civil português.

“Tratando-se de indivíduos declarados interditos ou inabilitados , o pedido é formulado por quem exercer a tutela ou a curatela sobre os mesmos”. (Art. 23.º, n.º 3)	“The tutor or curator shall make the application of individuals who have been deprived of exercising their civil rights (<i>interdito</i>) or who have been declared incompetent to manage their estate (<i>inabilitado</i>) ”.
---	--

- Juízo de Pequena Instância Criminal

O Juízo de Pequena Instância Criminal é uma divisão do Tribunal de Primeira Instância, competindo-lhe “preparar e julgar: a) causas a que corresponda a forma de processo sumário, abreviado e sumaríssimo⁴⁷; b) recursos das decisões das autoridades administrativas em processo de contra-ordenação, quando o valor da coima aplicável seja igual ou inferior a (euro) 15 000.”⁴⁸

Resumidamente, o Juízo de Pequena Instância Criminal é um tribunal de jurisdição limitada, que julga casos de pequena e média criminalidade nas situações em que o réu se declara culpado, visando a rápida resolução dos casos.

O problema da tradução dos nomes de organismos nacionais é que cada sociedade tem a sua própria organização judicial. Como afirma Alcaraz, no caso das instituições inglesas, “a key question for translators is whether the name of these English courts should be translated

⁴⁶ <<http://www.scottishwomensaid.org.uk/info-for-women/your-rights/interdicts>>; Acedido a 08/08/2011.

⁴⁷ Citando o Art.133º da Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto;

Para a definição dos processos sumários, abreviados e sumaríssimos, cf.:

Código de Processo Penal.< <http://www.legix.pt/docs/CPD.pdf>> (Art.381º - 398º); Acedido a 08/08/2011;

Leitão, Helena. “Processos especiais: os processos sumário e abreviado no Código de Processo Penal”. 2007.<http://www.cej.mj.pt/cej/forma-continua/fich-pdf/formacao2007-08/jornadas_penal_textos/processos_espec_sumarabrevia2007hl.pdf>; Acedido a 08/08/2011;

⁴⁸*Legal status in Louisiana*. The Advocacy Center. 1995. < <http://www.apav.pt/portal/pdf/LOFTJ.pdf>>; Acedido a 08/08/2011;

and, if so, how” (2002:53). Alcaraz menciona duas alternativas: o empréstimo e a equivalência funcional. O problema é que traduzir nomes de tribunais tem várias implicações: por um lado, se não se traduzir o nome da instituição do TP, os leitores ficam sem informação acerca do tipo de instituição e das competências e funções que exerce, enquanto no segundo caso, raramente se encontra um equivalente que corresponde exactamente às funções do tribunal em questão.

No caso do Juízo de Pequena Instância Criminal, a instituição inglesa que mais se aproxima a este termo é o *Magistrates’ Court*. No entanto, a escolha deste termo coloca vários problemas: 1) o *Magistrates’ Court* é um tribunal exclusivo da Inglaterra e do País de Gales; 2) o *Magistrates’ Court* ocupa-se com infracções de menor gravidade, atribuindo a pena máxima de 6 meses de privação de liberdade, trabalho social ou o pagamento de uma multa de até 5000 libras (até um ano de prisão e pagamento de uma multa mais elevada em casos excepcionais), enquanto o Juízo de Pequena Instância se ocupa com a pequena e média criminalidade, atribuindo penas até cinco anos de prisão e/ou multa; 3) o *Magistrates’ Court* é presidido por um juiz sem formação jurídica, isto é, um membro da sociedade que se oferece ou é nomeado para o cargo, não recebendo nenhuma remuneração pelos serviços prestados, enquanto o Juíz de Pequena Instância Criminal é sempre formado em Direito.

Uma vez que a escolha do termo *Magistrates’ Court* remete para um sistema jurídico e um ambiente que não são os do texto português, e devido ainda às discrepâncias entre os dois tipos de tribunais, preferiu-se a estratégia de equivalência descritiva, seguida do empréstimo do nome português. O termo *Juízo de Pequena Instância Criminal* foi traduzido por *lower criminal court*, referindo-se à sua jurisdição limitada, embora achou-se pertinente a inclusão do termo português entre parênteses, no caso de suscitar dúvidas nos leitores do TC.

“...é dado conhecimento ao juiz do juízo de pequena instância criminal ” (Art. 38.º, n.º 4)	“shall be communicated to the judge of the lower criminal court (juízo de pequena instância criminal) ”.
--	---

- Ministro da Administração Interna

O termo *Ministro da Administração Interna* corresponde funcionalmente aos termos *Secretary of State for the Home Office* (ou *Home Secretary*) no Reino Unido e ao *Secretary of the Interior* nos EUA. Porém, estes nomes têm a desvantagem de aludir às instituições britânicas ou americanas, além de poderem ser confundidos com o secretário do ministro da Administração Interna. A opção encontrada foi o uso da expressão *Minister for the Interior*,

pelo facto de ser um termo neutro amplamente utilizado em muitos países europeus nas comunicações internacionais.

“portaria do Ministro da Administração Interna ” (Art. 15.º, n.º 2)	“regulatory order of the Minister for the Interior ”
---	---

- Efeito devolutivo

No Direito Processual português, um recurso pode ter vários efeitos, como, por exemplo, um efeito devolutivo ou suspensivo⁴⁹. No recurso com efeito devolutivo, a decisão judicial é submetida à reapreciação por um tribunal superior, mas não suspende o andamento do processo, sendo a decisão susceptível de execução provisória.

Esta é uma expressão típica do Direito Processual romano. Nos documentos electrónicos redigidos em inglês e acessíveis na Internet referentes à questões jurídicas na UE, no Canadá e no Estado de Louisiana, utiliza-se frequentemente a expressão *devolutive effect* com o significado de efeito devolutivo de um recurso. No entanto, embora a expressão *devolutive effect* faça parte da linguagem jurídica aplicada aos textos do *Civil Law*, preferiu-se a expressão *devolutive appeal* na tradução de *impugnação judicial com efeito devolutivo* por ser uma maneira mais simplificada de exprimir o conceito português. Segundo o *BLD*, *devolutive appeal* significa “an appeal that does not suspend the execution of the underlying judgment”, o que corresponde ao significado desta expressão. No entanto, uma vez que a *impugnação judicial com efeito devolutivo* é um conceito do Direito Romano e provavelmente pouco conhecido pelos leitores oriundos de países regidos pelo *Common Law*, acrescentou-se uma nota de rodapé com a explicação sucinta do respectivo termo de maneira a facilitar a compreensão deste termo.

“A decisão de cancelamento é susceptível de impugnação judicial, com efeito meramente devolutivo , perante os tribunais administrativos” (Art. 39.º)	“The decision to refuse entry may be subject to a merely devolutive appeal before the administrative courts”.
---	--

6.3.5 Tradução de termos pertencentes a domínios jurídicos diferentes

Uma das responsabilidades do tradutor é saber a que domínio jurídico pertence ou em que moldes funcionará o TP, uma vez que este influenciará, em grande parte, a escolha da

⁴⁹ A decisão impugnada não pode ser executada enquanto o recurso não for definitivamente julgado pelo tribunal superior.

terminologia. Uma palavra poderá ser traduzida de maneiras diferentes consoante o contexto jurídico em que está inserido, isto é, se o texto se enquadra no processo civil (*civil procedure*) ou penal (*criminal procedure*).

Um termo jurídico que deve ser mencionado é a *sentença*. Em Portugal, a palavra *sentença* é utilizada em ambos os processos, designando a decisão de um tribunal em matéria civil ou penal (Mello 2002). No entanto, *Common Law* tem duas palavras que correspondem ao respectivo termo, nomeadamente *sentence* e *judgement*.

Sentence usa-se para designar a pena imposta nos tribunais penais. *BLD* define *sentence* como “the judgement that a court formally pronounces after finding a criminal defendant guilty”. *Judgement*, pelo contrário, designa “a court’s final determination of the rights and obligations of the parties in a case (civil procedure)”.

No Artigo 33º da Lei dos Estrangeiros, a palavra *sentença* é usada no contexto do processo penal, o que facilitou a escolha entre os dois termos ingleses.

TP: “...os cidadãos estrangeiros que tenham sido condenados por sentença com trânsito em julgado em pena privativa de liberdade de duração não inferior a um ano, ainda que esta não tenha sido cumprida...” Art. 33.º, n.º3.	TC: “...foreign nationals [...] sentenced through a final and binding decision to imprisonment for more than one year, even if that sentence has not been served...”
--	--

6.3.6 Tradução de termos da União Europeia

- *Laissez-passer e salvo-conduto*

Uma vez que Portugal faz parte da União Europeia, muitas directivas, e, por conseguinte, a terminologia da UE, foram incorporadas na legislação nacional. Muitas destas palavras foram adquiridas através do decalque, como é o caso de salvo-conduto (do francês *sauf-conduit*) ou mesmo através do processo de empréstimo, como é o caso do *laissez-passer*.

Segundo o *Vocabulaire juridique* de Cornu (2007), *laissez-passer* significa “une autorisation temporaire, tenant lieu de passeport, d’effectuer un déplacement à l’étranger”, enquanto *sauf-conduit* tem uma designação diferente : “Autorisation exceptionnelle accordée à un individu d’effectuer, à l’intérieur du territoire ou à l’étranger un déplacement qui lui est interdit pour des raisons d’ordre général ou tenant à sa propre situation”.

No entanto, estes termos muitas vezes não são diferenciados na tradução. Embora sirvam o mesmo propósito (a de permitir a entrada, a passagem ou a saída de uma pessoa de

um país), eles divergem devido à função exclusiva do *laissez-passer* para substituir um documento de identificação, como o passaporte. Tanto *laissez-passer*, como salvo-conduto são muitas vezes traduzidos pela palavra *pass*. No entanto, *pass* é um termo demasiado generalizado, não aludindo a um documento especial que cumpre funções específicas.

Uma vez que *laissez-passer* e o salvo-conduto são termos exclusivos da União Europeia, correspondendo à documentos especiais emitidos por uma autoridade competente, optou-se pela estratégia de empréstimo no caso da palavra *laissez-passer* e de decalque no caso do *salvo-conduto*, estratégias seguidas também pela maioria dos tradutores da UE para a língua inglesa. No caso de *laissez-passer*, na primeira vez que a palavra aparece na lei, adicionou-se a explicação “travel document” de modo a permitir a fácil compreensão do seu significado por parte dos destinatários que não entendam francês.

TP: “Sejam portadores de <i>laissez-passer</i> emitido pelas autoridades do Estado de que são nacionais...” (Art. 9º, n.º 3, al. c))	TC: “holders of a <i>laissez-passer</i> travel document issued by the authorities of their State of origin...”
TP: “Podem ainda sair do território português os cidadãos estrangeiros habilitados com salvo-conduto ...” (Art. 9º, n.º 6)	TC: “Foreign nationals may also leave Portugal if in possession of a safe-conduct ...”

- *Visto de escala*

O visto de escala designa o visto que permite ao seu titular aceder à zona internacional do aeroporto ou porto marítimo para seguir viagem no mesmo ou noutro avião ou embarcação (Art. 49.º).

No chamado *Euro-speak*, a UE introduziu a noção de *airport transit visa* em inglês, designando o visto utilizado exclusivamente no recinto de um aeroporto, havendo, portanto, a necessidade de expandir o significado do termo em inglês e de incluir a referência ao porto. Por conseguinte, *visto de escala* foi traduzido por *airport or sea port transit visa*, passando a ser mais explícito que o termo português.

6.3.7 Tradução de nomes de instituições nacionais

Os nomes das instituições e das legislações nacionais ou regionais tendem a ser traduzidos literalmente para facilitar a sua identificação (Šarčević, 1997:259), a menos que tenham uma tradução oficialmente reconhecida. Por vezes, a tradução dos nomes das instituições nacionais para inglês é proposta pela mesma instituição nas versões inglesas das suas páginas na Internet.

No caso da Lei dos Estrangeiros, esta refere-se, por várias vezes, a organismos nacionais. Devido à escassa tradução de documentos legislativos, os nomes das organizações portuguesas não têm, por norma, uma tradução convencional.

Desta forma, estes termos foram traduzidos através da estratégia de tradução literal, sendo a tradução seguida do nome português da instituição apenas na primeira vez em que aparece mencionada na lei. Consequentemente, os destinatários poderão entender o nome das instituições portuguesas e, ao mesmo tempo, ter o seu correspondente português, que poderá ser útil em casos de pesquisa na Internet.

Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração	Consultative Council for Immigration Affairs
Instituto de Emprego e da Formação Profissional	Institute for Employment and Vocational Training
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Immigration and Border Control Office ⁵⁰

6.3.8 Tradução dos nomes das instituições e dos documentos internacionais

A tradução dos nomes das instituições e dos documentos internacionais é mais fácil, uma vez que as instituições internacionais são organismos cujos documentos são escritos originalmente em inglês ou apresentam versões inglesas dos mesmos. Os nomes das organizações mundiais ou europeias têm uma tradução convencionalizada pelo seu uso constante em tratados ou documentos internacionais.

Como afirma Newmark, um tradutor ‘should normally use the official or generally accepted translation of any institutional term’ (Newmark, 2005:89), mesmo quando acredita que pode fornecer uma tradução melhor. Ignorando esta afirmação, o tradutor que efectuou a tradução disponibilizada no *site* do SEF optou por dar outra tradução aos nomes das directivas citadas no 2º artigo. Porém, na presente tradução, decidiu-se manter os nomes convencionais destas directivas, uma vez que é a forma como são conhecidas tanto na União Europeia, como no mundo inteiro.

Consequentemente, os nomes das directivas europeias referidas no 2º artigo da Lei 23/2007 e das outras convenções que aparecem ao longo do texto foram traduzidos ao encontrar a sua tradução oficial ou nome original no EUR-Lex.

Directiva n.º 2003/110/CE, do Conselho, de 25 de Novembro, relativa ao apoio em caso de trânsito para efeitos de afastamento por via aérea	Council Directive 2003/110/EC of 25 November on assistance in cases of transit for the purposes of removal by air ⁵¹
--	---

⁵⁰ Neste caso, seguiu-se a tendência dos tradutores nacionais e internacionais de traduzir o nome desta instituição portuguesa. Cf. <<http://acronyms.thefreedictionary.com/SEF>>; Acedido a 09/08/2011;

Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen	Convention Implementing the Schengen Agreement
Tratado do Atlântico Norte	North Atlantic Treaty
Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados	Convention Relating to the Status of Refugees

6.3.9 Falsos amigos

Um dos problemas na tradução da terminologia é a interferência da LP no TC, que poderá dar azo à inserção de falsos amigos nos textos jurídicos. A tradução da Lei dos Estrangeiros disponível no *site* do SEF apresenta um dos erros mais comuns feitos na tradução de um texto legislativo português, ao traduzir *prorrogação* por *prorogation*. Segundo o *BLD*, *prorogation* tem o seguinte significado: “The act of putting off to another day; esp., the discontinuance of a legislative session until its next term”. Desta forma, *prorogation* tem mais valor de adiamento do que de prolongamento da validade de um documento. É por isso que nesta tradução, a palavra *prorrogação* foi traduzida por *extension*.

“A prorrogação de permanência concedida aos titulares de vistos de trânsito e vistos de curta duração pode ser válida para um ou mais Estados Partes na Convenção de Aplicação.” (Art. 71º, n.º2)	“The extension of transit visas and short stay visas may be valid for one or more States Party to the Implementing Convention.”
--	--

6.4 Dificuldades de ordem sintáctica e estilística

A presente Lei dos Estrangeiros apresenta uma estrutura sintáctica complexa, sendo recheada de nominalizações, construções passivas, frases longas, entre outros. O objectivo da tradução desta lei é fornecer informação acerca do tema tratado, mas esta informação não será transmitida da melhor forma se forem mantidas as estruturas das frases do TP. Desta forma, houve uma tentativa de apresentar uma estrutura sintáctica mais clara e mais ordenada, livre de aspectos que tornam o texto ilegível.

6.4.1 Excessiva nominalização

Como já foi referido, os textos jurídicos portugueses caracterizam-se pela excessiva nominalização. Como afirma Mellinkoff “This practice of nominalisation might be thought to achieve a certain formality of tone, but it is at the expense of effective communication” (1963:117).

⁵¹ Disponível online:

<<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:321:0026:0031:EN:PDF>>; Acedido a 18/08/2011;

No texto de chegada, nos lugares onde a nominalização não serve para omitir o sujeito, foi usada a estratégia de transposição, com vista a tornar a frase mais directa e mais fácil de compreender.

“voos que tenham como proveniência ou destino ” (Art. 3.º, al. 1)	“flights departing from or heading to ”
“O visto colectivo tem uma validade máxima de 30 dias” (Art. 47.º, n.º 5)	“The group visa is valid for a maximum period of 30 days”
“Para entrada ou saída do território português os cidadãos estrangeiros têm de ser portadores de um documento de viagem reconhecido como válido”. (Art. 9.º, n.º 1)	“All foreign nationals entering or leaving Portugal shall hold valid travel documents”.

6.4.2 Uso da voz passiva

A voz passiva é um dos recursos mais evidentes no texto em causa. É uma estratégia legítima quando se pretende omitir o sujeito, mas, na maioria das vezes, a voz passiva é usada desnecessariamente, como nas frases onde aparece tanto o sujeito, como o agente da acção. É preferível o emprego da voz activa, uma vez que torna claro o agente ou o executor da acção.

No exemplo que vem a seguir, a escolha da voz passiva não é a mais adequada, uma vez que levanta dúvidas quanto às pessoas responsáveis por preencher e assinar o boletim de alojamento. Na tradução, preferiu-se usar a estratégia de modulação, transformando a frase passiva numa frase activa, realçando, deste modo, o agente responsável pelo preenchimento e a assinatura dos respectivos boletins.

“ Por cada cidadão estrangeiro , incluindo os nacionais dos outros Estados membros da União Europeia, é preenchido e assinado pessoalmente um boletim de alojamento, cujo modelo é aprovado por portaria do Ministro da Administração Interna” (Art. 15.º, n.º 2)	“ Each foreign national , as well as nationals of other Member States, shall complete and sign an accommodation form in accordance with the model approved by order of the Minister for the Interior”.
---	--

No seguinte exemplo, o emprego da voz passiva introduz uma estrutura sintáctica menos habitual na linguagem corrente, com separação entre o sujeito e o verbo, sendo, por isso, preferível o uso da voz activa.

“ Podem ser concedidas , pelo responsável do posto de fronteira marítima, autorizações de acesso à zona internacional do porto para determinadas finalidades, designadamente visita ou prestação de serviços a bordo.” (Art. 8.º, n.º 3)	“ <i>The head of the sea port border post</i> may authorise access to the international zone of the sea port for specific purposes, such as visits or the provision of onboard services”.
--	--

6.4.3 Separação de partes verbais

A separação do verbo auxiliar do verbo principal por outras frases intercaladas constitui um dos factores que obstrui a claridade de uma lei.

Tendo em conta que o objectivo da tradução em causa é o de fornecer um texto mais fácil de ler e mais próximo das convenções do inglês corrente, optou-se por não separar o verbo auxiliar do verbo principal, como é hábito nos textos legislativos portugueses.

“O SEF pode , em casos de dúvida sobre a autenticidade dos documentos emitidos pelas autoridades portuguesas, aceder à informação constante do processo que permitiu a emissão do passaporte, bilhete de identidade ou outro qualquer documento utilizado para a passagem das fronteiras.” (Art. 35.º)	If there is any doubt regarding the authenticity of documents issued by the Portuguese authorities, SEF may access the information available in the application leading to the issue of the passport, identity card or any other document used to cross the border.
--	--

6.4.4 A estrutura da frase

Como foi referido nos capítulos anteriores, os textos jurídicos portugueses apresentam, muitas vezes, estruturas sintácticas que não são muito habituais na linguagem corrente, devido à maneira como o legislador costuma expor a normatividade da lei. Para que o texto seja mais legível em inglês, optou-se, na maioria das vezes, pelo emprego da ordem natural das palavras na frase.

- Verbo + Sujeito → Sujeito + Verbo

“ Não é obrigatório o preenchimento e a assinatura dos boletins por ambos os cônjuges...” (Art. 15º, n.º 3)	“The completion and signing of the accommodation form are not compulsory for both spouses...”
“ Pode ser recusada a emissão de visto a pessoas que constituam uma ameaça grave para a ordem pública, segurança pública ou saúde pública” (Art. 52º, n.º 4)	“Visas may be refused to anyone posing a serious threat to public order, security or health.”

- Objecto indirecto + Verbo + Sujeito → SVO

“Ao cidadão nacional de Estado terceiro objecto de uma medida de expulsão e que não disponha de documento de viagem é emitido um documento para esse efeito.” (Art. 27.º, n.º 1)	“Any third-country national against whom an expulsion order has been issued and who does not possess a travel document will be issued with a document to that effect.”
“Aos cidadãos estrangeiros admitidos em território nacional nos termos da presente lei que desejem permanecer no País por período de tempo superior ao inicialmente autorizado pode ser prorrogada a permanência ”. (Art. 71º, n.º 1)	“An extension of stay may be granted to foreign nationals who have been admitted to Portuguese territory under the terms of this Law and intend to stay in Portugal for a period exceeding the original authorised length of stay”

6.4.5 Tradução dos verbos normativos

Dado que a noção do presumível destinatário deste texto abrange pessoas de diferentes sistemas jurídicos que pretendem ter informação sobre as condições de entrada em Portugal, ponderou-se entre o uso dos modais ou dos verbos no indicativo na tradução dos verbos normativos. Apesar da Lei dos Estrangeiros ser traduzida para fins informativos, o que normalmente pressupõe o seguimento das convenções do TP, na presente tradução deu-se preferência às convenções inglesas de redacção dos textos jurídicos.

Uma vez que na língua inglesa o indicativo marca normalmente um facto, preferiu-se o uso dos modais na tradução dos verbos normativos, mas, para eliminar qualquer ambiguidade, efectuou-se uma alteração ao usar o *will* para expressar o futuro. Desta forma, empregaram-se os verbos *shall* para apresentar a obrigatoriedade, *shall not* para interdições, *may* para exprimir a possibilidade e *will* no caso do futuro.

“O SEF conserva os dados num ficheiro provisório.” (Art. 43.º, n.º 2)	“SEF shall keep these data in a temporary file.”
“O disposto nos números anteriores não se aplica aos ...” (Art. 14.º, n.º 3)	“The provisions of the preceding paragraphs shall not apply to...”
“O visto de trânsito pode ser concedido para uma, duas ou, excepcionalmente, várias entradas...” (Art. 50.º, n.º 2)	“A transit visa may be issued for one, two or exceptionally several entries...”
“(…) o cidadão estrangeiro que não reúna as condições de entrada é afastado do território português sob escolta, a qual é assegurada pelo SEF.” (Art. 41.º, n.º 3)	“(…) foreign nationals who do not fulfil the entry requirements will be removed from Portuguese territory under escort from SEF”

6.4.6 Tradução de frases longas

Na presente lei, nos casos em que a frase apresenta duas ou mais ideias, tendo consequentemente um comprimento que dificulta a sua leitura, esta foi dividida para maior compreensão.

“Para efeitos de entrada e permanência, devem os estrangeiros dispor, em meios de pagamento, <i>per capita</i> , dos valores fixados por portaria dos Ministros da Administração Interna e do Trabalho e da Solidariedade Social, os quais podem ser dispensados aos que provem ter alimentação e alojamento assegurados durante a respectiva estada”. (Art. 11.º, n.º 2)	“For the purposes of entering and staying in Portugal, foreign nationals shall have at their disposal means of payment per capita equal to the amount fixed by joint regulatory order of the Minister for the Interior and the Minister for Labour and Social Welfare. Those who are able to provide proof of guaranteed maintenance and accommodation for the duration of their stay may be exempted from this requirement.”
---	---

6.4.7 Tradução de referências expressas na terceira pessoa

No estilo tradicional da redacção legislativa, emprega-se, normalmente, a terceira pessoa do singular (no masculino) para fazer referência às partes visadas pela lei. Muitas

vezes, a lei inclui um artigo que explica que o masculino inclui o feminino e o singular inclui o plural.

Contudo, devido à emancipação das mulheres e à luta pelo direito à igualdade, os redactores modernos introduziram algumas alterações nos textos jurídicos ao optar pela inclusão da combinação de pronomes pessoais *ele/ela* (*he/she*, *his/her*) ou pelo uso do plural.

Na tradução desta lei, optou-se pelo uso do plural nas frases onde aparece o pronome possessivo, uma vez que o uso da combinação dos possessivos *his/her* sobrecarregariam a frase (apenas no Art. 19.º n.º 3 empregou-se a combinação *his or her* pelo facto de o conteúdo do artigo não permitir o uso do plural).

“...o cidadão estrangeiro a quem tenha sido recusada a entrada em território português pode comunicar com a representação diplomática ou consular do seu país ou com qualquer pessoa da sua escolha”. (Art. 40.º, n.º 1)	“... foreign nationals who have been refused entry to Portugal may communicate with the diplomatic or consular representative of their country or with any person of their choice.”
--	--

6.4.8 Tradução de referências anafóricas ou catafóricas

A referência anafórica ou catafórica é um fenómeno que consiste no uso de um elemento do texto que remete para outro elemento mencionado anterior ou posteriormente. Na lei em causa, encontram-se várias referências anafóricas e catafóricas, como, por exemplo, *acima/adiante referido*, *o referido*, *o respectivo*, *pelo presente*, *anterior*, *esses*, *desses*, *os mesmos*, etc. O problema da tradução destes termos, é que, em inglês eles pertencem, na maior parte das vezes, à linguagem arcaica (*acima* - *aforesaid*, *aforementioned*; *adiante* - *hereinafter*, *hereafter*; *respectivo* - *thereof*, *therefor*; *referido* - *aforesaid*, *aforementioned*).

O emprego de arcaísmos nos textos jurídicos ingleses foi criticado pelos investigadores na área de redacção legislativa, sobretudo por não serem usados na linguagem comum e constituírem uma fonte de ambiguidade. Butt e Castle acrescentam ainda que “they give the clause a legal feel without serving any legal purpose” (2001:116)⁵². Se o uso das referências arcaicas não é bem visto pelos investigadores ingleses (Mellinkoff 1963, Butt e Castle 2001, Tiersma 1999), a decisão sobre a melhor forma para a sua tradução pesa ainda mais sobre o tradutor português.

No caso de “adiante designado por”, que poderia facilmente ser traduzido por *hereinafter* ou *hereafter*, preferiu-se a forma mais comum *henceforth referred to as*. *Referido*

⁵² “I do hereby agree” é na essência igual ao “I agree”.

no número anterior foi traduzido normalmente por *abovementioned paragraph* ou *referred to in the preceding paragraph*, a *presente lei* foi traduzido por *this Law*.

Nalguns casos, as referências anafóricas foram substituídas pela repetição da palavra a que aludem, embora esta solução tenha a desvantagem de tornar a frase mais comprida.

É recusada a saída do território português a menores estrangeiros residentes que viajem desacompanhados de quem exerça o poder paternal e não se encontrem munidos de autorização concedida pelo mesmo , legalmente certificada. (Art. 31º, n.º 4)	Foreign minors residing in Portugal shall be prevented from leaving the country if not travelling in the company of the person exercising parental responsibility or if not in possession of a legally certified authorisation signed by the person exercising parental responsibility .
---	---

Embora os advérbios arcaicos sejam um excelente método de tornar as frases mais curtas, na tradução usaram-se formas comuns de referências anafóricas ou catafóricas, pois os destinatários da tradução poderão não estar familiarizados com estes termos arcaicos.

As empresas exploradoras de estabelecimentos hoteleiros, meios complementares de alojamento turístico ou conjuntos turísticos, bem como todos aqueles que facultem, a título oneroso, alojamento a cidadãos estrangeiros, ficam obrigadas a comunicá-lo, no prazo de três dias úteis, por meio de boletim de alojamento, ao SEF ou, nas localidades onde este não exista, à Guarda Nacional Republicana (...). (Art. 16º, n.º 1)	Companies operating hotels, complementary tourist accommodation units or tourist complexes, as well as anyone providing accommodation to foreign nationals in return for payment shall inform SEF of this fact within three days, by means of an accommodation form, or, in cases where no SEF offices exist , shall send this form to the National Republican Guard (<i>Guarda Nacional Republicana</i>) or to the Public Security Police (<i>Polícia de Segurança Pública</i>).
---	--

CONCLUSÃO

A motivação pela qual se enveredou para a investigação da tradução jurídica como tema para esta dissertação foi a consciência de que, no caso dos estrangeiros que se deslocam à Portugal ou que residem no país e que não dominam a língua portuguesa, não há nenhuma tradição de traduzir as disposições jurídicas que directamente os afectam para uma língua acessível, ou seja, neste caso, para o inglês. Ao mesmo tempo, existia a noção de que a linguagem utilizada nas leis relevantes e disponibilizadas aos estrangeiros não era imediatamente compreensível. Uma vez que ninguém se pode escudar na falta de conhecimento da lei, considerou-se que seria vantajoso para estas pessoas uma tradução da Lei n.º 23/2007 de 4 de Julho, a chamada Nova Lei de Imigração ou dos Estrangeiros, para uma melhor compreensão dos seus direitos e obrigações.

Durante o processo de tradução para inglês dos primeiros cinco capítulos desta lei, tornou-se evidente que a tradução jurídica levanta sérios problemas que carecem de uma abordagem mais pormenorizada. Desde logo, impôs-se a necessidade de definir as particularidades da linguagem jurídica, tanto nos textos portugueses como nos textos ingleses, de perceber as diferenças fundamentais entre os dois sistemas jurídicos e de encontrar uma metodologia de tradução, tomando em consideração as necessidades dos destinatários do texto de chegada.

Consequentemente, uma vez que o Direito é o produto de uma sociedade, estando intrinsecamente ligado à linguagem utilizada, confirmou-se que as linguagens jurídicas portuguesas e inglesas apresentam características e conceitos distintos, motivados pelos diferentes sistemas jurídicos e técnicas de redacção, embora se possam assemelhar no carácter geral, impessoal, formal e autoritário com que se impõem.

É por isso que a tradução jurídica levanta problemas que não existem em qualquer outro tipo de tradução, apresentando não somente dificuldades lexicais, semânticas e estilísticas (devido à complexidade da terminologia jurídica e do uso de fórmulas específicas), mas também dificuldades provenientes do confronto de dois sistemas jurídicos distintos, em que cada um deles representa um sistema de pensamento e de expressão ligado a uma cultura. É esta a razão pela qual a linguagem jurídica portuguesa é muito mais abstracta, destinada a regulamentar uma grande variedade de situações geralmente complexas, impossível de prever caso a caso, enquanto a linguagem jurídica inglesa é muito mais precisa pelo facto de tentar

definir todas as situações e cobrir todas as possibilidades do significado de uma palavra, assim evitando a possibilidade de dúvidas ou erros de interpretação.

Na tradução dos cinco primeiros capítulos da Lei dos Estrangeiros, surgiu o problema de tradução de conceitos que pertencem em particular ao sistema jurídico romano. Sendo os destinatários do texto de chegada cidadãos estrangeiros de todo o mundo que pertencem a sistemas jurídicos semelhantes ou diferentes, houve a necessidade de atenuar alguns conceitos jurídicos de modo a facilitar a sua compreensão pela maioria das pessoas.

Além disso, uma vez que os textos jurídicos portugueses recorrem a diferentes técnicas de redacção, a estrutura sintáctica e estilística do texto de partida foi modificada de forma a tornar o texto de chegada mais legível, tomando em conta as sugestões feitas pelo *Plain Language Movement*. Porém, houve a consciência do perigo que constitui a tentativa de tornar a lei acessível aos chamados leigos, uma vez que a interpretação errónea de conceitos e princípios jurídicos podem levar à consequências jurídicas drásticas, estando, por isso, a função de interpretação atribuída aos juristas.

Por outro lado, debateu-se com o problema da ausência de uma metodologia que se aplicasse unicamente à área da tradução jurídica, sendo, por isso, necessário escolher uma abordagem teórica capaz de enquadrar a problemática da linguagem jurídica e oferecer uma linha de orientação adaptada às especificidades da tarefa proposta. A teoria escolhida foi a *Skopostheorie* por insistir num processo de tradução funcional, considerado mais adequado às necessidades dos destinatários do texto de chegada.

Embora não se possa aplicar na totalidade às particularidades dos textos jurídicos sem sofrer algumas alterações, esta teoria fornece diferentes metodologias conforme as necessidades dos destinatários e a função do texto de chegada. Desta forma, a presente teoria revelou-se fundamental para a tradução da lei em questão, pois no decorrer do processo, para além de definir a natureza e o sistema jurídico dos TP e TC, foi levado também em conta a função e os destinatários do texto de chegada, o que requereu a adopção de diferentes metodologias e estratégias de tradução.

A tradução jurídica implica uma constante tomada de decisões que frequentemente terão consequências do foro legal, tornando-se, por isso, fundamental abordar a questão da formação do tradutor. Resumidamente, ser um tradutor jurídico implica ter competências linguísticas, conhecer em profundidade os sistemas jurídicos do TP e TC, saber as técnicas de

redacção dos textos jurídicos e ser competente no uso de vários recursos e instrumentos de documentação.

Apesar de acreditar na importância que este estudo possa ter para os actuais ou futuros tradutores de textos jurídicos, há a consciência de que esta análise da tradução jurídica não passa de uma abordagem parcial dos problemas decorrentes da tradução jurídica, pois dificilmente se podem reunir num só trabalho todas as implicações deste assunto tão vasto.

BIBLIOGRAFIA

- Alcaraz Varó, Enrique e Brian Hughes. *Legal translation explained*. Barcelona: Ariel, 2002.
- Baker, Mona e Gabriela Saldanha (eds). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. London/New York: Routledge, 2009.
- Borja Albi, Anabel. *El texto jurídico y su traducción al español*. Barcelona: Ariel Lenguas Modernas, 2000.
- Butt, Peter e Richard Castle. *Modern legal drafting: a guide to using clearer language*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- Cao, Deborah. *Translating Law*. Clevedon/Buffalo/Toronto: Multilingual Matters, 2007.
- Chesterman, Andrew. *Memes of translation: the spread of ideas in translation theory*. Amsterdam: John Benjamins, 2000.
- Cornu, Gérard. *Linguistique juridique*. Paris : Montchrestien, 2005.
- Cornu, Gérard. *Vocabulaire juridique*. 8ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.
- Darbelnet, Jean. “Réflexions sur le discours juridique” in *Meta : journal des traducteurs / Meta: Translators' Journal*, vol. 24, n° 1, 1979, p. 26-34. <<http://www.erudit.org/revue/meta/1979/v24/n1/002480ar.pdf>>; Acedido a 15/08/2011.
- Eiras, Henriques e Guilhermina Fortes. *Dicionário de Direito Penal e Processo Penal*. Lisboa: *Quid Juris*, 2005.
- Ferreira-Pinto, Fernando Brandão. *Dicionário de Direito da Família e de Direito das Sucessões*. Lisboa: Livraria Petrony Editores, 2004.
- Fisher-Martins, Sandra. “O direito a compreender”. TEDxPorto. <http://www.youtube.com/watch?v=tP2y0vU7EG8&feature=results_video&playnext=1&list=PLFE6159920C784FBD>; Acedido a 20/10/2011.
- Garner, Bryan (ed.). *Black's Law Dictionary*. 9ª ed., St. Paul: West Group, 2009.
- Garzone, Giuliana. “Legal Translation and Functional Approaches: a Contradiction in Terms”, 2000. <<http://www.tradulex.org/Actes2000/Garzone.pdf>>; Acedido a 19/01/2011.

Gémar, Jean-Claude. “ Les enjeux de la traduction juridique. Principes et nuances ”, 1998. <<http://www.tradulex.org/Actes1998/Gemar.pdf>>; Acedido a 25/07/11.

Gémar, Jean-Claude. “La traduction juridique : art ou technique d’interprétation?” in *Meta : journal des traducteurs / Meta: Translators' Journal*, vol. 33, n° 2, 1988, p. 304-318; <<http://www.erudit.org/revue/meta/1988/v33/n2/002850ar.pdf>>; Acedido a 03/02/2011.

Gibbons, John, (ed.). *Language and the Law*. Essex: Longman, 1994.

González, Gladys. *L'équivalence en traduction juridique : Analyse des traductions au sein de l'accord de libre-échange nord-américain (ALENA)*. PHD. Université Laval, 2003.

Harvey, Malcolm. “What’s so Special about Legal Translation?”. *Meta: journal des traducteurs/Meta: Translators’ Journal*, vol. 47, n° 2, 2002, p. 177-185. <<http://id.erudit.org/iderudit/008007ar>>; Acedido a 10/03/11;

Houbert, Frédéric. “Le traducteur juridique et les dictionnaires : amis ou ennemis?”. Conferência anual da ATA, Phoenix, 2003. <<http://www.tradulex.org/seattle/Dicos.pdf>>; Acedido a 16/11/2011;

Houbert, Frédéric. *Guide pratique de la traduction juridique*. Paris : La Maison du Dictionnaire, 2005.

Kjær, Anne Lise. “Legal Translation in the European Union: A research field in need of a new approach” in Krzysztof Kredens, Stanislaw Goźdz-Roszkowski, (eds). *Language and the law: international outlooks*. Frankfurt/Bern: Peter Lang, 2007, p. 69-95;

Lavoie, Judith. “Faut-il être juriste ou traducteur pour traduire le droit ? ”. *Meta : journal des traducteurs / Meta: Translators' Journal*, vol. 48, n° 3, 2003, p. 393-401. <<http://www.erudit.org/revue/meta/2003/v48/n3/007599ar.pdf>>; Acedido a 09/03/2011;

Leitão, Helena. “Processos especiais: os processos sumário e abreviado no Código de Processo Penal”. 2007. <http://www.cej.mj.pt/cej/forma-continua/fich-pdf/formacao2007-08/jornadas_penal_textos/processosespec_sumarabrevia2007hl.pdf>; Acedido a 08/08/2011.

Mellinkoff, David. *The Language of the Law*. Boston: Little, Brown & Co, 1963.

Mello, Maria Chaves de. *Dicionário Jurídico Português-Inglês, Inglês-Português*. 3ª ed., Lisboa: Dinalivro, 2002.

- Nord, Christiane. *Translation as a Purposeful Activity*. Manchester: St Jerome, 1997.
- Nord, Christiane. *Text Analysis in Translation. Theory, Methodology, and Didactic Application of a Model for Translation-Oriented Text Analysis*. Amsterdam/ New York: Rodopi B.V, 1995.
- Prata, Ana. *Dicionário Jurídico: Direito Civil, Direito Processual Civil. Organização Judiciária*. 3ªed., Coimbra: Almedina, 1999.
- Prata, Ana et al. *Dicionário Jurídico: Direito Penal. Direito Processual Penal*. Vol.II. 2ªed., Coimbra: Almedina, 2010.
- Reiss, Katharina e Hans J. Vermeer. *Fundamentos para una teoría funcional de la traducción*. Madrid: Ediciones Akal, 1996.
- Salama-Carr, Myriam (ed.). *On translating French literature and film*. Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 2000.
- Šarčević, Susan. *New Approach to Legal Translation*. The Hague: Kluwer Law International, 1997.
- Šarčević, Susan. “Legal translation and translation theory: a receiver-oriented approach”, 2000; <<http://www.tradulex.org/Actes2000/sarcevic.pdf>>; Acedido a 19/01/2011.
- Snell-Hornby, Marry. *Translation Studies: An Integrated Approach*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.
- Snell-Hornby, Marry et al. (eds.). *Translation Studies: An Interdiscipline*. Vienna : John Benjamins, 1992.
- Terral, Florence. “L’empreinte culturelle des termes juridiques”. *Meta: journal des traducteurs/Meta: Translators’ Journal*, vol.49, nº4, Dezembro 2004, p.876-890. <<http://www.erudit.org/revue/meta/2004/v49/n4/009787ar.html>>; Acedido a 26/07/2011.
- Tiersma, Peter. *Legal Language*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
- Vicente, Dário Moura. *Direito Comparado: Introdução e parte geral*. vol.I. Coimbra: Almedina, 2008.

Vienne, Jean. “Vous avez dit compétence traductionnelle ?”. *Meta : journal des traducteurs / Meta: Translators' Journal*, vol. 43, n° 2, 1998, p. 187-190. <<http://www.erudit.org/revue/meta/1998/v43/n2/004563ar.pdf>>; Acedido a 16/11/2011.

Vinay, Jean-Paul e Jean Darbelnet. *Stylistique comparée du français et de l'anglais: méthode de traduction*. Paris: Didier, 2003.

Wagner, Anne, e Sophie Cacciaguidi-Fahy, (eds.). *Obscurity and Clarity in the Law: Prospects and Challenges*. England/USA: Ashgate, 2008.

Weston, Martin. *An English Reader's Guide to the French Legal System*. Oxford/New York: Berg, 1991.

URL:

Act 23/2007, of the 4th of July;

<http://www.sef.pt/portal/V10/EN/asp/legislacao/legislacao_detalhe.aspx?id_linha=4751#0>. Acedido a 05/11/2010;

Act 23/2007 of 4 July 2007, Legal framework of entry, permanence, exit and removal of foreigners into and out of national territory. UNHCR.

<<http://www.unhcr.org/refworld/country,LEGAL,,,PRT,4562d8b62,48e4910b2,0.html>>.

Acedido a 19/05/2011.

California Penal Code Section 324. <<http://law.onecle.com/california/penal/324.html>>. 12/08/2011.

Claro! Pelo direito a compreender. < <http://portuguesclaro.pt/claro/>>. Acedido a 09/08/2011.

Código de Processo Penal. < <http://www.lexix.pt/docs/CPD.pdf>>; Acedido a 08/08/2011.

Council Directive 2003/110/EC of 25 November 2003 on assistance in cases of transit for the purposes of removal by air. Official Journal of the European Union. 6.12.2003. <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:321:0026:0031:EN:PDF>>; Acedido a 18/08/2011.

Decreto-Lei n.º 135/99 de 22 de Abril.

<http://www.cm-amadora.pt/files/2/documentos/DL_135_99.pdf>. Acedido a 15/09/2011.

Diário da República Eletrónico. <www.dre.pt>. Acedido a 12/08/2011.

Direito dos Estrangeiros/Foreigners Law. Nota Informativa. PLMJ Sociedade de Advogados. <http://www.plmj.com/xms/files/newsletters/2008/Dezembro/direito_dos_estrangeiros.pdf>;

Eur-lex. <<http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>>. Acedido a 20/10/2011.

EUROVOC, o thesaurus multilingue da UE. <<http://eurovoc.europa.eu/>>. Acedido a 20/10/2011.

Help and info for women. <<http://www.scottishwomensaid.org.uk/info-for-women/your-rights/interdicts>>; Acedido a 08/09/2011.

IATE. <www.iate.europa.eu>; Acedido a 20/10/2011.

Legal status in Louisiana. The Advocacy Center. 1995. <http://www.advocacyla.org/tl_files/publications/LegalStatus.pdf>; Acedido a 08/08/2011.

Lei n.º 52/2008 de 28 de Agosto. <<http://www.apav.pt/portal/pdf/LOFTJ.pdf>>; Acedido a 08/08/2011;

Mental Capacity Act 2005. <<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2005/9/part/1>>; Acedido a 09/08/2011.

Pessoas singulares. <http://octalberto.no.sapo.pt/pessoas_singulares.htm>; Acedido a 08/08/2011.

Plain Language na Administração Pública. Interface. <<http://portuguesclaro.pt/documentos/Artigo%20Portugu%EA%20Claro%20na%20Interface%20Administra%E7%E3o%20P%FAblica%20Abril%202008.pdf>>. Acedido a 09/08/2011;
Portal do SEF. <<http://www.sef.pt/portal/V10/EN/asp/page.aspx>>; Acedido a 05/11/2010;

“SEF”. The Free Dictionary. <<http://acronyms.thefreedictionary.com/SEF>>; Acedido a 09/08/2011.

Inter-Active Terminology for Europe. <www.iate.europa.eu>. Acedido a 20/10/2011.

TERMIUM. <<http://www.btb.termiumplus.gc.ca/tpv2alpha/alpha-eng.html?lang=eng>>. Acedido a 20/10/2011.

APÊNDICE

- O texto de chegada:

Law 23/2007

4 July 2007

This Law approves the legal framework of entry, stay, exit and removal of foreign nationals from the national territory

Under sub-paragraph (c) of Article 161 of the Portuguese Constitution, the Assembly of the Republic decrees as follows:

CHAPTER I

General Provisions

Article 1

Subject matter

This Law establishes the conditions and procedures for the entry, stay, exit and removal of foreign nationals from Portuguese territory, as well as the status of long-term residents.

Article 2

Transposition of directives

1- This Law transposes the following EC directives into national law:

- (a) Council Directive 2003/86/EC of 22 September 2003 on the right to family reunification;
- (b) Council Directive 2003/110/EC of 25 November 2003 on assistance in cases of transit for the purposes of removal by air;
- (c) Council Directive 2003/109/EC of 25 November 2003, concerning the status of third-country nationals who are long-term residents;
- (d) Council Directive 2004/81/EC of 29 April 2004 on the residence permit issued to third-country nationals who are victims of trafficking in human beings or who have been the subject of an action to facilitate illegal immigration, who cooperate with the competent authorities;
- (e) Council Directive 2004/82/EC of 29 April 2004 on the obligation of carriers to communicate passenger data;
- (f) Council Directive 2004/114/EC of 13 December 2004 on the conditions of admission of third-country nationals for the purposes of studies, pupil exchange, unremunerated training or voluntary service;

(g) Council Directive 2005/71/EC of 12 October 2005 on a specific procedure for admitting third-country nationals for the purposes of scientific research.

2- At the same time, the transposition of the following EC acts is consolidated in national law:

(a) Council Framework Decision of 28 November 2002 on the strengthening of the penal framework to prevent the facilitation of unauthorised entry, transit and residence.

(b) Council Directive 2001/40/EC of 28 May 2001 on the mutual recognition of decisions on the expulsion of third-country nationals;

(c) Council Directive 2001/51/EC of 28 June 2001 supplementing the provisions of Article 26 of the Convention implementing the Schengen Agreement of 14 June 1985;

(d) Council Directive 2002/90/EC of 28 November 2002 defining the facilitation of unauthorised entry, transit and residence.

Article 3

Definitions

For the purposes of this Law:

(a) ‘Highly skilled activity’ means the activity that requires technical and specialised skills or skills of an exceptional nature, consequently requiring appropriate qualifications, namely a higher education qualification.

(b) ‘Self-employed activity’ means any activity carried out in a personal capacity under a contract to provide services as a liberal profession or under the form of a company.

(c) ‘Temporary professional activity’ means any seasonal or short-term professional activity conducted for a period not exceeding six months, unless carried out under an Investment Contract.

(d) ‘Research organisation’ means any public or private organisation, or any public or private research and development unit, which conducts research and is officially recognised.

(e) ‘Implementing Convention’ means the Convention Implementing the Schengen Agreement of 14 June 1985, signed in Schengen on 19 June 1990;

(f) ‘Educational establishment’ means any officially recognised public or private establishment with an accredited study programme;

(g) ‘Third State’ means any State which is neither a member of the European Union, nor a Party to the Implementing Convention or which has not implemented this convention.

(h) ‘Unremunerated trainee’ refers to a third-country national/national of a Third State who has been admitted to Portugal for a training period without remuneration, in compliance with the applicable legislation.

- (i) 'Student' refers to third-country nationals accepted by an establishment of higher education and admitted to pursue as their main activity a full-time course of study leading to an academic qualification or an accredited higher education degree, which may cover a preparatory course or any research conducted in order to obtain an academic degree;
- (j) 'Pupil' shall refer to third-country nationals admitted to Portugal to pursue a secondary education, in the context of a recognised exchange programme or enrolled on an individual basis;
- (l) 'External Borders' means the borders with third countries, the airports for flights departing from or heading to countries which are not bound by the Implementing Convention, as well as the sea ports, with the exception of the domestic connections and regular passenger transfer within the States Party to the Implementing Convention;
- (m) 'Internal Borders' means the common land borders with the States Party to the Implementing Convention, their airports for flights departing directly and exclusively from or heading to States Party to the Implementing Convention, as well as their sea ports for regular ferry connections that perform transshipment operations exclusively from or to other ports within the territories of the States Party to the Implementing Convention, not calling at any ports outside those territories;
- (n) 'Researcher' means a third-country national holding an appropriate higher education qualification, who is selected by a research centre to conduct a research project for which the abovementioned qualification is normally required;
- (o) 'Voluntary service programme' means a programme of activities of practical solidarity, based on a State or an EC programme, pursuing objectives of general interest;
- (p) 'Legal resident' means a foreign national holding a Portuguese residence permit valid for one year or more;
- (q) 'Company' means a company constituted under civil or commercial law, including cooperatives and other legal persons governed by public and private law, with the exception of non-profit organisations.
- (r) 'Residence permit' means an authorisation issued in accordance with EU legislation and the EU uniform format granted to a third-country national holding a residence permit;
- (s) 'Transit by air' means the passage of third-country nationals and, if necessary, their escort through the airport enclosure for the purposes of removal by air.
- (t) 'Carrier' means any natural or legal person whose occupation is to provide passenger transport by air, sea or land.

(u) ‘International zone of sea ports or airports’ means the zone between the embarkation and disembarkation points and the location of passport control points.

Article 4

Scope

- 1- The provisions of this Law shall apply to foreign nationals and stateless persons.
- 2- Without prejudice to its subsidiary application and unless expressly provided otherwise, this Law shall not apply to:
 - (a) Nationals of an EU Member State, nationals of a State Party to the European Economic Area Agreement or nationals of a third country with which the European Community has signed an agreement on the free movement of persons;
 - (b) Third-country nationals who reside in national territory as refugees or beneficiaries of subsidiary protection status under the provisions governing asylum, or as beneficiaries of temporary protection;
 - (c) Third-country nationals who are family members of Portuguese nationals or family members of foreign nationals referred to in the preceding sub-paragraphs.

Article 5

Special regulations

- 1- The provisions of this Law shall not affect the special regulations set out in:
 - (a) Bilateral or multilateral agreements between the European Community or the European Community and its Member States and one or more third countries;
 - (b) International Conventions to which Portugal is a Party or by which Portugal is bound, especially those entered into or to be signed with Portuguese-speaking countries either bilaterally or within the framework of the Community of Portuguese-speaking countries;
- 2- The provisions of this Law shall not affect the obligations arising from the Convention Relating to the Status of Refugees - adopted on 28 July 1951 in Geneva and amended by the Additional Protocol to the Convention Relating to the Status of Refugees, adopted on 31 January 1967 in New York - from international conventions on human rights and from international conventions regarding extradition to which Portugal is a Party or by which it is bound.

CHAPTER II

Entry to and exit from the national territory

Section I

Border Crossing

Article 6

Border Control

- 1- Anyone entering or leaving Portuguese territory shall do so using the border posts designated for that purpose during their opening hours, without prejudice to the provisions of the Implementing Convention.
- 2- Anyone entering or leaving Portuguese territory shall be subject to border control, when coming from or heading to States which are not Party to the Implementing Convention.
- 3- The provisions of the preceding paragraph shall also apply to passengers using a domestic section of a flight which departed from or is heading to States which are not Party to the Implementing Convention.
- 4- Border control can be carried out on board ships during sailing at the request of the ship's captain or the shipping agent and on payment of a charge.
- 5- After performing the exit control of a ship or boat, the Immigration and Border Control Office (*Serviço de Estrangeiros e Fronteiras*), henceforth referred to as 'SEF', issues an exit clearance without which the ship may not leave the harbour.
- 6- If public policy or national security so require and after consultation with other States Party to the Schengen Agreement, passport control may be temporarily reintroduced at internal borders under exceptional circumstances.

Article 7

International zone of sea ports

- 1- At sea ports, in the area under the jurisdiction of the port administration, the international zone corresponds to the fenced areas of the quays, and, in the unfenced quay areas, to the embarkation and disembarkation points.
- 2- The SEF premises are also included in the international zone of sea ports.

Article 8

Access to the international zone of sea ports and airports

- 1- Foreign nationals subject to airport or sea port transit visa requirements under this Law may enter the international zone of sea ports and airports when in transit or transferring from international connections, provided they are holders of the visas mentioned in this paragraph.

2- Access to the international zone of sea ports is restricted and subject to an authorisation granted by SEF.

3- The head of the sea port border post may authorise access to the international zone of the sea port for specific purposes, such as visits or the provision of onboard services.

4- A fee will be charged for issuing permits granting access to the international zone of the sea port and for boarding vessels.

5- Crew members and passengers may be granted permits to come ashore at sea border posts for the duration of their stay in the sea port.

6- The permit allows the holder to circulate in the area adjoining the sea port. It is issued by SEF at the request of the shipping agent, accompanied by a sponsorship declaration.

Section II

General conditions of entry

Article 9

Travel documents and replacement travel documents

1- All foreign nationals entering or leaving Portugal shall hold valid travel documents;

2- The travel document shall be valid for a period of time exceeding the length of stay, except when a foreign national with permanent residence in Portugal re-enters the country.

3- The following foreign nationals are also entitled to enter or leave Portugal:

(a) Nationals of States with which Portugal has signed international conventions, and who are therefore entitled to enter the country with an identity card or equivalent document;

(b) Nationals of States covered by relevant agreements between the States Party to the North Atlantic Treaty;

(c) Holders of a *laissez-passer* travel document issued by the authorities of their State of origin or of the State representing them;

(d) Holders of a pilot's licence or a crew member certificate as provided for in Annexes I and IX to the Convention on International Civil Aviation, or holders of any documents replacing these, whenever they are engaged in their respective duties;

(e) Holders of a seafarer's identity document, when in the exercise of their duties, as provided for in the International Labour Organisation Convention No. 108;

(f) Nationals of States with which Portugal has signed international conventions allowing them to enter only when holding a seaman's book and in the exercise of their duties.

4- The *laissez-passer* referred to in sub-paragraph (c) of the preceding paragraph is valid only for transit, and, when issued in Portugal, only allows its holder to exit the country.

5- Nationals of States with which Portugal has signed international conventions on this matter may enter or leave Portugal with an expired passport.

6- Foreign nationals may also leave Portugal if in possession of a safe-conduct or a travel document issued for the expulsion of third-country nationals.

Article 10

Entry Visa

1- Foreign nationals entering Portugal shall also be in possession of a valid visa suitable for the purposes of their journey, granted under this Law, or issued by the competent authorities of the States Party to the Implementing Convention.

2- Visa holders are eligible to present themselves at a border post to request entry to Portugal.

3- Foreign nationals may, however, enter Portugal without a visa when:

(a) They have a residence permit, an extension to the period of stay or an identity card as stipulated in paragraph 2 of Article 87, provided these are valid.

(b) They are entitled to do so in accordance with the International Conventions to which Portugal is a Party.

4- A visa may be annulled by the issuing authority in foreign territory, by SEF in Portuguese territory, or at border posts, when its holder has been subject to an alert in the Schengen Information System or in SEF's Integrated Information System for the purposes of refusing entry or has provided false information on the visa application form.

5- Under the provisions of the preceding paragraph, the annulment of a visa by SEF shall be immediately communicated to the issuing authority;

6- The decision to annul a visa and the grounds for this shall be communicated by electronic means to the High Commissioner for Immigration and Intercultural Dialogue (*Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.*), henceforth referred to as 'ACIDI, I.P.', and to the Consultative Council for Immigration Affairs (*Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração*), henceforth referred to as 'Consultative Council'.

Article 11

Means of subsistence

1- Foreign nationals are not allowed to enter Portugal if they have insufficient means of subsistence both for the duration of the intended stay and for transit to a country into which they are certain to be admitted, or if they are not in a position to acquire such means lawfully.

2- For the purposes of entering and staying in Portugal, foreign nationals shall have at their disposal means of payment per capita equal to the amount fixed by joint regulatory order of

the Minister for the Interior and the Minister for Labour and Social Welfare⁵³. Those who are able to provide proof of guaranteed maintenance and accommodation for the duration of their stay may be exempted from this requirement.

3- The amounts fixed in accordance with the preceding paragraph shall be automatically updated based on the percentage increases in the national minimum wage.

Article 12

Sponsorship declaration

1- For the purposes of the preceding article, any third-country national may instead submit a sponsorship declaration signed by a Portuguese or foreign national who has been granted a legal right to stay in Portugal.

2- The abovementioned sponsorship declaration shall necessarily include a commitment to guarantee:

(a) The necessary conditions for staying in Portugal;

(b) Refund of the costs of removal, in the event of an illegal stay.

3- The provisions of the preceding paragraph do not affect the obligations of the entities referred to in Article 198, provided that all requirements are met.

4- The sponsorship declaration is an instrument authorising the enforcement of the obligation laid down in paragraph 2(b).

Article 13

Purposes and conditions of stay

Whenever deemed necessary, the border authority may require foreign nationals to provide suitable evidence of the purposes and conditions of their stay.

Section III

Declaration of entry and accommodation form

Article 14

Declaration of entry

1- Foreign nationals coming from another Member State and entering Portugal via a border not subject to control shall report this fact within three working days after the date of entry.

2- The declaration of entry shall be submitted to SEF, in accordance with provisions to be established by regulatory order of the Minister for the Interior.

3- The provisions of the preceding paragraphs shall not apply to:

⁵³ Now called *Ministério da Solidariedade e da Segurança Social* (Ministry of Solidarity and Social Security)

- (a) Foreign nationals who reside or have been authorised to stay in Portugal for a period of more than six months;
- (b) Foreign nationals who, immediately after entering Portugal, stay in hotels or other accommodation to which the provisions of paragraph 1 of Article 16 are applicable;
- (c) Foreign nationals covered by the Community system or equivalent arrangements.

Article 15

Accommodation form

- 1- The accommodation form is designed to monitor foreign nationals in Portuguese territory.
- 2- Each foreign national, as well as nationals of other Member States shall complete and sign an accommodation form in accordance with the model approved by regulatory order of the Minister for the Interior.
- 3- The completion and signing of the accommodation forms are not compulsory for both of the spouses and minors, nor for all the members of a travel group. This requirement can be met by one of the spouses or by one of the members of the abovementioned group.
- 4- To simplify the process of sending the accommodation forms, hotels and similar accommodation units are required to register with SEF's Accommodation Information System, in order to permit the safe delivery of these forms by electronic means
- 5- The accommodation forms and their duplicates, as well as the replacement electronic forms mentioned in the preceding paragraph, shall be stored for a year to be counted from the day after the date when the departure of the foreign national was reported.

Article 16

Notification of accommodation

- 1- Companies operating hotels, complementary tourist accommodation units or tourist complexes, as well as anyone providing accommodation to foreign nationals in return for payment shall inform SEF of this fact within three days, by means of an accommodation form, or, in cases where no SEF offices exist, shall send this form to the National Republican Guard (*Guarda Nacional Republicana*) or to the Public Security Police (*Polícia de Segurança Pública*).
- 2- The departure of foreign nationals from the abovementioned accommodation establishments shall be communicated to the authorities within the same time period referred to in the preceding paragraph.
- 3- The accommodation forms issued and completed under paragraph 4 of the preceding article shall be delivered safely, in accordance with procedures to be determined by regulatory order of the Minister for the Interior.

Section IV
Travel Documents

Subsection I

Travel documents issued to foreign nationals by the Portuguese authorities

Article 17

Travel documents

1- Portuguese authorities may issue the following documents to foreign nationals:

- (a) Passports for foreign nationals;
- (b) Travel documents for refugees;
- (c) Safe-conduct;
- (d) Travel documents for the expulsion of third-country nationals;
- (e) Student travel list.

2- The travel documents issued to foreign nationals by the Portuguese authorities are not acceptable as evidence of the holder's nationality.

Article 18

Passports issued to foreign nationals

Passports are issued to foreign nationals in accordance with the provisions of specific legislation on this subject.

Article 19

Refugee travel documents

1- Foreign nationals residing in Portugal as refugees under the law governing the right to asylum, as well as the refugees covered by the provisions of paragraph 11 of the Annex to the Convention Relating to the Status of Refugees, adopted on 28 July 1951 in Geneva, may obtain a travel document based on a model to be approved by regulatory order of the Minister for the Interior.

2- Travel documents issued to refugees are valid for one year, a period that may subsequently be extended. They may be used for an unlimited number of journeys, enabling their holders to return at any time within the validity period.

3- Travel documents issued to refugees may include one single person or the holder of the document and his or her children or adopted children under the age of ten.

4- No further information shall be added to the travel document after it has been issued, with the exception of the extension of the validity period provided for in paragraph 2.

Article 20

Competence for issuing a refugee travel document

The following authorities are competent to issue and extend the validity date of refugee travel documents:

- (a) In Portuguese territory, the Director-General of SEF, who has the power to delegate this competence;
- (b) In foreign territory, the consular or diplomatic authorities, with SEF's approval.

Article 21

Issuing and control of refugee travel documents

- 1- Refugee travel documents shall be issued by the competent authorities for that purpose.
- 2- SEF is competent to control and keep a national register of the issued travel documents.

Article 22

Conditions of validity for refugee travel documents

- 1- Refugee travel documents are only valid when all essential sections have been completed legibly or are crossed out when not applicable.
- 2- No corrections and erasures of any kind shall be allowed.
- 3- The photographs shall be recent colour photographs taken against a plain and contrasting background and easily identifiable.
- 4- The holder's photograph and the signature of the issuing authority shall be certified by means of an embossed seal of the issuing authority.
- 5- The travel document shall be personally signed by the holder, unless the issuing authority adds a declaration in the appropriate place stating that the holder is unable to do so.

Article 23

Application for refugee travel documents

- 1- The application for a travel document shall be completed personally by the applicant.
- 2- The application for a travel document issued to a minor may be completed by:
 - (a) Either parent, if married;
 - (b) The parent who exercises parental responsibility, according to the court's decision;
 - (c) A third person who, under Portuguese law, exercises parental responsibility in the absence of parents.
- 3- The tutor or curator shall make the application of individuals who have been deprived of exercising their civil rights (*interdito*) or who were declared incompetent to manage their affairs (*inabilitado*).

4- When justified, the measures set out in paragraphs 2 and 3 may be satisfied by decision of the Director-General of SEF.

Article 24

Restrictions on the use of refugee travel documents

Refugees who have used a travel document issued in accordance with this Law to enter a country in relation to which they may fall under any of the situations provided for in paragraphs 1 to 4 of Article 1(C) of the Convention Relating to the Status of Refugees, adopted on 28 July 1951 in Geneva, must obtain a travel document issued by that country.

Article 25

Improper use of refugee travel documents

- 1- Any refugee travel document that is not used in accordance with the law will be seized by the authorities to whom it is presented and sent to SEF.
- 2- Travel documents may not be accepted if there are contradictions noted in the identification documents of those concerned.

Article 26

Safe-conduct

- 1- A safe-conduct may be granted to foreign nationals who do not reside in Portugal, but are either unable to leave or have difficulty in leaving Portuguese territory.
- 2- In exceptional cases arising from national interest or the fulfilment of international obligations, a safe-conduct may be issued to foreign nationals who do not reside in Portugal and can prove that they are unable to obtain other travel documents.
- 3- The Director General of SEF is competent or may delegate competence for issuing a safe-conduct for the sole purpose of enabling its holder to leave Portugal.
- 4- Portuguese embassies and consular posts are competent for issuing a safe-conduct for the sole purpose of allowing entry to Portugal, with SEF's approval.
- 5- The model for the safe-conduct is approved by regulatory order of the Minister for the Interior.

Article 27

Travel documents for the expulsion of third-country nationals

- 1- Any third-country national against whom an expulsion order has been issued and who does not possess a travel document will be issued with a document for that purpose.
- 2- The document referred to in the preceding paragraph is valid for one single journey.
- 3- The model for this document is approved by regulatory order of the Minister for the Interior.

Sub-section II

Travel documents issued by foreign authorities

Article 28

Control of travel documents

Non-resident foreign nationals holding travel documents issued by foreign diplomatic missions or consular posts in Portuguese territory shall present those documents to SEF within three days of the date of issue, in order for them to be certified.

Section V

Entry and exit of third-country students

Article 29

Entry and stay of students residing in the European Union

1- Third-country students residing in the territory of other European Union Member States may enter and temporarily stay in Portuguese territory without the need for a visa, whenever they are travelling on a school trip organised by an officially recognised educational establishment.

2- For the purposes of the preceding paragraph, the students are to be:

- (a) Accompanied by a teacher of the educational establishment;
- (b) Included in the list of students participating in the trip, issued by the respective educational establishment, which shall state the identity of the students as well as the purpose and circumstances of the trip.
- (c) In possession of a valid travel document.

3- Students are exempted from the requirement set out in sub-paragraph (c) of the preceding paragraph if their names are stated on a list duly authenticated by the competent authority of the Member State of origin, containing the following items:

- (a) Recent photographs of the students;
- (b) Confirmation of their resident status;
- (c) Re-entry permit.

Article 30

Exit of students residing in Portugal

Third-country students residing in Portuguese territory may also travel to other European Union Member States, provided they fulfil the conditions referred to in the preceding article. SEF is competent to certify the abovementioned list.

Section VI

Article 31

Entry and exit of minors

- 1- Regardless of the type of tourism or youth exchange programmes, the competent authority shall refuse entry to Portugal to foreign nationals under the age of 18, if they are not accompanied by a person exercising parental responsibility or do not have anyone in Portugal duly authorised by their legal representative to take responsibility for their stay.
- 2- Other than in duly justified exceptional cases, foreign minors are not allowed to enter Portuguese territory if the person exercising parental responsibility or the person to whose care they are entrusted is refused entry to Portugal.
- 3- If foreign minors are not allowed to enter Portugal, the person accompanying them shall also be refused entry.
- 4- Foreign minors residing in Portugal shall be prevented from leaving the country if not travelling in the company of the person exercising parental responsibility or if not in possession of a legally certified authorisation signed by the person exercising parental responsibility.
- 5- Unaccompanied minors awaiting a decision on their admission to Portuguese territory or their repatriation shall receive full material support and assistance necessary to meet their basic needs, in terms of food, hygiene, accommodation and medical care.
- 6- Unaccompanied minors may only be returned to their country of origin or to a third country willing to receive them if there is a guarantee that upon arrival they will be given appropriate care and assistance.

Section VII

Refusal of entry

Article 32

Refusal of entry

- 1- Foreign nationals will be refused entry to Portuguese territory if:
 - (a) They do not fulfil all the legal requirements of entry; or
 - (b) They have been subject to an alert in the Schengen Information System for the purpose of refusing entry; or
 - (c) They have been subject to an alert in SEF's Integrated Information System for the purpose of refusing entry; or

(d) They are considered a danger or serious threat to public order, national security, public health or the international relations of European Union Member States, as well as to the States that have adopted the Implementing Convention.

2- The decision to refuse entry taken on grounds of public health shall be based exclusively on diseases defined by the relevant instruments of the World Health Organisation, or on other infectious or contagious parasitic diseases subject to protective measures in Portuguese territory.

3- Third-country nationals may be required to undergo a medical examination, in order to certify that they do not suffer from any of the diseases mentioned in the previous paragraph and in order for the appropriate medical measures to be taken.

Article 33

Alert for the purpose of refusing entry

1- Foreign nationals are subject to an alert for the purpose of refusing entry when:

- (a) They have been expelled from Portugal;
- (b) They have been sent to another country under a readmission agreement;
- (c) There are reasonable grounds for believing that they have committed a serious offence;
- (d) There are clear indications that they intend to commit a serious offence or pose a serious threat to public order, national security or the international relations either of a European Union Member State or of States that have adopted the Implementing Convention.
- (e) They have been escorted to the border in accordance with Article 147.

2- According to Article 139, the beneficiaries of assisted voluntary return shall also be subject to an alert in the Schengen Information System for the purpose of refusing entry. The alert is cancelled in the case provided for in paragraph 3 of that same article.

3- Foreign nationals shall also be subject to an alert for the purpose of refusing entry if they have been sentenced through a final and binding decision to imprisonment for more than one year, even if that sentence has not been served, or if they have been given the same sentence on more than one occasion, even though it has been suspended.

4- Measures prohibiting entry that are not subject to the time limits imposed under the terms of this Law shall be periodically reviewed, in order to maintain or cancel them.

5- Measures prohibiting entry that have not been legally decreed and are not subject to the time limits imposed under the terms of this Law may be reviewed at any time at the orders of the Director-General of SEF on humanitarian grounds or for reasons of national interest, with a view to their cancellation.

6- Any alert issued in respect of foreign nationals in the Schengen Information System depends on the decision made by the competent authorities of a State Party to the Implementing Convention.

7- The Director-General of SEF is competent to issue alerts in respect of foreign nationals in the Schengen Information System, or in SEF's Integrated Information System, for the purpose of refusing entry.

Article 34

Seizure of travel documents

According to the applicable provisions, travel documents will be seized and sent to the competent authority in Portugal or abroad when the decision to refuse entry is based on the presentation of false, forged or fraudulently obtained travel documents or a document belonging to another person.

Article 35

Checking the validity of documents

If there is any doubt regarding the authenticity of documents issued by the Portuguese authorities, SEF may access the information available in the application leading to the issue of a passport, identity card or any other document used to cross the border.

Article 36

Limits on the refusal of entry

Entry shall not be refused to foreign nationals who:

- (a) Were born and normally reside in Portuguese territory;
- (b) Are parents of minors, effectively under their care, who have Portuguese nationality, under the terms of paragraph 1(c) of Article 122;
- (c) Are parents of minors, who are nationals of a third State and legally reside in Portugal, over whom they effectively exercise parental responsibility and to whom they provide maintenance and education.

Article 37

Competence to refuse entry

The Director-General of SEF is competent to refuse entry to Portuguese territory and may delegate that power.

Article 38

Decision and notification

1- The decision to refuse entry is taken following an interview conducted with the foreign national, which represents, for all purposes and effects, a hearing of the interested party, and

shall be immediately communicated to the diplomatic or consular representative of that person's country of origin.

2- Anyone affected by a decision to refuse entry shall be notified of that decision in a language they may understand, mentioning the reasons for such a ruling, as well as the information regarding the right to appeal and the final date for its presentation.

3- The carrier shall be also notified of that decision for the purposes of Article 41.

4- When it is not possible for the foreign national to be re-embarked within 48 hours after the decision to refuse entry was announced, this situation shall be communicated to the judge of the lower criminal court (*juízo de pequena instância criminal*) in the respective area of jurisdiction, or to the district court in the rest of the country, in order to hold that person in a detention centre or equivalent facility.

Article 39

Appeal

The decision to refuse entry may be subject to a merely devolutive appeal⁵⁴ before the administrative courts.

Article 40

Rights of foreign nationals who have been refused entry

1- While staying in the international zone of an airport or sea port, a detention centre or equivalent facility, foreign nationals who have been refused entry to Portugal may communicate with the diplomatic or consular representative of their country or with any person of their choice. They also have the right to interpreting services, healthcare, including the services of a medical practitioner, when needed, and all the material support necessary to meet their basic needs.

2- Foreign nationals who have been refused entry to Portuguese territory have the right to timely legal assistance provided by a lawyer at their own expense.

3- For the purposes of the preceding paragraph, the right to legal assistance of foreign nationals who have been refused entry may be established in a protocol to be signed by the Ministry for the Interior, Ministry of Justice and the Portuguese Bar Association (*Ordem dos Advogados*).

⁵⁴ Devolutive appeal – an appeal that does not suspend the execution of the underlying judgment.

CHAPTER III

Obligations of carriers

Article 41

Responsibilities of carriers

- 1- When carriers transport passengers to Portuguese territory by air, sea or land, they shall be responsible, in the case of foreign nationals who do not fulfil the entry requirements, for ensuring their return as soon as possible to the point at which they began to use that means of transport. If this is not possible, they shall guarantee their return to the country that issued the travel document or to any other country into which they are certain to be admitted.
- 2- Until such time as passengers are re-embarked, the carrier shall take responsibility for them and cover the costs of the duration of their stay in a detention centre or equivalent facility.
- 3- When appropriate, foreign nationals who do not fulfil the entry requirements will be removed from Portuguese territory under escort from SEF.
- 4- The carrier shall also cover the expenses incurred by the escort, including the payment of the respective fee.
- 5- The provisions of the preceding paragraphs shall also apply to foreign nationals in transit who have been refused entry if:
 - (a) The carrier which was to take them to their country of destination refuses to take them on board;
 - (b) The authorities of the State of destination have refused them entry and have sent them back to Portugal.

Article 42

Data transmission

- 1- At the request of SEF, air carriers are obliged, before the end of the check-in procedure, to transmit the information concerning the passengers they will transport to a border post through which they will enter Portuguese territory.
- 2- The information referred to above shall comprise:
 - (a) The number and type of travel document used;
 - (b) Nationality;
 - (c) Full name;
 - (d) Date of birth;
 - (e) The border crossing point providing entry to Portuguese territory;
 - (f) Transport code;
 - (g) Departure and arrival time of the means of transport;

(h) Total number of passengers carried on that means of transport;

(i) The initial point of embarkation.

3- The transmission of the abovementioned data does not exempt carriers from the obligations and responsibilities set out in the preceding article.

4- Shipowners or the shipping agents representing them, as well as the captains of fishing vessels sailing in international waters, shall deliver to SEF a list of the crew members and passengers, without any erasures, amendments or changes to the original text. They shall also communicate the presence of stowaways 48 hours prior to arrival and up to 2 hours before leaving any Portuguese harbour.

Article 43

Data processing

1- Carriers shall collect the data referred to in the preceding article and send them to SEF by electronic means or, in the event of malfunction, by any appropriate means, in order to facilitate control at the authorised border crossing posts through which passengers are to enter Portuguese territory.

2- SEF shall keep these data in a temporary file.

3- After the entry of passengers, the authority referred to in the previous paragraph shall delete all data within 24 hours of their transmission. The data may be stored for a longer period if they are needed for the purposes of performing the statutory functions of the authorities responsible for carrying out control of passengers at external borders in accordance with Law No. 67/98 of 26 October on personal data protection.

4- Within 24 hours of the arrival of the means of transport, carriers shall delete the personal data they have collected and sent to SEF.

5- Without prejudice to the provisions of Law No. 67/98 of 26 October on personal data protection, all data referred to in the preceding paragraph may be used for implementing legal provisions on matters of public security and order.

Article 44

Passenger information

1- For the purposes of implementing the provisions of Article 42, when collecting personal data, carriers shall provide passengers with the following information:

(a) Identity of the data processor;

(b) Purposes of the treatment to be given to the data;

(c) Having regard to the specific circumstances in which the data are collected, any further information which is necessary to guarantee fair treatment of data, such as the identity of data

recipients or the categories of data recipients, the mandatory nature of the answer and the possible consequences of failing to reply, as well as the right of access to personal data and the right to rectify them.

2- When data have not been obtained from the data subject, the data processors or their representatives shall provide this person with the information referred to in the preceding paragraph, either at the time of undertaking the registration of the data or no later than the time when the data are disclosed.

CHAPTER IV

Visas

Section I

Visas issued in foreign countries

Article 45

Types of visa issued in foreign countries

The following visas may be issued in foreign countries:

- (a) Airport or sea port transit visa;
- (b) Transit visa;
- (c) Short-stay visa;
- (d) Temporary stay visa;
- (e) Visa for the purpose of acquiring a residence permit, henceforth referred to as a residence permit visa.

Article 46

Territorial validity of visas

- 1- Airport or sea port transit visas, transit visas and short-stay visas may be valid for one or more States Party to the Implementing Convention.
- 2- Temporary stay and residence permit visas are only valid in Portuguese territory.

Article 47

Individual and group visas

- 1- The individual visa shall be affixed to an individual or family passport.
- 2- The group visa shall be affixed to a collective passport which has been issued to a socially or institutionally organised group with a minimum of 5 and a maximum of 50 people formed prior to the decision to undertake the journey.

3- Visas issued in foreign countries may be issued either to individuals or groups, with the exception of those specified in sub-paragraphs (d) and (e) of Article 45, which may only be issued to individuals.

4- The group visa is issued under the assumption that all members of the group will enter the country, stay and exit together.

5- The group visa is valid for a maximum period of 30 days.

Article 48

Competence for issuing visas

1- The following authorities are competent to issue visas:

(a) Portuguese embassies and consular posts in the case of applications for airport or sea port transit, transit or short-stay visas made by holders of diplomatic, service, official and special passports, or travel documents issued by international organisations;

(b) Consular posts and consular missions, in all other cases.

2- The authorities referred to in the previous paragraph are competent to request opinions, information and other items necessary for the examination of applications.

Article 49

Airport or sea port transit visa

1- An airport or sea port transit visa enables its holder to pass through an airport or sea port of a State Party to the Implementing Convention when making an international connection.

2- Holders of an airport or sea port transit visa have access only to the international zone of the airport or sea port, and shall continue their journey in the same or other aircraft or ship, according to the nature of their ticket.

3- Nationals of States listed in the joint order of the Minister for the Interior and the Minister for Foreign Affairs and those holding travel documents issued by the abovementioned States are required to have an airport or sea port transit visa.

4- The order referred to in the previous paragraph determines the exceptions to the requirement for this type of visa.

Article 50

Transit visa

1- A transit visa allows entry to Portuguese territory to anyone travelling from one third State to another into which they are certain to be admitted.

2- A transit visa may be issued for one, two or exceptionally several entries, provided that the duration of each transit does not exceed five days.

Article 51

Short-stay visas

- 1- A short-stay visa enables its holder to enter Portuguese territory for purposes accepted by the competent authorities that do not justify the granting of another type of visa, such as tourism and visiting or accompanying family members who hold a temporary stay visa.
- 2- A short-stay visa may be issued for a period of one year and for one or more entries, provided that the duration of the uninterrupted stay or the total length of the successive stays does not exceed three months within a period of six months to be counted from the date of first entry through an external border.
- 3- In duly justified cases or for reasons of national interest, a multiple-entry visa valid for more than one year may be granted to certain people by joint order of the Minister for the Interior and the Minister for Foreign Affairs.

Article 52

General conditions for issuing residence permit visas, temporary stay visas and short-stay visas

- 1- Without prejudice to the special conditions for issuing each type of visa and the special arrangements set out in agreements, protocols or similar instruments, treaties and international conventions to which Portugal is a Party, residence permit visas, temporary stay visas and short-stay visas shall be issued to third-country nationals if they fulfil the following requirements:
 - (a) They are not the subject of a removal order from Portugal and are now in the period following the time when they were forbidden from entering Portuguese territory.
 - (b) No alert has been issued in the Schengen Information System by any of the Contracting Parties for the purpose of refusing entry;
 - (c) No alert has been issued in SEF's Integrated Information System for the purpose of refusing entry, in accordance with Article 33;
 - (d) They have sufficient means of subsistence, as defined by joint regulatory order of the Minister for the Interior and the Minister for Labour and Social Welfare;
 - (e) They hold a valid travel document;
 - (f) They are covered by travel insurance;
- 2- Third-country nationals are further required to be in possession of a return ticket if they wish to be issued with temporary stay visas, short-stay visas, residence permit visas for the purpose of exercising a professional activity in an employed or self-employed capacity, or

residence permit visas for the purpose of study or for student exchange programmes, traineeships or voluntary service.

3- Temporary stay visas or residence permit visas shall be refused to third-country nationals convicted of an offence which under Portuguese law is punishable by imprisonment for more than one year, even if that sentence has not been served, or who have been given the same sentence on more than one occasion, even though it has been suspended.

4- Visas may be refused to anyone posing a serious threat to public order, security or health.

5- Whenever a visa is refused on grounds provided for in sub-paragraphs (b) and (c) of paragraph 1, the applicant shall be informed of the possibility of requesting rectification of errors in personal data.

Article 53

Preliminary procedures for issuing visas

1- A prior opinion is required from SEF for issuing visas in the following cases:

- (a) When the application concerns residence permit visas and temporary stay visas;
- (b) When the visa is to be issued on grounds of national interest, for internal security reasons, or for preventing illegal immigration and related crimes.

2- The visa applications referred to in the preceding paragraph shall be refused when the applicant has been convicted in Portugal and is subject to a final and binding sentence to imprisonment for more than one year, even if that sentence has not been served or when the applicant has been given the same sentence on more than one occasion, even though it has been suspended.

3- In urgent and duly justified cases, the application for temporary stay visas or residence permit visas for the purpose of exercising a professional activity in a self-employed capacity is exempted from the requirement for prior consultation.

4- The Security Information Service must be consulted before the issue of a visa, whenever this is required for reasons of national security or in compliance with the mechanisms agreed under common European security policy.

5- SEF is responsible for requesting and obtaining from other authorities opinions, information and other data in order to fulfil the provisions of this Law concerning the issue of residence permit visas and temporary stay visas.

6- When the issue of visas is refused, the opinions given by SEF are binding for the purposes and effects of paragraph 1 (b) of this article. Such opinions shall be issued within 20 days, after which if no opinion has been issued, it will be considered that approval has been given.

Subsection I
Temporary stay visa
Article 54
Temporary stay visa

1- A temporary stay visa enables its holder to enter Portuguese territory for the purposes of:

- (a) Receiving medical treatment in official or officially recognised healthcare establishments;
- (b) Transferring nationals of States Party to the World Trade Organisation in order to provide services or take part in vocational training;
- (c) Exercising a temporary professional activity in an employed or self-employed capacity for a period not normally exceeding six months;
- (d) Conducting scientific research in research centres, teaching in an establishment of higher education or conducting a highly skilled activity for a period of less than one year;
- (e) Undertaking an amateur sporting activity certified by the respective federation, on condition that the sports club or sports association is responsible for providing accommodation and healthcare;
- (f) Staying in Portuguese territory for more than three months in duly justified exceptional cases, such as the fulfilment of international undertakings within the framework of the World Trade Organisation, under the scope of freedom to provide services.
- (g) Accompanying a family member subject to medical treatment in accordance with subparagraph (a) above.

2- Without prejudice to the provisions of Article 56, paragraph 4, the temporary stay visa is valid for three months and for multiple entries to Portuguese territory.

3- The decision regarding a temporary stay visa application shall be taken within a maximum of 30 days from the beginning of the examination of the visa application.

Article 55
Temporary stay visa for transferred employees

Temporary stay visas shall be issued to nationals of States Party to the World Trade Organisation who have been transferred to Portugal to provide services or take part in vocational training, as long as the following requirements are met:

- (a) They are transferred within branches of the same company or group of companies and the branch located in Portuguese territory provides the same services as the company from which they were transferred;

(b) The transfer relates to partners or employees who have been working for at least one year in a branch located in another State Party to the World Trade Organisation and who fall into one of the following categories:

- (i) They have executive powers, hold senior positions and essentially act as managers of a branch or department under instruction from the Board of Directors;
- (ii) They possess specific technical knowledge crucial to the activity, its research equipment or the techniques or management thereof;
- (iii) They are to receive vocational training in a branch located in Portuguese territory.

Article 56

Temporary stay visa for the purpose of exercising a temporary professional activity under an employment contract

1- A temporary stay visa may be issued to third-country nationals who intend to exercise a temporary professional activity in Portugal under an employment contract, provided that they have a promise or a contract of employment.

2- The Institute for Employment and Vocational Training (*Instituto do Emprego e da Formação Profissional*) maintains an information system that is accessible to the public, listing all job offers under an employment contract that have not been taken up by nationals of European Union Member States, by nationals of the European Economic Area or by third-country nationals who legally reside in Portugal. The Institute for Employment and Vocational Training advertises those employment opportunities at Portuguese embassies and consular posts on its own initiative or at the request of employers or associations represented on the Consultative Council.

3- For the purposes of the preceding paragraphs, the autonomous regions of the Azores and Madeira maintain an information system on job offers in those regions.

4- The temporary stay visa for the purpose of exercising a temporary professional activity under an employment contract is issued for the duration of the employment contract.

5- In exceptional cases, a temporary stay visa for the purpose of exercising a temporary professional activity under an employment contract may be issued for a period exceeding six months if that activity is undertaken under an investment contract, continuing until the date of its completion.

Article 57

Temporary stay visa for conducting research or a highly skilled activity

A temporary stay visa may be issued to third-country nationals who intend to conduct research, teach in an establishment of higher education or exercise a highly skilled activity for a period of less than one year, provided the following requirements are met:

- (a) They are admitted to work in a research centre recognised by the Ministry of Science, Technology and Higher Education, namely under a promise or a contract of employment, a job offer or a service contract, or a scientific research grant; or
- (b) They have a promise of employment, an employment contract, a written job offer, or a service contract for the purpose of teaching in an establishment of higher education or exercising a highly skilled activity in Portuguese territory.

Subsection II

Residence permit visa

Article 58

Residence permit visa

- 1- The residence permit visa enables its holder to enter Portuguese territory in order to apply for a residence permit.
- 2- The residence permit visa is valid for two entries to Portuguese territory and enables its holder to stay in Portugal for a period of four months.
- 3- Without prejudice to the application of specific conditions, the purposes for taking up residence in Portugal will be taken into account when considering the application for residence permit visas.
- 4- Without prejudice to shorter time limits established in this Law, the decision on the application for a residence permit visa shall be taken in 60 days.

Article 59

Residence permit visa for exercising a professional activity under an employment contract

- 1- The issue of a residence permit visa for the purpose of exercising a professional activity under an employment contract depends on the existence of employment opportunities not taken up by Portuguese nationals, by nationals of European Union Member States, by nationals of the European Economic Area, by nationals of third States with which the European Union has signed an agreement on the free movement of persons, as well as by third-country nationals who legally reside in Portugal.

2- For the purposes of the preceding paragraph, following a prior opinion of the Council for Social Concertation, the Council of Ministers approves, on an annual basis, a resolution which establishes an overall quota of employment opportunities which are presumed not to have been taken up by the workers referred to in the preceding paragraph, and may exclude any sectors or activities that are not in need of workers, if justified by the circumstances of the labour market.

3- The overall quota established in the preceding paragraph takes into account the quotas for each of the autonomous regions, according to their needs and regional particularities.

4- The Institute for Employment and Vocational Training, as well as the respective departments in each autonomous region, maintain a permanently updated online information system, listing all the job offers covered by paragraph 1, and advertise them on their own initiative or at the request of employers or associations represented on the Consultative Council at Portuguese embassies and consular posts.

5- Up to the limit of the quotas established under paragraph 2 and for job offers not taken up by the workers referred to in paragraph 1, a residence permit visa for the purpose of exercising a professional activity under an employment contract may be issued to third-country nationals who fulfil the requirements set out in Article 52 and who:

(a) Have a contract or a promise of employment; or

(b) Have recognised qualifications, competencies or skills suitable for exercising one of the activities covered by the preceding paragraph and benefit from an individualised expression of interest on the part of an employer.

6- For the purposes of sub-paragraph (b) of the preceding paragraph, the applications of third-country nationals are sent by the Institute for Employment and Vocational Training or, in the case of the autonomous regions, by their respective departments to the employers offering the jobs covered by paragraph 4.

7- In exceptional cases and regardless of the quota established in paragraph 2, a residence permit visa for the purpose of exercising a professional activity under an employment contract may be issued to third-country nationals who fulfil the requirements set out in Article 52 and have a contract of employment, provided they can prove the job offer has not been taken up by the workers referred to in paragraph 1.

8- The Institute for Employment and Vocational Training shall draw up a half-yearly report on the implementation of the overall quota.

9- For the purposes of the preceding paragraph, visas issued under this provision shall be communicated to the Institute for Employment and Vocational Training within a maximum of five days.

Article 60

Residence permit visa for the purpose of exercising a professional activity in a self-employed capacity or for immigrant entrepreneurs

1- A residence permit visa for the purpose of exercising a professional activity in a self-employed capacity may be issued to third-country nationals provided that:

- (a) They have a contract or a written contract proposal to provide services as a liberal profession; and
- (b) They are entitled to exercise that activity in a self-employed capacity, wherever applicable.

2- A residence permit visa shall be issued to immigrant entrepreneurs intending to invest in Portugal, provided that:

- (a) They have made investments; or
- (b) They can prove that they have financial resources available to them in Portugal, including those resulting from the finance obtained from a financial institution in Portugal, and can show, by any means, their intention to make investments in Portuguese territory.

Article 61

Residence permit visa for the purpose of conducting research or a highly skilled activity

1- A residence permit visa for the purpose of conducting academic research shall be issued to third-country nationals who have been admitted to work as researchers in a research centre recognised by the Ministry of Science, Technology and Higher Education, namely under a promise or a contract of employment, a written contract proposal or a contract for services, or an academic research grant.

2- A residence permit visa for the purpose of teaching in an establishment of higher education or conducting a highly skilled activity shall also be issued to third-country nationals who have a suitable promise or a contract of employment, a written contract proposal or a contract for services.

3- A decision on the visa application referred to in this Article shall be taken in 30 days.

Article 62

Residence permit visa for the purpose of study, student exchange programmes, traineeships or voluntary service

1- The admission of a third-country national in Portuguese territory for the purpose of study, pupil exchange programmes, unremunerated traineeships or voluntary service depends upon the issue of a residence permit visa for that purpose.

2- A residence permit visa shall be issued to third-country nationals for the purposes set out in the preceding paragraph provided that:

(a) They hold a travel document, which is valid for longer than the intended stay;

(b) When considered to be minors under Portuguese law, they are authorised by the person exercising parental responsibility to remain in Portugal for the period of the intended stay.

3- The procedures for issuing a residence permit visa shall be facilitated for third-country nationals referred to in paragraph 1 who participate in Community programmes promoting mobility to the European Union or to the Community of Portuguese-speaking Countries, or who participate in these programmes on their own behalf, according to the rules to be determined by joint regulatory order of the Minister for the Interior and the Minister of Foreign Affairs.

4- In addition to the general conditions set out in paragraph 2, third-country nationals who apply for a residence permit visa for the purpose of pursuing a course of study in higher education shall meet the entry requirements of the establishment of higher education.

5- In addition to the general conditions set out in paragraph 2, third-country nationals who apply for a residence permit visa for the purpose of attending secondary education shall meet the following requirements:

(a) They shall not be below the minimum age nor above the maximum age established by the joint regulatory order of the Minister for the Interior and the Minister of Education;

(b) They have been accepted by an establishment of secondary education, with it being possible for their admission to take place under a pupil exchange programme carried out by an establishment duly approved for that purpose by the Ministry of Education;

(c) They shall be received for the duration of their stay by a family that meets the conditions set out in the pupil exchange programme in which they take part, or have secured their own accommodation.

6- In addition to the general conditions set out in paragraph 2, third-country nationals who apply for a residence permit visa for the purpose of carrying out an unremunerated traineeship must have been accepted as unremunerated trainees by a company or an officially recognised vocational training establishment.

7- In addition to the general conditions set out in paragraph 2, third-country nationals who apply for a residence permit visa for the purpose of taking part in a voluntary service programme shall:

- (a) Be of minimum age for that purpose as established by regulatory order of the Minister for the Interior;
- (b) Have been admitted by an officially recognised establishment in Portugal responsible for the voluntary programme in which they will take part.

8- For the purpose of issuing a visa under this Article, the minimum means of subsistence required in the regulatory order referred to in paragraph 1(c) of Article 52 may be dispensed with depending on the circumstances of the particular case.

Article 63

Residence permit visa within the framework of higher education student mobility

1- Third-country students who reside in a Member State of the European Union and apply to attend in Portugal part of a course of study that they have already begun or to complement it with a similar course are issued with a residence permit visa within a period that does not impede their attending the respective course and is never longer than 60 days, provided that:

- (a) They fulfil the requirements set out in paragraphs 2 and 4 of the preceding article; and
- (b) They are taking part in a Community or bilateral exchange programme, or have been admitted as students to a Member State for a period of no less than two years.

2- Whenever Portugal is the first Member State to which they are admitted, and at the request of the competent authorities of the second Member State, SEF shall provide all relevant information concerning the students' stay in Portuguese territory.

Article 64

Residence permit visa for family reunification

When an application for reunification with members of the family that are not living in Portuguese territory is approved under this Law, a residence permit visa that allows entry to Portuguese territory shall be immediately issued to the family member or members.

Article 65

Communication and notification

1- For the purposes of the preceding article, SEF shall notify the Directorate-General for Consular Affairs and Portuguese Communities of the approvals of family reunification applications, and also inform the applicants.

2- The residence permit visa is issued following the notification referred to in the preceding paragraph, and under the terms arising from this. This notification shall be considered equivalent to the mandatory opinion issued by SEF, in accordance with Article 53.

Section II

Visas issued at border posts

Article 66

Types of visa

The following visas may be issued at border posts:

- (a) Transit visas;
- (b) Short-stay visas;
- (c) Special visas.

Article 67

Transit visas and short-stay visas

1- In exceptional cases, transit visas or short-stay visas may be issued, at controlled border posts, to foreign nationals who, for unexpected reasons, were unable to apply to the competent authority for a visa provided that:

- (a) They hold a valid travel document that enables them to cross the border;
- (b) They fulfil the requirements set out in Article 11;
- (c) They are not subject to an alert in the Schengen Information System or included in a national list of persons to be refused entry;
- (d) They do not pose a threat to public order, national security or the international relations of a European Union Member State;
- (e) Their journey to the country of origin or to the country of destination is guaranteed, as well as their entry to these countries.

2- Transit visas and short-stay visas issued according to the preceding paragraph may only be granted for one entry and their validity shall not exceed 5 days in the case of the former and 15 days in the case of the latter.

3- The visas referred to in this article may be valid for one or more of the States Party to the Implementing Convention.

Article 68

Special visa

- 1- On humanitarian grounds or for reasons of national interest recognised by order of the Minister for the Interior, a special visa may be issued to foreign nationals who do not fulfil the legal requirements for entering and temporarily staying in Portugal.
- 2- The visa referred to in the preceding paragraph is only valid in Portuguese territory.
- 3- The competence provided for in paragraph 1 may be delegated to the Director General of SEF, who may subdelegate that power.
- 4- If the person admitted to Portugal under the conditions referred to in the preceding paragraphs is subject to an alert in the Schengen Information System, the competent authorities in other States Party to the Implementing Convention shall be notified of this fact.
- 5- When the foreign national holds a diplomatic, service, official or special passport or a travel document issued by an international organisation, the Ministry for Foreign Affairs shall be consulted whenever possible.

Article 69

Competence for issuing passports at border posts

The Director General of SEF is competent or may delegate competence for issuing the visas referred to in this section.

Section III

Cancellation of visas

Article 70

Cancellation of visas

- 1- Visas may be cancelled in the following cases:
 - (a) When the holder fails to meet the conditions required for their issue;
 - (b) When visas have been issued on the strength of false information, have been acquired fraudulently, or have been issued for reasons that are different from those originally leading to the holder's entering the country.
 - (c) When the holder has been the subject of a removal order from Portuguese territory.
- 2- The residence permit visas and temporary stay visas may also be cancelled when, during the validity period of the visa the holder leaves Portugal for 60 days without any valid reason.
- 3- The provisions of the preceding paragraphs shall also apply during the validity period of the extensions of stay granted under this Law.
- 4- The residence permit visa shall also be cancelled if the application for a residence permit has been refused.

5- After the visa holder enters Portuguese territory, the Minister for the Interior is competent or may delegate competence for cancelling the visas referred to in the preceding paragraphs to the Director-General of SEF, who will have the power to subdelegate this competence.

6- The Directorate-General for Consular Affairs and Portuguese Communities shall be notified by electronic means of the cancellation of the visa under the terms of the preceding paragraph.

7- Diplomatic missions and consular posts are responsible for cancelling visas before their holders arrive in Portugal, and shall notify SEF of that fact by electronic means.

CHAPTER V

Extension of stay

Article 71

Extension of stay

1- An extension of stay may be granted to foreign nationals who have been admitted to Portuguese territory under the terms of this Law and intend to stay in Portugal for a period exceeding the original authorised length of stay.

2- The extension of transit visas and short-stay visas may be valid for one or more States Party to the Implementing Convention.

3- Except in duly justified cases, the extension of stay referred to in paragraph 1 may be granted provided that there is no change in the conditions that enabled the foreign national to enter Portugal.

4- The temporary stay visa issued for the purpose of exercising a professional activity under an employment contract may only be extended if the applicant has an employment contract under the terms of the Law and is covered by the National Health Service or has health insurance.

5- The temporary stay visa issued for the purpose of conducting research or a highly skilled activity may only be extended if the applicant has an employment contract, a contract for services or an academic research grant, and is covered by the National Health Service or has health insurance.

6- Except in duly justified cases, a residence visa issued for the purpose of exercising a professional activity in an employed or self-employed capacity, conducting research or a

highly skilled activity may be extended if there is no change in the conditions that enabled the foreign national to enter Portugal.

Article 72

Limits on the extension of stay

1- The duration of stay may be extended for:

- (a) Up to 5 days if the applicant holds a transit visa;
- (b) Up to 60 days if the applicant holds a special visa;
- (c) Up to 90 days if the applicant holds a residence permit visa;
- (d) Up to 90 days, which can be extended for an equal period provided that the applicant holds a short-stay visa, or has been admitted to Portugal without the need for a visa;
- (e) Up to one year, which can be extended for an equal period provided that the applicant holds a temporary stay visa, except in the cases specified in paragraph 1(c) of Article 54, in which case it may be extended only for 90 days.

2- In duly justified cases or while awaiting a decision on a residence permit application, an extension of stay may be granted beyond the time limits provided for in the preceding paragraph.

3- For exceptional reasons occurring after they have legally entered Portuguese territory, an extension of stay may be granted to family members of holders of temporary stay visas, the validity and duration of which shall not exceed the validity and duration of the visa issued to the family member.

4- The extension of stay granted to foreign nationals admitted to Portugal without the need for a visa and to holders of a short-stay visa is limited to Portugal, whenever their stay exceeds 90 days within six months to be counted from the date when they first entered the country through an external border.

5- Without prejudice to the sanctions provided for in this Law, and unless there are exceptional circumstances, applications for the extension of stay will be refused if they have been submitted 30 days after the authorised period of stay has expired.

6- The extension of stay is issued by means of a visa sticker in a format to be approved by regulatory order of the Minister for the Interior.

Article 73

Competence

The Director General of SEF is competent or may delegate competence for deciding upon applications for the extension of stay.

ANEXO